

**VARIAÇÃO NO PRESENTE DO MODO SUBJUNTIVO: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVO-PRAGMÁTICA**

por

Tatiana Schwochow Pimpão

Curso de Pós-Graduação em Lingüística

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Lingüística da Universidade
Federal de Santa Catarina como requisito à
obtenção do título de Mestre em Lingüística.**

Professora Orientadora: Edair Maria Görski

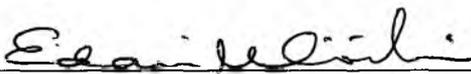
Florianópolis, 1999.

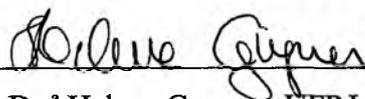
**VARIAÇÃO NO PRESENTE DO MODO SUBJUNTIVO: UMA
ABORDAGEM DISCURSIVO-PRAGMÁTICA**

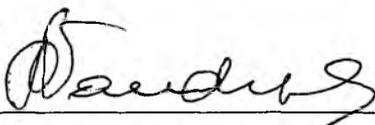
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística e aprovada em sua fase final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenadora: Prof^ª. Dr.^ª Loni Grimm Cabral

Banca examinadora:


Prof^ª. Dr.^ª Edair Maria Görski - UFSC


Prof^ª. Dr.^ª Helena Gryner - UFRJ


Prof. Dr. Paulino Vandresen - UFSC

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura - UFSC

AGRADECIMENTOS

A Edair Görski, pela orientação sempre precisa durante o período de desenvolvimento desta dissertação;

Aos meus pais, pela presença, paciência e confiança constantes;

A minha irmã Viviane e ao meu sobrinho Caio Yan, pelo estímulo incessante;

A Clayton, pela segurança;

A Átilla Louzada Júnior, pela oportunidade de descobrir a Sociolinguística e pela iniciativa em prestar o teste de seleção para o Mestrado;

Aos bolsistas e pós-graduandos do Projeto VARSUL;

A Maria Alice Tavares, pela leitura cuidadosa desta dissertação e relevância das observações;

A CAPES, pela concessão da bolsa;

A Laura, com carinho.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – O FENÔMENO EM ESTUDO.....	13
1.1 – A Normatividade.....	13
1.2 – Objetivos gerais e hipóteses.....	16
CAPÍTULO II - QUADRO TEÓRICO.....	21
2.1 – Teoria da Variação.....	21
2.2 – Funcionalismo Lingüístico.....	26
2.3 – Pragmática.....	30
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1 - Constituição da amostra e metodologia.....	34
3.2 – Regra variável na interface discurso-pragmática.....	37
3.2.1 - Considerações acerca da regra variável.....	37
3.2.2 – Variáveis lingüísticas não-fonológicas.....	39
3.2.3 – Caracterização do fenômeno variável em estudo.....	40
CAPÍTULO IV – MODALIDADE, MODO E TEMPO.....	48
4.1 – Modalidade.....	50
4.2 – Modo subjuntivo.....	57
4.3 – Tempo.....	63

CAPÍTULO V – MODO SUBJUNTIVO:	
DOMÍNIO FUNCIONAL COMPLEXO.....	69
5.1 – Panorama do uso do modo subjuntivo.....	69
5.1.1 – Tempo-modalidade.....	70
5.1.2 – Pessoa.....	74
5.1.3 – Paralelismo sintático.....	76
5.1.4 – Contexto do modo subjuntivo.....	77
5.2 – Modo subjuntivo e advérbio <i>talvez</i>	79
5.2.1 – Resultados e discussão.....	79
5.3 – Modo subjuntivo e cláusulas adverbiais.....	82
5.3.1 – Resultados e discussão.....	82
5.4 – Modo subjuntivo e cláusulas substantivas.....	91
5.4.1 – Resultados e discussão.....	91
5.5 – Modo subjuntivo e cláusulas relativas.....	95
5.5.1 – Resultados e discussão.....	95
5.6 – Modo subjuntivo e pressuposição.....	100
5.6 – Resultados e discussão.....	100
 CAPÍTULO 6 – REGRA VARIÁVEL REVISITADA.....	 109
6.1 – Escalaridade do modo subjuntivo.....	110
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 112
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 117
 NOTAS.....	 122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Não aplicação da regra variável: o valor atitudinal interfere na regra variável.....	43
Quadro 2 – Aplicação da regra variável: o modo verbal carrega o componente atitudinal.....	44
Quadro 3 – Aplicação da regra variável: gradação para a mesma função.....	45
Quadro 4 – Aplicação da regra variável: identidade no grau de incerteza.....	46
Quadro 5 – Modalidade epistêmica.....	53
Quadro 6 - Modalidade: pressuposição/ <i>realis/irrealis</i>	54
Quadro 7 – TAM e a modalidade epistêmica.....	55
Quadro 8 – Escala modal mais comum de cláusulas adverbiais <i>irrealis</i>	83
Quadro 9 – Escala modal mais comum de cláusulas adverbiais <i>irrealis</i> - <i>pressuposição</i>	83
Quadro 10 – Escala de complementação: forma verbal.....	92
Quadro 11 – Meta-modalidades.....	97
Quadro 12 – Modo subjuntivo.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade.....	73
Tabela 2 – Modo subjuntivo e pessoa.....	75
Tabela 3 – Modo subjuntivo e paralelismo sintático.....	77
Tabela 4 – Modo subjuntivo e contexto.....	78
Tabela 5 – Modo subjuntivo e escolaridade.....	80
Tabela 6 – Modo subjuntivo e conjugação.....	80
Tabela 7 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade.....	82
Tabela 8 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade.....	89
Tabela 9 – Modo subjuntivo e escolaridade.....	90
Tabela 10 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade.....	94
Tabela 11 – Modo subjuntivo e sexo.....	94
Tabela 12 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade.....	99
Tabela 13 – Modo subjuntivo e pessoa.....	99
Tabela 14 – Modo subjuntivo e estratégias discursivo-pragmáticas.....	108
Tabela 15 – Modo subjuntivo: tempo-modalidade e contexto de subjuntivo.....	110

RESUMO

O tratamento variável entre o presente do modo subjuntivo e o presente do modo indicativo sob uma abordagem discursivo-pragmática permite a extensão dos domínios da modalidade, atrelada aos modos verbais pela gramática normativa, para além da categoria morfológica. Modo e modalidade são revistos sob a concepção da Teoria da Variação Laboviana e do Funcionalismo Lingüístico.

A investigação do comportamento variável do modo subjuntivo numa perspectiva de gramática emergente coloca em relevo o *continuum* tempo-modalidade como o principal condicionante do uso do modo verbal. Os traços de futuridade e de incerteza, identificados no nível sintático-semântico, preservam o uso do modo subjuntivo. Já os traços de atemporalidade e de incerteza, localizados no nível semântico-pragmático, bem como os traços de pressuposição, no nível discursivo-pragmático, inibem o emprego do subjuntivo.

Esse comportamento escalar do modo subjuntivo apresenta duas constantes: em primeiro, o subjuntivo mostra-se atuante sob o traço de futuridade do nível sintático-semântico, e não sob o traço de incerteza, conforme prevê a gramática normativa. Em segundo, a ausência do traço de futuridade, atrelada ao domínio semântico-discursivo-pragmático, mostra-se o contexto preferencial para o emprego do modo indicativo.

ABSTRACT

The variable treatment between subjunctive mood present and indicative mood present by a pragmatic-discursive approach permits extend the modality domains, associated to verbal moods by normative grammar, to far beyond morphological category. Mood and modality are reviewed in the perspective of Labovian Variation Theory and Linguistic Functionalism.

The investigation of subjunctive mood variable use, by an emergent grammar view, emphasizes the tense-modality continuum as the main constraint to verbal mood use. Traces of futurity and uncertainty, identified in semantic-syntactic level, preserve the subjunctive mood. Otherwise, traces of atemporality, in pragmatic-semantic level, as trace of presupposition, in pragmatic-discursive level, inhibit the subjunctive use.

This subjunctive mood scalar use presents two constants: first, the subjunctive shows favorable by the trace of futurity in semantic-syntactic level, and not by the trace of uncertainty, accordingly to the normative grammar. Second, the absence of futurity trace, associated to pragmatic-discursive-semantic level, shows the preferential context to indicative mood.

INTRODUÇÃO

As línguas românicas compartilham uma singularidade ao apresentar um sistema de modo verbal que veicula atitudes do indivíduo que fala. Aliado a esse sistema de modos preservado pela tradição gramatical está o caráter histórico-socialⁱ das gramáticas normativas que tratou de calcar na morfologia flexional do modo verbal uma atitude, entre outras, de incerteza, expressa pela flexão do modo subjuntivo, e uma atitude, dentre numerosas elencadas, de certeza, realizada pela desinência do modo indicativoⁱⁱ.

A tipologia binária e o caráter categórico dos postulados prescritivos para o modo verbal atrela uma atitude subjetiva específica a cada modo verbal, não havendo neutralidade da atitude quando os dois modos verbais podem ser empregados sob as mesmas condições de uso. Entretanto, a proposta para neutralizar o significado subjetivo da atitude de incerteza inerente ao modo subjuntivo, imposto pelos postulados tradicionais normativos, e substituí-lo por uma condição de variabilidade lingüística parece não ser utópica. Diversos autores já admitem a perda dos valores semântico-pragmáticosⁱⁱⁱ do modo subjuntivo prescritos pela normatividade e a passagem de tais valores, como de incerteza, de possibilidade, para outros mecanismos lingüísticos (Camara Jr., 1977; 1985; Lyons, 1977; Palmer, 1986; Perini, 1996).

Sob a perspectiva da variabilidade lingüística, apresentamos um sistema variável de emprego do presente do modo indicativo pelo presente do modo subjuntivo, posicionamento que desencadeia duas constantes: primeiramente, desconsiderando a posição normativa acerca do emprego determinístico dos modos verbais em detrimento de uma perspectiva variacionista, deslocamos o traço de incerteza intrínseco à morfologia do modo subjuntivo, preservado pela norma padrão, para outras estratégias lingüísticas no discurso^{iv}. Em segundo, a proposta variável para o emprego do modo subjuntivo permite a extensão dos domínios do modo indicativo dada a interferência no nível discursivo-pragmático.

Assumindo a coexistência da variabilidade e da sistematicidade do modo subjuntivo sob uma abordagem discursivo-pragmática, tratamos o subjuntivo como uma categoria gramatical híbrida, bifurcando-se em uma categoria morfofonológica e em uma categoria discursivo-pragmática. O estatuto híbrido do modo subjuntivo

congrega os níveis da gramática na pragmática discursiva, focalizando os diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo na atividade lingüística.

Investigando o modo subjuntivo como um fenômeno variável e integrado à pragmática discursiva, inserimos a pesquisa desenvolvida nesta dissertação sob a perspectiva da Teoria da Variação e sob a perspectiva teórica do Funcionalismo Lingüístico. Este trabalho se alinha a outros já desenvolvidos sobre variação em categorias verbais na fala da Região Sul, a saber: Coan (1997), sobre o uso variável do pretérito mais-que-perfeito e Silva (1998), sobre variação no futuro do pretérito.

Reconhecemos a complexidade da proposta assumida nesta dissertação de deslocar a modalidade da incerteza, da possibilidade, da categoria verbal morfológica de subjuntivo, instaurando-a na interação comunicativa falante-ouvinte. Reconhecemos igualmente a complexidade no tratamento do presente do modo subjuntivo em quatro ambientes gramaticais indutores da modalidade *irrealis*, quais sejam, advérbio *talvez*, cláusula adverbial, cláusula substantiva e cláusula relativa (Givón, 1984; 1990; 1993; 1995), e ainda no tratamento desse modo verbal sob o escopo da modalidade da pressuposição (Givón, *op. cit.*). Optamos, entretanto, por apresentar um panorama do comportamento do modo subjuntivo e a especialização de alguns níveis da gramática em cada ambiente gramatical isolado, bem como de grupos de fatores sociais. Estamos cientes do caráter multifacetado desse fenômeno e da análise não exaustiva do nosso objeto de estudo, ficando a título de sugestão o estudo individual dos cinco contextos abordados como tema de futuras pesquisas.

Organizamos a dissertação nas etapas subseqüentes.

No primeiro capítulo, focalizamos pressupostos normativos acerca do modo subjuntivo contrapondo-os à realidade lingüística de natureza variável e sistemática. Ainda nesse capítulo esboçamos os objetivos gerais propostos e as hipóteses pretendidas com a pesquisa desenvolvida nesta dissertação.

No segundo capítulo, inserimos nossa pesquisa na perspectiva da Teoria da Variação Laboviana (Labov, 1972a; 1972b; 1978; 1994) e no quadro teórico do Funcionalismo Lingüístico seguido por Talmy Givón (Givón, *op. cit.*). Tecemos ainda breves comentários acerca da abordagem Pragmática do nosso objeto de estudo, prevendo a quantificação dos níveis da gramática emergentes em uma análise integrada da gramática para a comunicação.

Os procedimentos metodológicos estão previstos no terceiro capítulo, juntamente com as controvérsias oriundas da extensão da abordagem quantitativa a fenômenos discursivo-pragmáticos.

No capítulo seguinte, apresentamos a localização limítrofe do modo subjuntivo em relação à categoria de tempo e às modalidades *pressuposição-realis-irrealis*, mencionando ainda resultados de algumas pesquisas cuja temática é o modo subjuntivo.

No quinto capítulo, analisamos e discutimos os resultados, tratando o modo subjuntivo em duas etapas: primeiramente, avaliamos o comportamento geral do modo subjuntivo, apresentando resultados e discussões e, em um segundo momento, consideramos isoladamente cada um dos cinco contextos visados nesta dissertação.

No sexto capítulo, dedicado à revisão da regra variável, compomos a escalaridade do modo subjuntivo sob as propriedades da identidade do significado e do contexto.

Por fim, visando a apresentar as considerações gerais da pesquisa desenvolvida, retomamos menções e resultados apontados ao longo da dissertação com o intuito de ressaltar aspectos relevantes ao tratamento do modo subjuntivo.

CAPÍTULO I

O FENÔMENO EM ESTUDO

1.1 A Normatividade

A gramática tradicional normativa atribui à morfologia flexional de modo verbal a impressão de atitudes de certeza, dúvida, suposição, *da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia* (Cunha, 1978: 254). O modo subjuntivo expressa *um desejo, apresenta o fato como possível ou duvidoso*; e o modo indicativo traduz *o fato de um modo real, certo, positivo* (Cunha, 1978: 254-5). Considere os exemplos retirados de Cunha (*op. cit.*):

- (1) *Meus pais desejam que eu estude português.*
- (2) *Esperam que eu tenha voltado ao colégio.*
- (3) *Estudo português.*
- (4) *Voltei ao colégio.*

O uso do subjuntivo focaliza o fato como incerto, duvidoso, eventual ou, mesmo, irreal, traduzindo uma ação ainda não realizada (Cunha, 1978: 318). Essa ação torna-se dependente de outra ação, esteja ela expressa ou subentendida. Daí o emprego do subjuntivo nas orações subordinadas previstas pela norma gramatical.

Normalmente, emprega-se o subjuntivo em orações subordinadas, quais sejam, orações substantivas, orações adjetivas e orações adverbiais. Etimologicamente, o termo *subjuntivo* origina-se do latim *subjunctivus*, designação que atribui a esse modo verbal a propriedade de ligar, de subordinar e, mesmo em orações absolutas, o subjuntivo está na dependência da expressão da atitude do indivíduo que fala, envolvendo a expressão de dúvida ou de um matiz afetivo. Observe o emprego do subjuntivo nas orações principais (5-6) e nas orações subordinadas (7-8) (Cunha, 1978: 319-321):

- (5) *Talvez tenha acabado o verão.* – oração independente, expressando dúvida
- (6) *Que levem tudo no caixão: A alma e o suporte!* – oração independente, expressando ordem

- (7) *Espero uma condução que me leve para casa.* – oração adjetiva, expressando um fim que se pretende alcançar
- (8) *Sairei, antes que seja tarde.* – oração adverbial, expressando anterioridade

Podemos arrolar os diversos valores nocionais do modo subjuntivo apontados por vários gramáticos prescritivosⁱ: o modo subjuntivo expressa um fato que não é positivo, mas encerra desejo, súplica, incerteza, dúvida, probabilidade, possibilidade, potencialidade, irrealidade, indeterminação, hipótese.

A atribuição destes diversos valores nocionais, impostos e defendidos pela tradição gramatical, não caracteriza satisfatoriamente o modo subjuntivo. Atreladas a essas atitudes, as gramáticas apresentam listas de condições de uso, incluindo verbos de dúvida (*desconfio, duvido, suspeito*), verbos volitivos (*desejo, quero, exijo*), orações finais, temporais, concessivasⁱⁱ, entre outros numerosos empregos prescritos pelos manuais gramaticaisⁱⁱⁱ. Reconhecendo essa correlação entre valores atitudinais e condições de uso, os compêndios normativos abordam uma visão dialética de subordinar valores nocionais a restrições de emprego. Podemos inferir que os gramáticos tradicionais focalizam o modo subjuntivo sintático-semânticamente, equacionando-o a explicações pragmáticas, i.e., propriedades semânticas de itens lexicais codificam a atitude do indivíduo que fala sobre o que é dito, atitude essa traduzida pela morfologia do subjuntivo.

A abordagem determinística da prescrição gramatical de impor o emprego do modo subjuntivo sob restrições de uso acarreta um automatismo entre tais restrições e o modo subjuntivo: certas condições de uso impõem, obrigatoriamente, o modo subjuntivo, atribuindo-lhe uma interpretação de redundância na flexão morfológica. De acordo com os padrões normativos, verbos volitivos, de sentimento, verbos e expressões de dúvida, conjunções finais, conjunções concessivas e determinadas conjunções condicionais e temporais figuram como exemplos de condições de uso categóricas para o modo subjuntivo.

Rompendo com a postura determinística assumida pela prescrição gramatical, dados reais de fala explicitam a interferência do emprego do modo indicativo sob as mesmas condições de uso arroladas pela normatividade como obrigatórias de subjuntivo.

- (9) *É porque a gente já falou, né? se for mulher eu escolho, se for homem ele escolhe. Espero que ele escolha um nome bonito,*

- né? pra depois o filho não reclamar quando crescer. (FLP 06, L1635)
- (10) Todo mundo diz que é pra mim mudar que eu sou muito assim é ai como é que eu posso te dizer, eu não queria mudar porque eu sou eu, eu sou os outros, eu não sou o que eles querem que eu sou, eu não tenho que ser o que eles querem. (FLP 05, L1425)
- (11) Ah, não é todos, é isso aí, mas é impossível que nesses todos não tem uma válvula de escape. (FLP 19, L1361)
- (12) Aí explodiu tudinho, tudinho, tudinho. Aí nós começamos a dizer: 'Pode ser que a Terra não é nem, vamos supor assim- Não é nem a pulga, da pulga, da pulga, da pulga- Nem nada. (FLP 13, L0313)
- (13) 'A não ser que ela tenha sorte e vocês têm muita sorte, se houver uma reposição com o crescimento dela, e então, pode ser'. (FLP 23, L1378)
- (14) E aos pouquinho vem vindo a maldade, vem vindo até que chega naquele ponto, né? que chegou Sodoma, né? (FLP 22, L0047)
- (15) Mas eu estou pagando bem pouco, então quer dizer que, pra mim, nem que eu vou pagar o resto da vida. Mas pra mim foi um sonho realizado, né? (FLP 20, L0687)

Dados reais de fala, como os acima exemplificados (9-15), parecem refutar a correlação entre modo subjuntivo e a inerência de valores nocionais como de incerteza, dúvida, possibilidade, hipótese, conforme prevê a norma padrão. Dados como esses desafiam a idéia de que a ausência do modo subjuntivo, suprida pelo emprego do modo indicativo nos contra-exemplos (9-15), comprometa a expressão de tais valores nocionais. Esses valores são identificados mediante outros recursos lingüísticos, a saber: os verbos *esperar* e *querer*, as expressões *ser impossível* e *poder ser*, os conectores adverbiais *a não ser que*, *até que* e *nem que*.

Outras condições de uso do modo subjuntivo citadas pela gramática normativa caracterizam a possibilidade de emprego desse modo verbal e ainda do modo indicativo, veiculando, cada qual, valores nocionais distintos: subjuntivo na expressão de incerteza, possibilidade, hipótese; indicativo na expressão do fato como certo, real, positivo. A norma gramatical prescreve condições de uso, como os verbos *acreditar*, *imaginar*, o advérbio *talvez*, as orações relativas. Considere os seguintes dados:

- (16) Mas eu acredito que há uma força superior, né? Hã, deixa eu ver, a igreja assim, ela proíbe demais, ela devia ser um pouquinho mais liberal, as missas deveriam ter corais. (FLP 17, L1080)
- (17) Só promete e não faz, né? Todos são assim. A gente pensa que é bom, assim, vai votar: 'Ah, aquele é bom!' Mas eu voto

pra votar, porque eu não vou lá, chegar lá e riscar tudo, perder meu tempo. Ai eu votei, né? (FLP 06, L1064)

- (18) Então se a criança é educada num lar temente a Deus, num lar de amor, ela sabe passar isso, crescer assim e passar pros seus filhos. Mas se ela já é criada num ambiente que não existe amor, só existe perversidade, ela vai se pervertendo cada vez mais, né? (FLP 22, L0035)
- (19) Olhar ainda vai, pra dar uma espiada, ainda vai. Pois é, talvez eu não gosto, porque eu não aprendi a dançar, né? (FLP 10, L0413)

Gramáticos, como Almeida (1981: 567) e Said Ali (1964: 168), prevêem os verbos *acreditar* e *pensar* e as relativas como condições de uso que veiculam propensão à certeza caso apresentem o modo indicativo; e, indicando incerteza, suposição, se apresentarem o modo subjuntivo. No caso específico do advérbio *talvez*, gramáticos, como Almeida (1981: 567) e Bueno (1963: 317), mencionam obediência à restrição da posição: o subjuntivo é permitido quando posposto ao advérbio e o indicativo, quando anteposto. Contrapondo-se a esses pressupostos normativos, parece-nos que os dados (16-19) mantêm valores atitudinais de incerteza, de dúvida, de suposição mesmo sem o emprego do subjuntivo, valores esses identificados mediante os verbos *acreditar* e *pensar*, o conector condicional *se* na oração relativa e o advérbio *talvez*.

Referimos em linhas gerais ao modo subjuntivo sob a perspectiva da gramática normativa, salientando seu automatismo sob restrições determinísticas de uso e seus valores atitudinais contrastivos com o modo indicativo quando ambos esses modos verbais podem ser empregados sob as mesmas condições de uso. Essas considerações acerca do tratamento atribuído ao modo subjuntivo pela norma gramatical identificam implicações atitudinais associadas à morfologia do modo verbal.

1.2 Objetivos gerais e hipóteses

Assumir a gramática como moldada pelo discurso e o discurso como moldado pela gramática implica admitir a emergência de estratégias linguísticas equacionadas no discurso resultantes de propósitos comunicativos, e ainda admitir a caracterização da gramática/discurso como direcionada para o uso, para a pragmática.

Essa interpretação maleável e emergente de gramática focaliza a não discreção das categorias como um dos postulados funcionalistas. As categorias não apresentam fronteiras rígidas, delimitadas, mas se configuram em um *continuum*, motivadas por pressões discursivas ou ainda por pressões pragmáticas, pressões de uso^{iv}.

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação tem como objetivo central a apresentação dessa arena interativa evidenciada na pragmática da gramática para a caracterização do estatuto variável do modo subjuntivo. Sob essa perspectiva dinâmica de gramática, o modo subjuntivo se configuraria como uma categoria gramatical dependente da interação de diversas pressões competindo no processo de adaptabilidade e sobrevivência das estruturas lingüísticas.

A hipótese norteadora do estudo acerca da variação no presente do modo subjuntivo centra-se no reconhecimento das fronteiras entre a categoria de tempo e a categoria de modalidade de um lado, e o modo subjuntivo de outro. Givón (1995) prevê a probabilidade do modo subjuntivo ser favorecido pela modalidade *irrealis*, modalidade correlata a noções de futuridade, de incerteza, de habitualidade, de hipótese, de condição. Sob a modalidade *irrealis*, o fraco fornecimento de evidências acerca do que é dito pelo falante acentua as chances do ouvinte em desafiar, em refutar o conteúdo desse dizer. Seguindo esse raciocínio, o uso do modo subjuntivo seria propiciado pelo traço de futuridade da modalidade *irrealis*, vinculado a eventos ainda não experienciados, potenciais e, portanto, não armazenados na memória dos participantes do contrato comunicativo. Fatos futuros, ainda não realizados, não são facilmente ativados nem estão perceptualmente salientes na mente.

Nem todos os eventos/estados codificados pelo traço de incerteza apresentam projeção futura, porém se vinculam à fronteira que se estende entre o passado, o presente e o futuro. Nessa perspectiva, o traço de incerteza, dissociado do traço de futuridade, constituiria um contexto menos favorável ao emprego do modo subjuntivo pela localização mais fluida no eixo temporal, situando na interface *realis-irrealis*.

Os traços de habitualidade, de hipótese, de condição, sem indicação de projeção futura, manifestam, na verdade, atemporalidade sobre um evento/estado que se estende na área limítrofe entre passado, presente e futuro, situando-se na modalidade da interface *realis-irrealis*^v. Nessa interface, os eventos/estados codificados são mais fortemente asseridos do que eventos ainda não realizados, aproximando-se da modalidade *realis*, mas ao mesmo tempo apresentam traços nitidamente *irrealis* em virtude da não-especificação do tempo em que os eventos

ocorrem; eventos atemporais não evidenciam um tempo delimitado. Por permitir maiores evidências sobre o que é dito, a interface *realis-irrealis* inibiria o emprego do modo subjuntivo, possibilitando a interferência do uso do modo indicativo.

Eventos/estados de conhecimento compartilhado entre falante-ouvinte inibiriam fortemente o modo subjuntivo em virtude da total ausência do traço de futuridade da modalidade *irrealis* e dos traços de incerteza e atemporalidade da modalidade localizada na interface *realis-irrealis*. Inversamente, a modalidade da pressuposição considera informações, eventos/estados como pressupostos, compartilhados por falante e ouvinte, ou inferidos pelo falante como de conhecimento do ouvinte. Informações/eventos pressupostos constituem um conhecimento garantido, fazendo parte de um conhecimento prévio^{vi}.

A hipótese das modalidades pressuposição-*realis-irrealis* evidenciaria um *continuum*, manifestando a correlação do modo subjuntivo com o traço de futuridade da modalidade *irrealis*, equilibrando a variação subjuntivo/indicativo com os traços de incerteza e de atemporalidade, situada na faixa intermediária da escala, e, por fim, inibindo o subjuntivo na base da gradação pelo traço de pressuposição.

Pre vemos ainda a relevância da *distribuição da informação* no contexto discursivo em associação com a frequência do modo subjuntivo. A modalidade *irrealis*, de acordo com o critério da marcação (Givón, 1995: 28), por exigir maior atenção e processamento da informação, por apresentar mais material fônico e por ser menos freqüente no discurso, tenderia a codificar uma informação nova. A informação nova não está saliente nem armazenada na memória do falante, não sendo mencionada no discurso precedente, exigindo mais material lingüístico. O conhecimento da informação diminuiria o índice de aplicabilidade do modo subjuntivo, pressupondo a interferência do modo indicativo. A informação pressuposta, ou inferível, identificaria a tendência à inibição do emprego do modo subjuntivo em virtude da informação ser tomada como conhecimento compartilhado, como conhecimento garantido.

Em nossa pesquisa igualmente controlamos grupos de fatores relativos a hipóteses no nível sintático e sintático-semântico. Não temos, entretanto, expectativa quanto à correlação do modo subjuntivo com o *tipo de mecanismo lingüístico*, com o *tipo de cláusula* e com o *tipo de contexto de subjuntivo*.

De acordo com o princípio do *paralelismo sintático* de que marcas levam a marcas (Weiner & Labov, 1983 [1977]; Poplack, 1979; Scherre, 1988), prevemos a reiteração da variante presente do subjuntivo na seqüência discursiva.

Nossa seguinte hipótese estabelece uma conexão entre o nível perceptual da *saliência fônica* e o nível estrutural da *conjugação*. Conforme o princípio da *saliência fônica* (Naro & Scherre, 1994) de que à maior *saliência* corresponde a aplicação da regra, aventamos a hipótese de que a segunda conjugação e, em especial, a terceira, por serem mais salientes fonicamente, retenham o modo subjuntivo.

Inserimos o grupo de fatores *pessoa* no nível discursivo, testando a hipótese de que o envolvimento do falante com o conteúdo proposicional, identificado pelo uso da primeira pessoa, desfavoreceria o emprego do modo subjuntivo. A dinâmica da atividade lingüística apresentaria o uso mais fluido desse modo verbal em virtude do afrouxamento da correlação entre o modo subjuntivo e a subordinação sintático-semântico-pragmática, proposta pela norma gramatical, fazendo emergir o nível discursivo-pragmático.

Dentre as nossas hipóteses, aludimos aos grupos de fatores sociais *sexo*, *idade* e *escolaridade*. A exemplo de pesquisas (Mollica, 1992), prevemos que, inversamente ao que ocorre com os homens, o conservadorismo lingüístico do sexo feminino reteria a norma padrão, o modo subjuntivo. Com relação à idade, os mais jovens desfavoreceriam o uso dessa variante como indicativo de mudança lingüística; e, com relação à escolaridade, o nível mais elevado, o colegial, apresentaria maiores índices de emprego do modo subjuntivo, tendo em vista o contato prolongado com as imposições lingüísticas da norma gramatical.

Paralelamente ao controle de grupos de fatores gerais, incluindo todos os contextos de emprego do presente do modo subjuntivo, consideramos ainda hipóteses específicas a cada um desses contextos analisados, a saber: advérbio *talvez*, cláusula adverbial, cláusula substantiva, cláusula adjetiva e modalidade da pressuposição.

Ao contexto com o advérbio *talvez*, temos as hipóteses de que a maior proximidade do respectivo advérbio com o verbo-dado e a menor quantidade de material interveniente entre o advérbio e o verbo condicionem o uso do modo subjuntivo.

Para as cláusulas adverbiais, prevemos a posposição da cláusula em relação à matriz como contexto favorável à retenção do subjuntivo e, por outro lado, a flexibilidade da anteposição e da posição intercalada inibiriam o uso desse modo

verbal. Consideramos ainda o tipo de cláusula adverbial, grupo de fatores para o qual não temos expectativa quanto à aplicação da variante presente do subjuntivo.

Para as cláusulas substantivas, consideramos o controle da modalidade deôntica como o contexto de retenção ao uso do subjuntivo pelo caráter desse tipo de modalidade de impor condições internas ou externas ao falante para a realização de uma ação. A avaliação do falante em graus de crença acerca do conteúdo proposicional, escopo da modalidade epistêmica, constituiria o contexto inibidor ao uso do modo subjuntivo. Para o controle do tipo de cláusula substantiva, não temos expectativa de correlação com o modo subjuntivo.

Para as cláusulas adjetivas, abordamos o controle de dois grupos de fatores. Em primeiro, a natureza do sintagma nominal não-referencial consistiria o contexto preferencial ao modo subjuntivo (Gryner, 1990). Em segundo, o tipo de mecanismo *irrealis*, para o qual não temos hipótese.

Por fim, controlamos o grupo de fatores tipo de estratégia discursivo-pragmática para o contexto da pressuposição, prevendo que o conector causal não...(por)que e as expressões intercaladas, por serem mais interativas, tenderiam a inibir fortemente o uso do presente do modo subjuntivo.

A testagem dessas hipóteses, gerais e específicas, mediante o controle de grupos de fatores pelo programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1988; Scherre, 1992, 1993), será abordada no Capítulo V, capítulo em que apresentamos resultados e discussões dos grupos selecionados estatisticamente em confronto com respectivas hipóteses.

CAPÍTULO II

QUADRO TEÓRICO

2.1 Teoria da Variação

A dicotomia saussureana entre *langue* e *parole* permeou os estudos lingüísticos durante a primeira metade do nosso século. Inicialmente pelo próprio Saussure, cuja concepção de língua previa um sistema abstrato uniforme a todos os falantes. Em um segundo momento, Chomsky estuda a competência lingüística da espécie, um sistema do conhecimento das regras da língua também abstrato, formalizado e geneticamente herdado, por oposição à performance (Labov, 1972a).

Durante muito tempo a dimensão social da linguagem ficou obscurecida pela uniformidade com que a lingüística estrutural concebia o sistema lingüístico. O objetivo estruturalista consistia na preservação da homogeneidade lingüística vista sob uma perspectiva sincrônica; via-se a língua como um sistema fechado e homogêneo sobre o qual pairava o social.

A integração do fator social ao sistema lingüístico enfocou a heterogeneidade, a diversidade lingüística, desvinculando a correspondência estabelecida pelo estruturalismo entre homogeneidade e estrutura. Esse redimensionamento da lingüística em direção à correspondência sistemática entre a língua e os fatores sócio-culturais faz florescer diversas áreas do conhecimento no início da segunda metade deste século, tais como a etnolingüística, a psicolingüística, a sociologia e a própria sociolingüística. Lembramos ainda os estudos antropológicos já em desenvolvimento há algum tempo.

A ênfase dos estudos sociolingüísticos de orientação laboviana centrada na heterogeneidade/diversidade do uso da língua ressalta a natureza social da língua. A interpretação laboviana do sistema lingüístico dentro do contexto social de uma comunidade de fala corresponde à correlação sistemática entre os fatos lingüísticos (nos níveis da fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) e os fatos sociais (sexo, idade, escolaridade, etc.). A concepção social de Labov restringe-se aos fatos sociais, não inserindo sob o escopo dos seus estudos sociolingüísticos o enfoque funcionalista da língua em uso, o enfoque interativo, o enfoque centrado nos propósitos

comunicativos, ou ainda o enfoque cognitivo (Labov, 1994). Figueroa (1994: 70), em referência a Labov, menciona:

- (1) ...*está claro que ele (Labov) situa seu trabalho dentro da lingüística em termos do tópico concernente (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica), e deixa a questão do uso lingüístico culturalmente padronizado e do uso lingüístico condicionado social ou situacionalmente para outros tipos de sociolingüística*¹.

Diferentemente de uma abordagem funcional e sócio-cognitiva, em que as estratégias lingüísticas emergem da interação do indivíduo com o mundo, com a situação comunicativa, a teoria da variação laboviana propõe o estudo dos fatos lingüísticos e dos fatos sociais como duas entidades separadas, prevendo a existência do contexto social como independente da atuação do indivíduo e dos próprios fatos lingüísticos.

A abordagem sociolingüística laboviana prevê a heterogeneidade da língua em uso como foco de análise. Essa variabilidade captada no vernáculo revela a própria variação do sistema lingüístico abstrato uma vez que Labov (1972a) propõe a relação sistemática entre o fenômeno observável (*parole*) e a estrutura lingüística abstrata (*langue*). A introdução da heterogeneidade no sistema revela a *langue* como foco dos estudos sociolingüísticos de linha laboviana.

- (2) ...*a sociolingüística laboviana não é uma teoria da 'fala', nem um estudo da língua em uso para propósitos descritivos, mas um estudo da língua em uso para o que revela sobre a estrutura lingüística (língua)*² (Figueroa, 1994: 71).

A aproximação do vernáculo com a *langue* (sistema abstrato) contrapõe-se à dicotomia saussureana *langue/parole*. Saussure concebe *langue* como um sistema social abstrato, independente da atuação do indivíduo. Ainda nos moldes saussureanos, a assistemática está na *parole*, considerada caótica, agramatical e imotivada. A proposta laboviana centra-se no rompimento dessa dicotomia mediante a inclusão da realidade lingüística da *parole* no sistema abstrato da *langue*. A variação, a estrutura heterogênea da língua em uso faz parte da competência lingüística, do sistema abstrato do falante.

Labov está de acordo com as posições saussureana e chomskyana de abordar a estrutura abstrata do sistema lingüístico. Contrapõe-se a esses teóricos, respectivamente, ao incluir a variação na *langue*, desmistificando seu caráter homogêneo, e ao conceber a comunidade de fala e não o indivíduo como fonte de dado lingüístico. A aproximação laboviana com estas duas correntes manifesta-se nas próprias palavras de Labov (1972a: 259):

(3) *Não acredito que necessitemos neste momento de uma nova 'teoria da linguagem'; antes, precisamos de uma nova forma de fazer lingüística que proporcione soluções decisivasⁱⁱⁱ.*

Essa proposta laboviana de fazer lingüística mostra-se eficaz ao sistematizar em regras variáveis da gramática a heterogeneidade lingüística observada no contexto social de uma comunidade de fala. A teoria da variação não prevê a mútua exclusão da variabilidade e da sistematicidade e introduz o conceito de variável lingüística, definida como *o elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra^{iv}* (Weinreich *et alli*, 1968: 167).

O princípio da regra variável é um desenvolvimento laboviano às regras categóricas da gramática gerativa. A gramática gerativa prevê regras categóricas da gramática que sempre se aplicam. Labov (1972b), com o intuito de formalizar a natureza sistemática da variação, propõe uma regra variável que pode ou não se aplicar. Essa reanálise da regra chomskyana ampliou a noção de competência lingüística do falante, conjunto de regras abstratas de sentenças bem formadas de uma língua, para competência sociolingüística, seleção entre variantes que segue certos princípios da estrutura lingüística e do comportamento social.

Em termos sociolingüísticos, a variabilidade lingüística, antes considerada *livre* ou *aleatória*, passou a apresentar motivações sociais. Os estudos sociolingüísticos clássicos primavam por correlacionar dimensões sociais a variáveis lingüísticas, visando à correlação entre estrutura social e estrutura lingüística. A justificativa para os condicionamentos de ordem social está na variabilidade inerente do sistema lingüístico, alvo dessas pressões sociais, e na reação à postura teórica chomskyana de conceber um falante-ouvinte ideal dentro de uma comunidade homogênea.

Nesses primeiros estudos sociolingüísticos, observa-se a importância tanto da estratificação social (pelo controle dos fatores sociais clássicos: sexo, ocupação,

idade) como do estilo (pelo controle de fatores estilísticos, por exemplo) na identificação das normas de comportamento lingüístico em uma comunidade. A estrutura lingüística é compatível com a estrutura da sociedade, prevendo-se um repertório verbal em que o falante emprega as variedades conforme, por exemplo, suas características sociais, o registro e o interlocutor (Labov, 1978; Oliveira, 1987). Esse controle social evidencia a sistematicidade das variantes.

Os bons resultados obtidos no controle de fatores sociais nos estudos de variação morfofonológica de orientação laboviana permitiram a extensão da mesma metodologia para estudos de fenômenos de variação sintática e ainda de variação discursiva.

Estudos posteriores aos estudos clássicos (como o de Weiner & Labov, 1983 [1977], sobre as passivas, por exemplo) têm identificado a significância de motivações estruturais, i.e., dimensões internas, para variáveis em uso, distanciando-se das motivações sociais contempladas nos estudos sociolingüísticos clássicos.

A extensão da metodologia variacionista a estudos não-clássicos alarga a correlação entre condicionamentos sociais e variáveis lingüísticas; entretanto, a dimensão social está presente na situação comunicativa, na identificação do vernáculo, na diversidade lingüística. Há pelo menos três dimensões socialmente definidas que, supostamente, atuam constantemente na diversidade: o emissor, o receptor e o contexto (Fonseca & Neves, 1974: 18).

Essas dimensões estão sempre presentes uma vez que o vernáculo consiste na língua falada em situações concretas de uso, o que implica a interação dessas três dimensões. A situação comunicativa revela a identidade social do emissor, a identificação do falante nos termos de Labov (1978), e ainda a identidade social do receptor, a acomodação (cf. Labov, 1978) da produção lingüística do falante em relação ao seu ouvinte. A terceira dimensão, a do contexto, instaura-se paralelamente à inclusão dos locutores no ato comunicativo e depende de todo e qualquer elemento relevante que condicione um tipo específico de comportamento lingüístico. Embora o objeto de estudo da sociolingüística seja o vernáculo e não a situação comunicativa, aquele somente pode ser abstraído do processo comunicativo.

Essa extensão dos estudos sociolingüísticos tende a centrar-se no funcionamento interno do sistema lingüístico, em que intervêm interpretações sintáticas e semânticas dentro de uma abordagem discursiva, abordagem essa que trata do produto do ato comunicativo (Bentivoglio, 1987; Mollica, 1994).

A investigação sociolingüística para domínios acima do nível morfofonológico pode eleger como objeto de análise um processo como, por exemplo, *modalização*, ao invés de um fenômeno delimitado gramaticalmente e de inquestionável variação (Callou *et alli.*, 1991; Paredes, 1993), como a ausência e presença da marca de plural – ([Ø]-[s]). O domínio da variação, nesse caso, deixa de ser formal e passa ao domínio funcional, ao domínio pragmático. As variantes lingüísticas não seriam recobertas, nesses termos, por uma variável formal, mas por uma variável funcional, pragmática, dependente das necessidades comunicativo-funcionais do falante.

Independentemente da extensão do domínio dos estudos sociolingüísticos, a principal contribuição de Labov consiste na elaboração de um método probabilístico de investigação sociolingüística a fim de testar a correlação entre variantes lingüísticas sistemáticas e parâmetros lingüísticos e sociais. Tais procedimentos de análise quantitativa dos dados são mantidos em qualquer escala dos fenômenos estudados, desde o âmbito fonológico, mais sensível às dimensões sociais, até o âmbito discursivo-pragmático, condicionado fortemente por motivações internas (motivações sintáticas, semânticas, discursivas) e por motivações externas de natureza pragmática (atitude do falante, conhecimento compartilhado, etc.).

A abordagem da teoria da variação se vale, para qualquer estudo sociolingüístico, do envelope de variação, do controle de variáveis independentes lingüísticas e sociais, da codificação dos dados e da interpretação dos resultados dentro de uma perspectiva teórica, cabendo à natureza do fenômeno a sensibilidade para o controle de um tipo ou outro de variável independente (Tarallo, 1994; Mollica, 1992).

A significância de resultados pertinentes a motivações sociais tende a aproximar-se dos estudos labovianos clássicos, focalizando a correlação entre condicionamentos sociais e variáveis lingüísticas. A significância para motivações internas, puramente estruturais, vincula a língua a sua dimensão gramatical. Já a significância de motivações discursivo-pragmáticas, além das estruturais, evidencia a dimensão funcional da língua. A análise funcional apresenta também uma correlação com a extralingüística, tendendo a diagnosticar não mais a estrutura social como os clássicos estudos, porém o mecanismo pragmático, as atitudes do falante, a interpretação do ouvinte, o conhecimento compartilhado.

2.2 Funcionalismo Lingüístico

Assenta-se na década de setenta a diversidade de tendências funcionalistas atendidas pelo mesmo rótulo – *abordagem funcionalista*.

A Escola Lingüística de Praga, na década de trinta, já reunia uma grande discussão em torno de aspectos relacionados à teoria funcional da linguagem, mais especificamente relacionados à função teleológica da linguagem, como a função da linguagem na comunicação e a função da linguagem na sociedade. Essa função finalista da linguagem prevê o propósito do uso, a intenção do usuário no manuseio de estratégias lingüísticas (Garvin, 1974).

Ainda conforme Garvin (*op. cit.*), Praga tinha nas orientações funcionais a linha mestra condutora de uma concepção *organon* de linguagem, nos termos de Bühler, i.e., instrumento através do qual falante-ouvinte estabelecem a comunicação. Nesses termos, Bühler pretendia uma forte correlação entre o signo lingüístico e o falante, o ouvinte e o próprio fato sobre o qual se fala.

O estudo da função dentro da situação de fala constitui uma das orientações funcionais de Praga, notadamente com Bühler. Por outro lado, a função da linguagem em um contexto social, em que a linguagem está a serviço das camadas da sociedade, é um dos pontos de vista também debatido por essa Escola, mais precisamente por B. Havránek e Mathesius (*apud* Garvin, *op. cit.*). A correlação da linguagem com o contexto social do falante evidencia um caráter convencional e flexível da própria linguagem, i.e., para fins comunicativos, torna-se necessária uma língua institucionalizada, porém flexível a ponto de codificar modificações no signo lingüístico.

Esses pressupostos funcionais da Escola de Praga influenciam as tendências funcionalistas difundidas e diversificadas na década de setenta.

Em virtude da difusão de propostas funcionalistas, é necessário que o pesquisador ofereça evidências para a inserção de seu fenômeno em estudo dentro de uma ou outra perspectiva funcionalista. Nichols (102-3: 1984) apresenta três orientações funcionalistas que abordam correlações distintas entre o formalismo e o funcionalismo.

- (4) (a) *O tipo conservador meramente prevê a inadequação de um enfoque estritamente formalista ou estruturalista, sem propor uma nova análise da estrutura.*
- (b) *O tipo moderado não apenas aponta a inadequação de uma análise formalista ou estruturalista, porém propõe uma análise funcionalista da estrutura, substituindo a abordagem inerentemente formal ou estrutural.*
- (c) *O funcionalismo extremo nega, de uma maneira ou outra, a realidade da estrutura pela estrutura. Propõe regras baseadas inteiramente na função e, por esta razão, não há condicionamentos puramente sintáticos; a estrutura é apenas codificada pela função^v.*

A especificidade característica das diversas orientações funcionalistas não impede a existência de uma aproximação entre essas correntes sob designação funcional. Conforme Hymes (*apud* Moura Neves, 1994: 67; 1997: 15), esse denominador comum está na *competência comunicativa*, i.e., na capacidade de o falante exercer a habilidade de manusear estruturas lingüísticas com o propósito de uma comunicação eficiente. A competência comunicativa considera não apenas a capacidade de *codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória* (Moura Neves, 1997: 15). Essas expressões, estratégias, estão em constante negociação e renovação à medida que vão servindo aos objetivos do falante; nesses termos, a gramática adquire um valor provisório.

O estudo desenvolvido nesta dissertação segue postulados funcionalistas de postura moderada da análise lingüística no discurso (Givón, 1984; 1990; 1993a; 1993b; 1995). A base norteadora do pensamento funcionalista givoniano assenta-se em uma analogia da gramática da língua com o **organismo biológico**: a estrutura anatômica do organismo cumpre funções específicas.

À não-arbitrariedade do organismo biológico não corresponde uma relação 100% icônica entre a estrutura do corpo de um animal e a função desempenhada por essa estrutura anatômica. O processo evolutivo do organismo prevê diversas tendências: mudanças históricas ao longo do tempo podem apresentar uma estrutura opaca (não-funcional), podem adaptar velhos organismos a novas funções, podem identificar uma ambigüidade funcional para uma única estrutura.

A metáfora do código biológico inscreve a gramática da língua como estratégias lingüísticas emergentes em uma comunicação coerente. A gramática da

língua serve a regularidades lingüísticas, sempre em renegociação, reformulação, e ao preenchimento dos propósitos comunicativos do falante.

Estabelece-se uma correlação entre princípios evolutivos e adaptativos oriundos da biologia por um lado, e gramática, comunicação e processo cognitivo, por outro, vistos sob a perspectiva biológica da funcionalidade e da evolução. A integração dos níveis da gramática, da comunicação e da cognição, sob a perspectiva funcional, obedece ao panorama evolutivo e adaptativo por meio do qual estratégias lingüísticas sobrevivem por se adaptarem aos padrões cognitivos e comunicativos da gramática. A visão funcional de gramática desencadeia alterações nesses três níveis, pois a funcionalidade requer escolhas e comportamentos inteligentes emergentes em cada situação comunicativa.

A proposta givoniana centra-se na gramática para a comunicação. A natureza multi-proposicional da comunicação identifica o contexto discursivo como o controlador das escolhas lingüísticas formadoras da gramática. A gramática, por sua vez, emerge de propósitos comunicativos, moldando o discurso. Mediante procedimentos gramaticais/discursivos alcançam-se os procedimentos mentais. O postulado da não-autonomia da gramática implica referência aos parâmetros cognitivos e comunicativos.

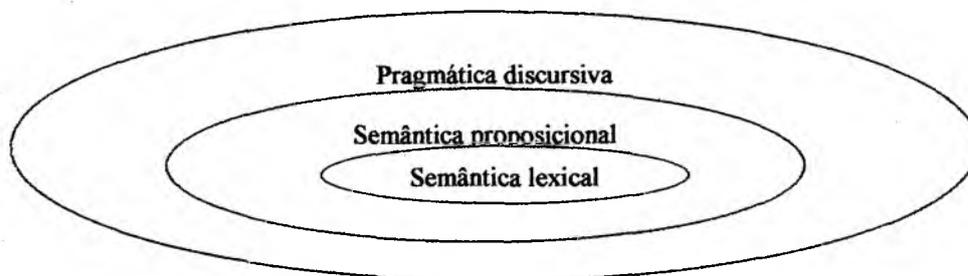
O pensamento funcionalista de cunho moderado está calcado nas motivações funcionais para a estrutura lingüística emergente no discurso, no processo comunicativo. Essa postura moderada exclui a linha de pensamento que prevê a inadequação da estrutura assim como a estrutura como mero reflexo do uso da língua; situando, portanto, o ato comunicativo como o ponto de confluência interativa entre forma e função. A gramática para a comunicação adquire o estatuto de gramática provisória, flexível, adaptável aos propósitos dos participantes do contrato comunicativo.

A gramática atua em dois níveis, codificando informações no âmbito das cláusulas e correlacionando essas informações proposicionais em uma comunicação coerente. Vejamos como a gramática opera no ato comunicativo (Givón, 1993a: 21):

(5)	⇒	<i>palavras (significado)</i>
GRAMÁTICA	⇒	<i>cláusulas (informação)</i>
	⇒	<i>discurso (coerência)^{vi}</i>

O caráter multi-proposicional do discurso compreende dois estágios preliminares: o estágio das palavras e o estágio das proposições. As palavras do nosso léxico codificam conceitos e entidades acessíveis aos membros de uma determinada cultura. As cláusulas, ou proposições, combinam palavras disponíveis no léxico em informações acerca de eventos, relações, estados. Diversas proposições combinadas caracterizam o discurso como uma comunicação coerente. A propriedade da coerência textual/discursiva transcende o nível da informação proposicional e se instaura no discurso, na integração das proposições dentro de um contexto comunicativo. A gramática, definida como código comunicativo, compreende os níveis da informação proposicional nas cláusulas e da coerência discursiva da cláusula no contexto discursivo. Nesse sentido, gramática e discurso/sistema comunicativo estão em uma relação biunívoca: o discurso molda a gramática na mesma proporção que a gramática configura o discurso.

(6)



Essa organização hierárquica (Givón, 1993a: 25-6)^{vii} obedece a uma leitura vertical, possibilitando a caracterização do significado das palavras sem referência à proposição e sem referência ao discurso. As proposições carregam informações do léxico, mas não carregam funções discursivas a menos que estejam encaixadas no discurso. Finalmente, o contexto discursivo das proposições carrega função discursiva e é impossível caracterizar as funções sem menção à informação da semântica proposicional e lexical.

2.3 Pragmática

A integração da Sociolingüística Quantitativa e do Funcionalismo Lingüístico de linha Givoniana no estudo variável do modo subjuntivo sob uma abordagem discursivo-pragmática coloca-nos frente à delimitação do termo *pragmática*.

A Teoria da Variação Laboviana, concebida *como pesquisa da variação de dois sistemas separados* (Gryner, 1990: 61), os fatos lingüísticos e os fatos sociais, não se interessa por condicionamentos semânticos, discursivos e pragmáticos. Por outro lado, a proposta funcionalista de Givón não apresenta uniformidade no tratamento do termo *pragmática*, ora atribuindo-lhe uma conotação multi-proposicional ou discursiva, ora tratando o termo *pragmática* sob a acepção comunicativa, acepção essa que privilegia a interação falante-ouvinte.

Vimos que tanto a perspectiva variacionista quanto a perspectiva funcionalista não contemplam uma definição do termo *pragmática* por razões distintas; entretanto, é possível admitir a existência de um ponto de confluência entre a sociolingüística, o funcionalismo e a pragmática: *a atividade lingüística* (Gryner, 1990: 34).

A atividade lingüística, como objeto de estudo dessas três áreas (Gryner, *op. cit.*), não garante que todos os dados coletados para nossa pesquisa sejam caracterizados como pragmáticos, a menos que se explicita o que se entende pelo termo *pragmática*.

Já no título da nossa proposta de pesquisa, deparamo-nos com o termo *discursivo-pragmático*. Ao usarmos essa terminologia, pretendemos vincular-nos à idéia de gramática emergente na interação falante-ouvinte, visão que recobre a gramática para a comunicação, para o uso. Sob essa abordagem funcionalista de gramática, gramática e discurso constituem dois lados da mesma moeda, instaurados na pragmática, na atividade lingüística. Não dissociamos, nesses termos, discurso de pragmática.

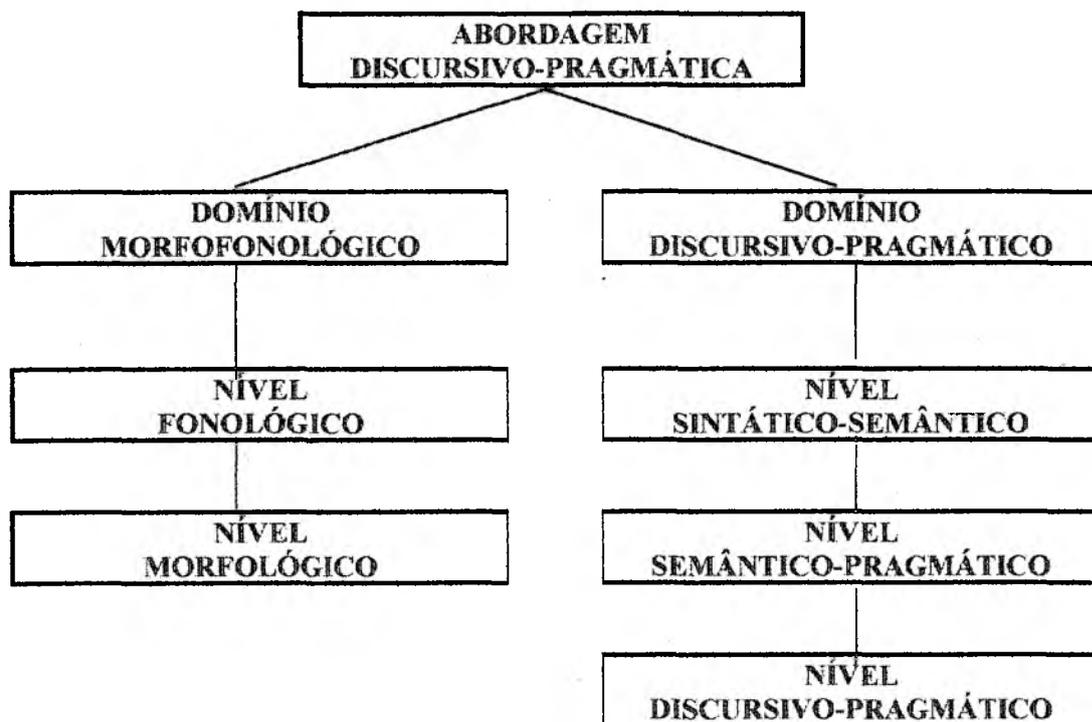
O termo *discursivo* não apenas encontra correspondência na gramática, na combinação de cláusulas do discurso multi-proposicional, como também abrange os níveis da gramática que interagem como motivações em competição (Dubois, 1987) dentro da proposta de gramática integrada à comunicação. Os níveis da gramática envolvem a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e o discurso em uma concepção, repetimos, de discurso direcionado ao uso.

A essa abordagem ampla de discurso-pragmática, fazemos um recorte binário entre o domínio morfofonológico de um lado e, de outro, o domínio discursivo-pragmático. O objetivo pelo qual operamos dessa forma condiz com nossa proposta de caracterizar o modo subjuntivo como uma categoria híbrida, de comportamento escalar, rompendo com a associação inerente entre modo e modalidade estabelecida pela norma gramatical no plano morfológico. O subjuntivo se realizaria no domínio morfofonológico, congregando os níveis fonológico e morfológico, condicionado pela modalidade, situada no domínio discursivo-pragmático. Essa segunda acepção do termo discursivo-pragmático identifica um domínio complexo que abrange os seguintes níveis, que se recobrem hierarquicamente: sintático-semântico, semântico-pragmático e discursivo-pragmático.

A última acepção do termo *discursivo-pragmático* é traduzida como *inferências sobre as intenções e crenças de um interlocutor* (Green apud Moura, 1999: 85), i.e., *sempre que, numa interação, um interlocutor atribuir crenças e intenções a outro interlocutor, inferidas a partir do discurso e com base no princípio da cooperação, está-se no campo da pragmática* (Moura, 1999: 85-6). Estendemos o termo *pragmática* nessa acepção ao conhecimento compartilhado, não apenas atribuído ao ouvinte, mas ao conhecimento compartilhado recuperado do próprio discurso do ouvinte. O falante imagina um conhecimento compartilhado a partir de inferências pragmáticas interpretadas de seu próprio discurso e atribuídas ao ouvinte ou retoma o conhecimento compartilhado recuperado explicitamente do discurso do ouvinte.

Discursivo-pragmático é, na verdade, um termo polissêmico. Nenhuma das três acepções descritas é excludente; apenas cada uma das referências recebe um matiz que a particulariza e especifica em relação às demais. Temos, então, uma abordagem discursivo-pragmática (sentido amplo) recobrindo um domínio discursivo-pragmático, o qual, por sua vez, envolve níveis, sendo um deles discursivo pragmático^{viii}.

Apresentamos, a seguir, o esquema dessas considerações:



(7) Esquema: discursivo-pragmático

Interpretamos o esquema acima da seguinte maneira: em um primeiro plano, o termo *discursivo-pragmático* compreende a abordagem da gramática integrada à pragmática; em um segundo plano, congregamos sob o domínio discursivo-pragmático os níveis sintático-semântico, semântico-pragmático e discursivo-pragmático; por fim, o termo discursivo-pragmático aborda o cancelamento de inferências pragmáticas.

Nesta dissertação, os níveis compreendem os seguintes aspectos:

- 1) **Nível sintático-semântico:** a estruturação sintático-semântica retrata entidades referidas no nível representacional e integradas por meio de relações coesivas de ordem semântica. A estruturação linguística do enunciado reflete um esquema de predicação selecionado pelo falante, abrangendo um predicador e seus argumentos.
- 2) **Nível semântico-pragmático:** as informações se revestem da função interpessoal de reconhecimento da intenção comunicativa do falante que expressa seu julgamento, suas atitudes acerca do conteúdo proposicional, estabelecendo relações com o ouvinte.
- 3) **Nível discursivo-pragmático:** esse nível abarca o fluxo conversacional, rompendo inferências pragmáticas atribuídas ao ouvinte ou recuperando citações do ouvinte a fim de refutar as inferências pragmáticas^{ix}.

Em todos esses níveis, o falante compromete-se com a atribuição de uma informação ao ouvinte, seja no nível sintático-semântico, seja no nível semântico-pragmático, seja no nível discursivo-pragmático tendo em vista que *a interação lingüística se produz com base num conjunto de informações compartilhadas entre os interlocutores* (Moura, 1999: 83).

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Constituição da amostra e metodologia

A constituição da amostra para a realização desta dissertação compreende dados de fala coletados de algumas gravações de conversa informal armazenadas e transcritas no Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País).

O Projeto VARSUL propõe-se à pesquisa sociolingüística, desenvolvida em quatro universidades dos três estados da região sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, dispondo de uma amostra representativa das variedades lingüísticas urbanas dessa região.

A estrutura sociolingüística aplicada à constituição do Banco distribui os informantes em sexo, idade, escolaridade, região e etnia. Optamos pelo estudo da população da cidade de Florianópolis, de colonização açoriana. Os demais grupos de fatores sociais que apresentamos estão assim distribuídos: sexo (masculino e feminino), idade (14-24, 25-50, acima de 50) e escolaridade (primário, ginásio, colegial). Analisamos um total de dezoito células, com dois informantes por célula, constituindo trinta e seis informantes.

A inserção do parâmetro social no sistema lingüístico prevê a relevância da diversidade na análise, atribuindo à heterogeneidade da fala um perfil sistemático e estruturado no sentido de que a aleatoriedade é preterida em detrimento da variação condicionada, seja por fatores sociais, seja por fatores internos.

É difícil controlar todos os possíveis grupos de fatores condicionadores em um estudo sociolingüístico. Ao contrário do que ocorre com as dimensões sociais, já previstas na própria estratificação do Banco de Dados, cabe ao pesquisador identificar possíveis condicionantes na consideração do fenômeno em seu encaixe na estrutura lingüística.

Tarefa difícil consiste o controle das variáveis independentes a um determinado nível da gramática, dada a inter-relação que os níveis mantêm entre si. Aplicamos a teoria da variação e as técnicas quantitativas na análise morfofonológica

e ainda discursivo-pragmática do nosso objeto de estudo, a variação entre o presente do modo subjuntivo e o presente do modo indicativo em uma abordagem integrada da gramática. Controvérsias têm surgido na comunidade acadêmica acerca da validade da utilização das propriedades da regra variável e da própria metodologia variacionista aplicada a fenômenos acima do nível morfofonológico. A aplicabilidade dos métodos da teoria da variação a estudos acima desse nível, entretanto, tem sido operacionalizada com sucesso (cf. Gryner, 1990; Paiva, 1991; Görski, 1997; Tavares, 1999, entre outros).

A extensão da metodologia da teoria da variação a pesquisas discursivo-pragmáticas, como o nosso objeto de estudo, envolve os níveis da gramática emergentes na organização discursiva da atividade lingüística. A integração desses níveis inerentes à construção textual/discursiva constitui o contexto de realização do modo subjuntivo: uma categoria sob efeitos de pressões ora mais estruturais, ora mais discursivo-pragmáticas.

Como procedimento de análise, partimos inicialmente do levantamento de todos os empregos do modo subjuntivo, restringindo-nos, posteriormente, à análise do modo subjuntivo sob o escopo da modalidade na interface pressuposição-realis-irrealis. Alguns empregos do modo subjuntivo, portanto, foram descartados: expressões cristalizadas (1-2), neutralização entre o presente do indicativo e o presente do modo subjuntivo (3) e cláusulas relativas com pronomes indefinidos, mas que remetem a um item lingüístico definido no discurso (4)¹. Considere os dados que se seguem.

(1) Não sei, mas tomara que dê, né? (FLP 21, L0666)

(2) Então Deus te livre que elas escutem o que eu estou falando.
(FLP 11, L0891)

(3) Olhando agora té deu uma acalmada, mas mesmo assim o povo ainda tem muita cicatriz daquela época e, acredito eu, que essas cicatrizes só vão ser saradas daqui a um bom tempo, né? (FLP 01, L1240)

(4) Cidade de Florianópolis. Uma capital bem sucedida de- Não digo bem, bem não, normalmente bem sucedida no transporte coletivo, não é uma cidade que lhe ofereça é, baixa inflação, porque é uma cidade que só tem funcionário público, não tem fábricas, então não tendo fábricas, não tem como baratear nada.
(FLP 02, L0691)

Os dados foram submetidos ao modelo matemático aplicado à sociolinguística quantitativa, o programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1988; Scherre, 1992, 1993).

O programa estatístico VARBRUL calcula o número de ocorrências dos fatores controlados, sua frequência em percentual, e ainda estabelece os níveis de interatividade dos grupos de fatores em termos de probabilidade.

O cálculo de probabilidades atua em níveis. Em um primeiro nível, o programa calcula a probabilidade de cada grupo de fatores separadamente, selecionando o grupo mais significativo para a escolha das variantes. Selecionado estatisticamente o primeiro grupo, o segundo nível do programa interage o primeiro grupo com os demais, testando a significância do próximo grupo de fatores, operando sucessivamente até que nenhum outro grupo seja selecionado.

A relevância do programa está na interação dos grupos de fatores controlados na pesquisa, estabelecendo os níveis hierárquicos de significância desses grupos para a seleção das variantes linguísticas analisadas.

Nosso *corpus* se constitui de 319 ocorrências de contextos previstos pelos padrões normativos como de emprego do modo subjuntivo, mas que permitem também o uso do modo indicativo. Nada surpreendente esse total de dados tendo em vista a natureza da coleta das entrevistas, conforme mencionada a seguir.

A fim de minimizar o paradoxo do observador, o pesquisador coleta seus dados em situações de grande envolvimento do falante com o assunto, as chamadas narrativas de experiência pessoal, em que a atenção prestada à língua configura-se mínima, fazendo com que se instaure uma fala mais relaxada. Induzir o informante a falar mediante narrativas de experiência pessoal dificulta e inclusive inibe o uso da variável linguística em estudo. A variável tende a destacar-se em perguntas acerca da situação do país, da relação familiar, e assim por diante, momentos em que o informante assume e defende um posicionamento. Na verdade, o número reduzido de dados não se mostra tão reduzido quando consideramos o complexo domínio do modo subjuntivo. Em primeiro, temos um estudo variável realizado sob uma abordagem discursivo-pragmática; em segundo, trabalhar com modo verbal implica tratar de modalidade, temática ainda nebulosa; e, em terceiro, o subjuntivo tende a especializar-se de maneira particular em ambientes gramaticais distintos.

3.2 Regra variável na interface discurso-pragmática

3.2.1 Considerações acerca da regra variável

Uma descrição sincrônica da língua consiste na descrição da própria estrutura/produção lingüística captada em situações concretas de comunicação. Trabalhar com dados empíricos permite uma observação aproximada do vernáculo, em que formas lingüísticas conservadoras coexistem com formas inovadoras, formas do dialeto padrão e do dialeto não-padrão não se excluem e formas que parecem semanticamente sinônimas são usadas alternadamente. Essa heterogeneidade reflete a dinamicidade com que a língua é captada em um determinado tempo lingüístico e social.

Do ponto de vista do falante, o caráter oscilante da realidade lingüística define-se por sua variabilidade inerente. O sistema lingüístico é variável devido a sua natureza social e não se traduz por um comportamento aleatório, mas pelo traço definidor de variabilidade inerente. Tal variabilidade lingüística é captada pela interpretação formal da regra variável, segundo a qual a variação não é livre, porém obedece a regras sistematizadoras. Essa interpretação matemática relaciona a variação a uma regra subjacente ao sistema lingüístico do falante, regra essa que permite a possibilidade de alternância entre formas lingüísticas em um mesmo contexto e com o mesmo significado.

A interpretação formal da regra laboviana, em uma retomada à regra lingüística da gramática gerativa padrão, não deve ser com esta confundida. A regra variável opõe-se à regra categórica chomskyana que gera toda e qualquer sentença da língua, alargando a noção de competência lingüística e abordando regras variáveis sob um tratamento quantitativo.

O esquema abstrato e formal da regra variável visa a sistematizar a variação e a tratar a freqüência com que as variantes são empregadas em situações concretas de comunicação através de um modelo probabilístico. Ao contrário de Chomsky, que prevê um modelo lingüístico para a sintaxe, Labov (1972b) prevê um modelo de regras que atribui sistematicidade ao caráter heterogêneo do vernáculo.

A seguir é ilustrada a expressão formal da regra variável (5b), derivada da regra categórica chomskyana (5a) (cf. Labov, 1972b: 93-101).

$$(5) \text{ a. } X \rightarrow Y / A _ _ B$$

$$\text{ b. } X \rightarrow (Y) / A _ _ B$$

A abordagem oferecida pela expressão formal (5a) de uma regra lingüística consiste em uma instrução categórica, em que X é sempre reescrito por Y. Essa forma geral característica da gramática gerativa contrasta com o caráter opcional da regra variável, em que os parênteses descrevem um sistema lingüístico em que uma regra pode ou não ser aplicada. O termo opcional não deve ser associado à variação livre, pois tal associação acarretaria um retorno à condição de variação aleatória.

Essa proposta metodológica de controle do vernáculo mediante um sistema abstrato de interpretação matemática decorre da introdução do fator social à regra categórica de Chomsky. Indivíduos de uma determinada comunidade de fala possuem um padrão regular de comportamento lingüístico, i.e., o objeto de análise é a sistematicidade da heterogeneidade lingüística da fala individual dentro do contexto social. Formaliza-se essa sistematicidade da gramática da comunidade de fala por meio da quantificação do vernáculo em regra variável.

A fim de captar o fenômeno variável em estudo nesta dissertação, tornaram-se necessárias a análise de dados reais de fala e a percepção da coexistência de formas - presente do subjuntivo e presente do indicativo - em frases em que o esperado seria o modo subjuntivo. Essa espera do subjuntivo obedece a um padrão de comportamento lingüístico instituído e perpetuado pela gramática tradicional normativa que prescreve valores nocionais de uma atitude de incerteza, de possibilidade, de hipótese, inerente a sua morfologia flexional, bem como restrições de emprego. Conforme esses postulados normativos, o subjuntivo carrega um grande conjunto de traços nocionais mesmo sendo seu emprego determinado por certas condições de uso. Obedecer a tais condições nocionais e condições de uso previstas pela imposição de uma norma padrão implicaria a realização do subjuntivo. Entretanto, pela análise dos dados corroborou-se a assertiva de que as motivações sócio-históricas da norma gramatical não visam a atender à realidade lingüística e a descrever a língua em uso, uma vez que, de acordo com os manuais didáticos, o modo indicativo é empregado pelos falantes em contextos em que o subjuntivo seria o esperado.

3.2.2 Variáveis lingüísticas não-fonológicas

A problemática em torno das propriedades norteadoras da regra variável, identidade de significado e de contexto, está cedendo lugar a discussões cada vez mais acirradas acerca da identidade funcional das variantes. A distância do fazer sociolingüístico clássico e o avanço de pesquisas que contemplam fenômenos discursivo-pragmáticos têm acentuado, juntamente com o desenvolvimento de linhas funcionalistas, a ênfase no caráter funcional das variantes lingüísticas.

A covariação entre estrutura lingüística e estrutura social nos estudos clássicos é tão acentuada que, para Labov, os falantes não aceitam facilmente uma regra variável que não contemple essas variações sociais. *Se um certo grupo de falantes usa uma variante particular, então o valor social atribuído a esse grupo será transferido para a variante lingüística*ⁱⁱ (Labov, 1972a: 251).

As origens dos estudos labovianos clássicos estão nas pesquisas desenvolvidas na década de sessenta sobre fenômenos fonológicos. Pesquisas na área da fonologia contemplam de maneira cabal os pressupostos sociolingüísticos de analisar o vernáculo dentro da comunidade de fala, isso porque fenômenos fonológicos são marcados quanto aos fatores sociais, tais como sexo, idade, escolaridade. É natural, portanto, que métodos quantitativos da sociolingüística laboviana sejam aplicados com êxito na interferência de correlatos sociais aos fatores fonológicos, conforme estudos de Labov acerca da centralização dos ditongos (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard (1963) e da variável (r) na cidade de Nova Iorque (1966) (Labov, 1972a).

A sensibilidade aos fatores sociais afrouxa-se à medida que os estudos se distanciam do âmbito fonológico, atingindo o campo sintático, semântico, discursivo e pragmático. O alargamento do campo de aplicação da metodologia variacionista não altera a metodologia em si, porém implica duas considerações: em primeiro, o estatuto da regra variável nos estudos sintáticos, discussão motivada pelo estudo de Weiner & Labov (1983 [1977]) sobre a passiva sem agente e, em segundo, a equivalência funcional das variantes com significado e contexto idênticos.

O trabalho de Weiner & Labov (*op. cit.*) sobre as passivas sem agente suscitou o debate, posteriormente travado entre Lavandera (1977) e Labov (1978), acerca da validade da regra variável no estudo de fenômenos não-fonológicos e da natureza social dos fenômenos lingüísticos.

Em co-autoria com Weiner, Labov identificou variação entre a passiva sem agente – *A loja de bebidas foi invadida* – e a ativa com pronome – *Alguém invadiu a loja de bebidas* –, intercambiáveis no mesmo contexto sintático, e atribuiu os traços [-definido] e [-específico] para pronomes sujeitos genéricos a fim de determinar a isonomia do significado. Os autores concluíram que a escolha da passiva sem agente apresenta restrição lingüística especialmente por conta do paralelismo formal e não é socialmente condicionada.

As críticas de Lavandera (1977) apóiam-se em duas vertentes. Em primeiro, a autora menciona que, acima do nível fonológico, cada forma veicula um significado, propondo, portanto, a substituição da regra variável pela condição de comparabilidade funcional. Em segundo, aponta a ausência de significado social no estudo sobre as passivas, evidenciando uma disparidade com os primeiros trabalhos de Labov, em que o autor demonstra motivações sociais para as variantes lingüísticas. Em resposta a essas críticas, Labov (1978) afirma que a força das restrições sintáticas, i.e., internas, não anula o fazer sociolingüístico, pois ainda revela um conhecimento da estrutura da gramática. Afirma ainda que a ausência de base social para as variedades em uso não impede a identificação social do falante no instante de sua produção oral.

Vimos que fenômenos discursivo-pragmáticos não constituem um tema pacífico às propriedades da regra variável uma vez que *quando se trata de variação entre formas portadoras de significado, a variável pode ser definida pela 'função discursiva'* (Sankoff & Thibault *apud* Gryner, 1990: 43). Nesses termos, discute-se o estatuto da regra variável em se tratando de fatores funcionais. Conforme Tarallo (1991: 385), fatores funcionais caracterizam-se como variáveis independentes da mesma forma que condicionamentos internos e sociais. A variável lingüística deve apresentar variantes com identidade de contexto e de significado, porém a (não)-isonomia funcional pode ser controlada como um grupo de fatores. A questão é: **a não-isonomia funcional afeta a regra variável?** Essa questão será discutida na seqüência.

3.2.3 Caracterização do fenômeno variável em estudo

Conforme já mencionamos, a tradição prescritiva caracteriza-se pela imposição de normas de um comportamento lingüístico padrão e categórico. A falta

de uniformidade de critérios na conceituação lingüística, entre outros aspectos, resulta na incoerência da gramática tradicional; ora a normatividade se vale de critérios nocionais, ora se vale de critérios formais.

Nosso objeto de estudo constitui uma amostra da ausência de uniformidade dos critérios normativos no tratamento de fenômenos lingüísticos. A tradição gramatical normativa define subjuntivo como o modo verbal que indica um fato incerto, possível, provável, ainda não realizado. Segundo essa definição da gramática tradicional, seria natural considerar o emprego do modo subjuntivo como tradutor do incerto, do possível, e, portanto, o emprego do subjuntivo estaria automaticamente sob o escopo desses valores nocionais. O emprego do subjuntivo referido pela gramática tradicional, entretanto, independe parcialmente desses valores nocionais, pois apresenta restrições de uso. Observa-se um paradoxo dos padrões normativos na referência ao subjuntivo: os gramáticos definem nocionalmente o subjuntivo e restringem seu emprego a determinadas condições sintático-semânticas de uso.

Por oposição ao modo subjuntivo, a gramática tradicional prescreve o modo indicativo como codificador do fato real, certo, realizado, sendo este modo verbal ainda livre de restrições de emprego uma vez que é o modo verbal mais esperado e freqüente na atividade lingüística.

Partindo do critério nocional previsto pela normatividade, o contraste nocional entre o presente do subjuntivo e o presente do indicativo poderia impedir que se considerasse a possibilidade de variação lingüística se o valor representacional fosse afetado pelo valor atitudinal; caso contrário, a regra variável se manteria na identidade de significado e de contexto para a alternância entre ambos os modos verbais.

A caracterização do fenômeno em estudo como regra variável depende da extensão atribuída a mesmo significado e a mesmo contexto, podendo tais propriedades ser estreitadas ou alargadas. Depende ainda de verificar se, existindo uma distinção no valor atitudinal, esse valor atinge a regra variável. Sintetizamos a questão norteadora da regra variável nas palavras de Oliveira (1987: 28).

(6) Se encolhemos a noção de significado, igualando-a a 'valor de verdade', então talvez possamos juntar duas formas, A e B, como variantes de uma mesma variável. Mas, se esticarmos a noção de significado além do 'valor de verdade', então as mesmas formas A e B poderão não ser chamadas de variantes de uma mesma variável.

A problemática em torno da conceituação do mesmo valor referencial e do mesmo contexto acentua-se na consideração dos estudos que ultrapassam o domínio morfofonológico. Afinal, a equivalência das variantes no nível referencial e contextual é afetada pela não-equivalência no nível discursivo-pragmático? A ausência de isonomia comunicativa atinge a regra variável?

Labov (1978) estreita os limites da identidade do significado referencial, propondo a identificação do significado base na informação veiculada na comunicação. Na retomada da pergunta feita por Lavandera (1977), *por que alguém diz alguma coisa?*, Labov (*op. cit.*) menciona a resposta esperada, *para comunicar*, acrescentando: *para comunicar que tipo de informação?* Para comunicar uma informação, nos termos de Bühler, de *significado representacional*, ou, nos termos de Labov (*op. cit.*), de *estados de coisas*.

A variação social, no contraste entre formas rurais e formas urbanas, e a variação estilística, distinguindo uma forma mais polida e uma forma mais informal, podem constituir exemplos de variação linguística que preservam o mesmo significado base. A variação social manifesta a auto-identificação do falante pela linguagem e a variação estilística evidencia a acomodação do falante ao ouvinte. Esses dois significados são acrescentados ao significado representacional na atividade comunicativa sem que a informação base seja alterada. Podemos estender essa postura laboviana para o estudo do modo verbal em conexão com a modalidade.

Supondo que haja um traço de incerteza inerente ao paradigma flexional de modo subjuntivo como prescreve a normatividade, mesmo assim poderíamos considerar subjuntivo e indicativo como formas variantes se deslocarmos as atribuições de incerteza e certeza calcadas na morfologia de modo pela tradição gramatical normativa para o plano da comunicação. Estreitar ou estender os limites da noção de significado implica a possível interferência de um componente de modalidade no uso variável do modo subjuntivo.

A tradição gramatical prescreve o modo subjuntivo como o modo verbal empregado categoricamente na tradução do fato incerto e do possível em contextos como: verbos de desejo, de volição, verbos de dúvida, advérbio *talvez*, orações adverbiais, tais como final, temporal e causal, orações relativas que expressam um fato improvável, uma hipótese.

Diferentemente da proposta normativa de identificação dos valores nocionais como inerentes à morfologia do subjuntivo, podemos identificar as noções de

incerteza e de possibilidade nas próprias restrições de uso apontadas pela gramática prescritiva, tais como verbos de desejo, verbos de dúvida, advérbio *talvez*, etc., e não mais no paradigma flexional do modo subjuntivo. Esse deslocamento dos valores nocionais do morfema do subjuntivo para certos mecanismos lingüísticos possibilita a interferência do modo indicativo nesses contextos prescritos pela gramática tradicional como determinantes do subjuntivo.

Apresentamos, a seguir, quatro possibilidades de tratamento do fenômeno em questão com conseqüente admissão ou não da aplicação do nosso objeto de estudo às propriedades da regra variável.

Possibilidade I:

NÃO HÁ REGRA VARIÁVEL
SUBJUNTIVO ⇒ INCERTEZA
INDICATIVO ⇒ CERTEZA

Quadro 1 – Não aplicação da regra variável: o valor atitudinal interfere na regra variável

Nesse caso, o valor atitudinal inerente ao paradigma flexional dos modos verbais não permite atribuir ao subjuntivo e ao indicativo a qualidade de variantes. A marca morfológica do modo subjuntivo carrega o valor nocional de incerteza e a marca do indicativo, o valor nocional de certeza. Seguindo essa proposta, a presença de uma ou outra desinência é condição suficiente na determinação do valor atitudinal. A ocorrência de ambos os modos verbais em um contexto de uso idêntico será diferenciada por esse valor atitudinal. Essa postura assemelha-se à crítica de Lavandera (1977) a Labov (1978) acerca do tratamento variável de estudos além da fonologia. Segundo Lavandera, acima do âmbito fonológico a estrutura lingüística veicula significados distintos, atingindo as propriedades da regra variável em decorrência da ausência de identidade no significado.

A subordinação desses valores nocionais ao morfema flexional de modo verbal enquadra-se na visão da gramática normativa. A postura tradicional prescreve, aprioristicamente, valores nocionais opostos para ambos os modos verbais: subjuntivo [incerteza] e indicativo [certeza]. A normatividade, entretanto, permite o uso de ambos os modos verbais, desde que cada qual carregue seu valor atitudinal inerente, em algumas construções lingüísticas idênticas, notadamente em construções com

verbos de dúvida (*acreditar, crer, supor*). Por outro lado, os manuais de gramática prevêm o emprego exclusivo do modo subjuntivo em construções com verbos de desejo, de volição (*querer, desejar, exigir*), por exemplo.

Recusamos essa proposta por não permitir um tratamento variável entre subjuntivo e indicativo, em virtude do significado representacional ser atingido pelos valores atitudinais, e por atribuir valores nocionais distintos *a priori*, excluindo a relevância de outros mecanismos lingüísticos presentes no contexto de uso da morfologia flexional de modo verbal na atribuição da modalidade.

Possibilidade II:

REGRA VARIÁVEL
SUBJUNTIVO ⇒ INCERTEZA
INDICATIVO ⇒ CERTEZA

Quadro 2 - Aplicação da regra variável: o modo verbal carrega o componente atitudinal

Nessa segunda possibilidade, o componente atitudinal de incerteza inerente à morfologia flexional do modo subjuntivo e o componente atitudinal de certeza inerente à desinência do modo indicativo, conforme prescritos pela tradição normativa, não afetam o tratamento variável do fenômeno. Subjuntivo e indicativo veiculam o mesmo valor representacional, transmitem a mesma informação em um significado primário. Ao usar subjuntivo para incerteza e indicativo para certeza, o falante imprime um valor modal ao significado base sem alterar a identidade do mesmo significado em um mesmo contexto. A diferença no valor nocional, portanto, não impede a aplicação da regra variável.

Mesmo contemplando a regra variável, recusamos essa proposta devido ao estabelecimento *apriorístico* de valores atitudinais distintos inerentes ao paradigma de modo verbal - subjuntivo e indicativo - sem avaliação do encaixe lingüístico em que é empregado.

Possibilidade III:

REGRA VARIÁVEL
INCERTEZA ⇒ [+INCERTEZA] ⇒ SUBJUNTIVO
⇒ [-INCERTEZA] ⇒ INDICATIVO

Quadro 3 - Aplicação da regra variável: graduação para a mesma função

Agora, a análise determinística evidenciada nas propostas anteriores [se subjuntivo, então incerteza e se indicativo, então certeza] cede lugar à análise não-discreta dos modos verbais para o mesmo valor atitudinal de incerteza: subjuntivo na codificação de [+ incerteza] e indicativo na codificação de [- incerteza].

O valor nocional de incerteza desloca-se da morfologia flexional de modo subjuntivo para ser identificado em outros mecanismos lingüísticos. Determinados recursos lingüísticos de incerteza favorecem o modo subjuntivo, modo verbal codificador de alta incerteza, e outros recursos de incerteza favorecem o modo indicativo, modo tradutor de baixa incerteza.

Labov (1978) propõe duas informações acrescidas à identidade do significado da variável lingüística: o significado social e o significado estilístico operando sobre o significado representacional. Dentre esses níveis, o significado representacional constitui o significado primário, o significado base da variável lingüística captada no vernáculo. O significado base garante a regra variável, subjaz à produção lingüística do falante e não é afetado pelo significado social nem pelo significado estilístico.

A situação concreta de comunicação identifica falante e ouvinte: mediante o significado estilístico, o falante acomoda a estrutura lingüística à identificação do ouvinte e mediante o significado social, o falante identifica-se pela linguagem. O significado representacional permanece inalterado à interferência da identificação do falante e acomodação ao ouvinte. Conforme mencionado, a atribuição de uma escalaridade de incerteza intrínseca à morfologia de modo verbal seria instaurada na interação comunicativa, deixando intacta a regra variável. Sob essa possibilidade, o falante imprime [+ incerteza] ao empregar o modo subjuntivo e [- incerteza] ao empregar o modo indicativo. Mesmo deslocando o traço de incerteza para outros mecanismos, os modos verbais imprimem um valor inerente de mais ou menos incerteza.

Embora concordemos com a relevância do deslocamento do valor nocional de incerteza para outros recursos lingüísticos no tratamento da regra variável, recusamos essa visão escalar de incerteza, tendo em vista que o modo verbal traduz um valor

atitudinal de maior ou menor incerteza. Mesmo retirando a incerteza do paradigma flexional de modo verbal, subjuntivo e indicativo mantêm um traço atitudinal inerente: subjuntivo codificando mais incerteza e indicativo codificando menos incerteza.

Possibilidade IV:

REGRA VARIÁVEL
MODALIDADE \Rightarrow SUBJUNTIVO
\Rightarrow INDICATIVO

Quadro 4 - Aplicação da regra variável:
identidade no grau de incerteza

A consideração da modalidade não atinge as propriedades da regra variável, da mesma forma que os primeiros estudos de Labov previam variações fonológicas representacionalmente equivalentes associadas a significados estilísticos e sociais. Sob essa perspectiva, podemos admitir identidade representacional entre subjuntivo e indicativo matizada na análise discursivo-pragmática.

A modalidade manifesta-se na contraparte funcional do processo cognitivo-comunicativo entre falante-ouvinte. Por meio de estratégias lingüísticas, o falante imprime seus propósitos comunicativos, evidenciando que a gramática emergente no discurso identifica-se com os processos cognitivos de elaboração dessa gramática. Ao ouvinte compete, mediante a contraparte formal da modalidade, interpretar as intenções comunicativas do falante. Note que o processo formal-funcional da modalidade opera-se dos procedimentos mentais do falante, que elabora a informação para seu ouvinte, para os procedimentos mentais do ouvinte, que interpreta a informação embalada pelo falante.

Retornando à formalização da regra laboviana, $X \rightarrow (Y) / A \text{ __ } B$, podemos traduzir X como modalidade, a qual permite a variação Y , i.e., subjuntivo ou indicativo. Nessa interpretação formal, o mesmo significado deixa de constituir uma variável formal como, por exemplo, presença ou ausência da marca de plural, $[s]$ ou $[\emptyset]$, para constituir a informação veiculada pela proposição em que o dado se encontra.

A variação do modo subjuntivo sob o mesmo significado proposicional não implica um comportamento largamente variável desse modo verbal em todos os

ambientes gramaticais que caracterizam a modalidade *irrealis* ou situada na interface *realis-irrealis*. Há contextos aos quais a variação do subjuntivo revela-se mais sensível e outros em que a variação não se mostra tão recorrente.

A variação é uma propriedade inerente ao sistema lingüístico. O modo subjuntivo não é empregado categoricamente conforme prevê a GT nem plenamente substituído por outro modo verbal, o indicativo. A alternância observada no vernáculo entre o subjuntivo e o indicativo fornece subsídios para a concepção da regra variável como uma regra de produção, de performance, e ainda para evidenciar que o conteúdo proposicional, i.e., o significado base, permanece intacto na seleção das variantes.

A variação emergente no vernáculo demonstra a capacidade do falante em operar com a regra variável, controlada por uma série de condicionamentos distintos de acordo com o seu encaixe na estrutura lingüística.

Os dados transcritos a seguir são exemplos do comportamento variável do modo subjuntivo.

- (7) Ela tem muitos que ela não prefere, né? Ai é. Professor de Física porque quer que ela vá de short curto: 'Ah, mãe, não sei porque que ele quer que eu vou de short curto'. Porque ela vai de short mais comprido, ele acha que tem que ser mais curto. (FLP 11, L0508)
- (8) Eu acredito em força espiritual, eu não acredito que Deus seja uma pessoa que nem eles querem forçar as pessoas a serem, né? Mas eu acredito que há uma força superior, né? Hã, deixa eu ver, a igreja assim, ela proíbe demais, ela devia ser um pouquinho mais liberal, as missas deveriam ter corais. (FLP 17, L1078-80)
- (9) Não existe possibilidade, porque foi destruído o nervo auditivo. Ela não tem nervo auditivo. Então, se fosse outra que tivesse atacado outro órgão do ouvido, mas o nervo auditivo não tem condições de se restabelecer, de fazer cirurgia, nada. A não ser que ela tenha sorte, e vocês têm muita sorte, se houver uma reposição com o crescimento dela, e então, pode ser. (FLP 23, L1377-8)
- (10) ENT.: Não precisa força pra fazer, né?
Uma pessoa, por exemplo, que tá ali muito bem, que seja dono daquilo tudo, da verdade, mas se ele não tiver um pouco de respeito pelas pessoas, não adianta. Que nem que eu, por exemplo, que não vou aceitar. Não vou aceitar porque eu acho que ele faltou com o respeito. (FLP 13, L1303-4)

CAPÍTULO IV

MODALIDADE, MODO E TEMPO

A categoria gramatical da modalidade é identificada nas diversas línguas do mundo. O latim reconhece um sistema de modo – subjuntivo, indicativo e imperativo –, igualmente reconhecido pelo grego clássico – subjuntivo, optativo. O inglês descreve um sistema de verbos modais – *will, can, may, must*.

A origem greco-latina do português legou um sistema de modo verbal na caracterização da modalidade. A gramática tradicional normativa focaliza a categoria flexional de modo, atribuindo valores nocionais intrínsecos e distintos ao subjuntivo e ao indicativo. A normatividade não menciona o termo *modalidade*, mas *atitudes* do indivíduo acerca do que fala. Esse tratamento binário normativo imprime ao subjuntivo valores de incerteza, de possibilidade; sendo os valores de certeza, de precisão, de exatidão, expressos pelo indicativo.

O sistema de modo imposto pela tradição normativa e familiar a línguas românicas como o português, o francês e o espanhol, associa o paradigma flexional de modo ao sistema verbal, constituindo-se o modo uma categoria flexional identificada no verbo. Similarmente, a modalidade, ou nos termos da prescrição normativa, a atitude do indivíduo, realiza-se no sistema gramatical de modo verbal.

Epistemologicamente, o modo subjuntivo é o modo da subordinação, servindo para ligar, para subordinar. A subordinação desse modo verbal não parece ser meramente sintática uma vez que o subjuntivo não é usado em todos os casos de subordinação e é restrito aos casos de subordinação a itens lexicais com propriedades nocionais idênticas as suas.

A listagem de condições de uso para o emprego do modo subjuntivo é constituída por diferentes itens lexicais que compartilham os valores nocionais inerentes ao subjuntivo atribuídos pelo padrão normativo. Certos tipos de verbos, expressões e conectores, por exemplo, codificam valores de incerteza, de dúvida, de possibilidade, de suposição, de hipótese.

Reconhecemos a postura tradicional que prescreve o modo verbal como uma categoria gramatical, e propomos identificar a modalidade na construção lingüística, e não mais reconhecê-la gramaticalmente associada ao verbo. Não pretendemos

destituir o modo verbal de seus valores nocionais, mas sim deslocá-los do sistema verbal.

A proposta da existência de itens lexicais no português codificadores da modalidade de incerteza, de possibilidade, não é absurda. Diversas línguas não reconhecem um sistema verbal para a modalidade, mas identificam um sistema diferenciado na expressão da modalidade. A identificação e definição da modalidade é específica de cada língua. No caso do português, a herança normativa vincula a categoria gramatical de modo e a categoria nocional de modalidade, de atitude, em um idêntico paradigma flexional de modo verbal.

Diversos autores propõem a separação entre modo e modalidade:

- (1) *...eles (subjuntivo, indicativo e imperativo) expressam certas atitudes da mente do falante em relação ao conteúdo da sentença, embora em alguns casos a escolha do modo seja determinada não pela atitude do falante real, mas pela própria cláusula e sua relação com o nexos principal da qual é dependente. Ainda, é muito importante que falemos de 'modo' apenas se a atitude da mente é mostrada na forma do verbo: modo é uma categoria sintática, não uma categoria nocional* (Jespersen, 1924: 313 *apud* Palmer, 1986: 9-10).
- (2) *...modo é uma categoria gramatical que é encontrada em algumas, mas não em todas, línguas. Não pode ser identificado com a modalidade ou força ilocucionária...* (Lyons, 1977: 848).
- (3) *...um é gramatical (modo), o outro nocional ou semântico (modalidade)...* (Palmer, 1986: 7).
- (4) *...modalidade é um domínio conceptual, e modo é sua expressão flexional* (Bybee *et alli.*, 1994:181).

Focalizamos neste capítulo a proposta funcionalista de linha givoniana na consideração da modalidade como o julgamento do falante acerca do conteúdo proposicional, julgamento esse instaurado na atividade comunicativa mediante estratégias lingüísticas disponíveis na gramática da língua. A complexidade da categoria modalidade verifica-se nos correlatos a ela agregados, formadores do complexo domínio funcional TAM, tempo, aspecto e modalidade (Givón, 1984; 1995).

4.1 Modalidade

A categoria da modalidade é reconhecida em todas as línguas, mas nem todas as línguas a expressam na morfologia verbal (Palmer, 1986: 21). A associação da modalidade à categoria flexional do verbo é particularidade de algumas línguas, dentre essas, o sistema do português na perspectiva normativa. Reafirmamos que o sistema do português não menciona o termo *modalidade*, mas identifica atitudes no paradigma flexional de modo verbal, atribuindo ao subjuntivo diversos valores nocionais, dentre os quais citamos desejo, súplica, incerteza, dúvida, eventualidade, referência a fatos indeterminados, prováveis, possíveis.

A modalidade constitui uma propriedade da interação verbal, dos propósitos comunicativos dos usuários, e não uma propriedade da categoria verbal. Com o intuito de investigar a modalidade a partir da pragmática, da produção linguística do falante, explicitaremos a gramática funcional na linha de Givón.

Dentre os sub-sistemas gramaticais, o tempo-aspecto-modalidade provavelmente constitui o domínio funcional mais complexo da gramática (Givón, 1984; 1993a; 1995). O TAM consiste em um componente obrigatório da gramática na construção de cláusulas simples e um dos maiores dispositivos de coerência na combinação de cláusulas em um contexto discursivo.

O sistema TAM reflete traços semânticos e pragmático-discursivos da gramática em uma gradualidade, compreendendo propriedades semântico-lexicais do verbo, propriedades semântico-proposicionais na codificação de estados, eventos, ações e propriedades pragmático-discursivas:

- (5) **TRAÇOS SEMÂNTICO-LEXICAIS** ⇒ *estão intimamente envolvidos na estrutura significativa dos verbos ('predicados');*
TRAÇOS SEMÂNTICO-PROPOSICIONAIS ⇒ *codificam várias facetas de estado, evento, ação;*
TRAÇOS PRAGMÁTICO-DISCURSIVOS ⇒ *constituem um papel crucial na seqüência de proposições no discurso, adiantando-as ou retomando-as, e na indicação de modalidades de tempo/verdade/certeza/probabilidade/ no contrato falante-ouvinte^v (Givón, 1984: 269).*

Essas propriedades semânticas e pragmáticas graduais da categoria TAM permitem que um mesmo morfema codifique um feixe de funções:

}	lexicais
}	semânticas
}	pragmáticas.

A morfologia TAM tende a agrupar-se, e freqüentemente cliticizar-se, ao redor do verbo. A cliticização do TAM em prefixo ou sufixo do verbo tem origem no TAM realizado em um verbo principal, passando por um verbo auxiliar até tornar-se mais especializado como um morfema gramatical. Cliticizando-se, a categoria TAM perde o significado verbal original e se torna fonologicamente reduzida. Durante o processo de cliticização, a distribuição do TAM dentro da morfologia flexional verbal tende a obscurecer-se, tornando-se comunicativamente menos transparente.

Não pretendemos descrever as três categorias componentes do TAM. Abordaremos o domínio funcional da categoria modalidade na medida em que nos fornece esclarecimentos acerca do modo subjuntivo. Para a delimitação da modalidade, apresentaremos breves correlações com a categoria tempo e desconsideraremos por ora o sub-componente aspectual do TAM. Consideraremos o uso das categorias de modalidade e de tempo do sistema TAM nos dois eixos da gramática: semântica proposicional e discurso multi-proposicional, priorizando as cláusulas subordinadas e cláusulas simples com o advérbio *talvez*. O tratamento sintático e pragmático-discursivo das cláusulas subordinadas compreende, conforme Givón (1984: 315), as seguintes cláusulas: complementos verbais, cláusulas relativas e cláusulas adverbiais.

A proposta desta sub-seção intitulada **Modalidade** é preparar o terreno para a sub-seção subsequente em que tratamos o **Modo Subjuntivo**. Partilhamos da posição givoniana de compreender o lugar da modalidade *irrealis* para, posteriormente, compreender o lugar do modo subjuntivo (Givón, 1995), uma vez que o *irrealis* instaura-se no discurso mediante determinadas estratégias lingüísticas cujos contextos gramaticais tendem a favorecer o emprego do modo subjuntivo (Givón, 1995).

A compreensão da modalidade *irrealis* implica a compreensão da categoria modalidade, aqui abordada como o julgamento atribuído ao *frame* proposicional. O falante não permanece indiferente à informação que veicula, mas se coloca na proposição mediante avaliações estabelecidas em graus de crença e em graus de obrigação. Esse posicionamento acrescido à informação proposicional perpassa o

complexo domínio TAM, instaurando-se no âmbito da modalidade *pressuposição* ou *realis* ou *irrealis*.

O *frame* proposicional das cláusulas – participantes, tipo de verbo, transitividade (tipo de evento), permanece inalterado pela modalidade que tal proposição encerra. Compete à modalidade assinalar a atitude do falante em relação ao conteúdo da proposição (Givón, 1993: 169; 1995:112). O termo *atitude* concerne a dois tipos de julgamentos do falante referentes à informação proposicional, os denominados sub-modos *irrealis* epistêmico e deôntico (avaliativo):

- (6) (a) *Atitudes epistêmicas: verdade, crença, probabilidade, certeza, evidência*
- (b) *Atitudes avaliativas: desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, manipulação*^{vi} (Givón, 1995: 112).

Observe a seqüência de dados^{vii} e veja como a modalidade não afeta a informação/o conteúdo proposicional.

- (7) Ia fazer uma festa linda. Mas agora, a situação do atual governo talvez melhore, né? mas, o que estava, não dava nem pra pensar, né? Até a gente está torcendo que mude, né? com esse plano do Collor- (FLP 20, L0519)
- (8) Espero que a situação mude/muda com o plano Collor.
- (9) Acredito que a situação mude/muda com o plano Collor.
- (10) Teremos recessão até que a situação mude/muda com o plano Collor.
- (11) Mesmo que a situação mude/muda com o plano Collor, a crise permanecerá por um tempo.
- (12) Torcemos para que a situação mude/muda com o plano Collor.

Cada uma das seqüências acima encerra um envelope modal diferente, não afetando o *frame* proposicional que identifica *a possível melhora da situação mediante uma condição externa, o plano Collor*.

Conforme dito, adotamos a concepção funcional de modalidade em detrimento da concepção lógica, que tratou a modalidade proposicional desvinculada do contexto comunicativo. A tradição lógica concebia a modalidade em termos de verdades externas, verificadas no Mundo Externo. Reinterpretamos modalidade em moldes comunicativos acerca do julgamento do falante e do ouvinte. O falante imprime ao *frame* proposicional estratégias lingüísticas que identificam seu grau de adesão à informação veiculada. Ao ouvinte compete interpretar o grau de modalidade

atribuído ao conteúdo da proposição pelo falante. O processo cognitivo desencadeado entre os participantes do ato comunicativo configura-se em um processo bi-direcional, perpassando: **intenção comunicativa** \Rightarrow **estratégias lingüísticas** (falante) e **estratégias lingüísticas** \Rightarrow **intenção comunicativa** (ouvinte). O quadro a seguir ilustra a abordagem lógica da **modalidade epistêmica** e a interpretação em moldes comunicativos (Givón, 1995: 114).

MODALIDADES EPISTÊMICAS ^{viii}	
TRADIÇÃO LÓGICA	EQUIVALÊNCIA COMUNICATIVA
a. verdade necessária	pressuposição
b. verdade factual	asserção do <i>realis</i>
c. verdade possível	asserção do <i>irrealis</i>
d. não-verdade	negação da asserção

Quadro nº 5 - Modalidade epistêmica

Das modalidades epistêmicas expostas no quadro acima, a tradição lógica nos legou a oposição comunicativa *realis/irrealis* como uma oposição de eventos factuais (reais)/possíveis (irreais), respectivamente. Esse contraste abordado pelos lógicos assemelha-se à distinção prescrita pelos gramáticos normativos no português acerca do paradigma flexional de modo verbal entre indicativo e subjuntivo, em que para indicativo temos eventos reais, realizados ou certos de serem realizados, e para subjuntivo, eventos ainda não-realizados, irreais. Em virtude dessa possível correlação *realis/irrealis* de um lado e indicativo/subjuntivo de outro, trataremos exclusivamente das modalidades (b-c) do quadro sob uma interpretação comunicativa e, ainda, abordaremos a modalidade da pressuposição.

A asserção do *realis* tem a propriedade de asserir fortemente a proposição como verdadeira. Mesmo que o ouvinte desafie a veracidade do conteúdo proposicional, o falante possui evidências para defender sua forte crença. Em contrapartida, na asserção do *irrealis* a proposição é fracamente asserida e o falante não possui evidências para defender a informação proposicional, seja por essa ser possível, incerta, seja por ser desejada. Nessa modalidade, o desafio do ouvinte é até mesmo esperado. Sob a modalidade da pressuposição, apresenta-se um conhecimento incontestável, tomado como garantido por falante e ouvinte. O falante acredita fortemente no conteúdo da proposição, estando o ouvinte menos preparado para refutar tal crença.

A base interativa da modalidade corresponde ao conhecimento do falante e do ouvinte com relação a um evento ou estado, à capacidade do falante de apresentar evidências acerca desse conhecimento e à capacidade do ouvinte de refutar, desafiar esse mesmo conhecimento, caracterizando-se, basicamente, pelo grau de evidência do falante e pelo grau de contestação do ouvinte, conforme ilustra o quadro a seguir por nós sumarizado.

Contrato comunicativo	Pressuposição	Asserção do <i>realis</i>	Asserção do <i>irrealis</i>
Fornecimento de evidências	fortíssima	mais forte	mais fraco
Probabilidade de desafio	baixa	intermediária	alta

Quadro nº 6- Modalidade: *pressuposição/realis/irrealis*

A base funcional da distinção *pressuposição/realis/irrealis* está no julgamento que o indivíduo atribui à realidade. Um grande número de línguas naturais parece classificar eventos, ações e estados como atualizados, já ocorridos e que ainda estão ocorrendo por oposição aos não-realizados, potenciais (Bybee & Fleischmann, 1995; Givón, 1995). Essa distinção conceptual indica uma distinção temporal entre passado e presente de um lado e futuro de outro. A diferenciação na terminologia *pressuposição/realis/irrealis* repousaria, nesses termos, na aplicação lingüística dessa oposição. Partimos da premissa da natureza distintiva básica entre *pressuposição/realis*, de um lado, e *irrealis*, de outro.

A distinção *pressuposição/realis* e *irrealis* encerra um contraste lingüístico e cognitivo sob o princípio da marcação. A marcação é um fenômeno dependente da estrutura e do contexto, por isso uma mesma estrutura pode ser marcada em um contexto e não-marcada em outro contexto. O contraste *pressuposição/realis* e *irrealis* pode ser distinguido nas três áreas do critério da marcação (Givón, 1995: 28):

(13) *Critério da marcação:*

(a) *Complexidade estrutural:*

A estrutura marcada tende a ser mais complexa que a correspondente não-marcada.

(b) *Distribuição no discurso:*

A categoria marcada tende a ser menos freqüente, cognitivamente mais saliente, que a categoria não-marcada correspondente.

(c) Complexidade cognitiva:

A categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa – em termos de esforço mental, atenção ou tempo de processamento – que a não-marcada^x.

Eventos já transcorridos ou de ocorrência simultânea ao ponto de fala estão cognitivamente mais salientes e são facilmente acessados na mente. Essa natureza experienciada dos eventos pressupostos e *realis* está melhor estocada na mente do falante, podendo ser rapidamente ativada. A complexidade perceptual-cognitiva das categorias não-marcadas da pressuposição e *realis* é bastante reduzida se compararmos com o estatuto marcado da categoria *irrealis*. Eventos futuros, hipotéticos, potenciais, ainda não experienciados não podem ser ativados e nem estão salientes na mente.

As pessoas tendem a falar mais acerca de eventos pressupostos e de eventos *realis*, eventos terminados ou ainda em seqüência, eventos experienciados, eventos com um tempo específico de ocorrência. Eis o motivo pelo qual as categorias não-marcadas da pressuposição e do *realis* são mais freqüentes no discurso.

A baixa freqüência da categoria não-marcada *irrealis* desencadeia o emprego de estratégias lingüísticas instauradoras dessa modalidade. A exigência de recursos lingüísticos demonstra a complexidade estrutural do *irrealis*.

Observamos a estreita conexão estabelecida entre os componentes da categoria TAM, principalmente entre a categoria da modalidade e o tempo. O complexo TAM e a modalidade epistêmica estão da seguinte forma esquematizados (Givón, 1993: 171; 1995: 116):

CORRELAÇÕES ENTRE TEMPO-ASPECTO E MODALIDADE	
<i>Passado/perfectivo</i>	<i>Realis (ou pressuposição)</i>
<i>Perfeito</i>	<i>Realis (ou pressuposição)</i>
<i>Presente-progressivo</i>	<i>Realis</i>
<i>Futuro</i>	<i>Irrealis</i>
<i>Habitual</i>	<i>Irrealis ou realis^x</i>

Quadro nº 7 - TAM e a modalidade epistêmica

Passado e presente estão sob o escopo da modalidade *realis* por assinalarem um evento de ocorrência garantido em algum tempo específico, tenha esse evento já transcorrido ou esteja transcorrendo no momento da fala. Em oposição a esses tempos verbais, o futuro, valor temporal dos fatos ainda não experienciados, cai sob o escopo

do *irrealis*, a categoria de modalidade que retrata a possibilidade de um evento vir-a-ser.

Givón (1993a: 172; 1995: 121) sugere que, havendo um traço comum aos sub-modos epistêmico e deôntico do *irrealis*, esse traço deve ser de *incerteza epistêmica*.

A modalidade epistêmica de *irrealis* envolve um significado intrínseco de incerteza epistêmica, por apresentar baixa certeza ou baixa probabilidade. A modalidade deôntica de *irrealis* carrega um significado inerente de futuridade; portanto, também de incerteza epistêmica: *o futuro é um tempo claramente irrealis^{xi}* (Givón, 1984: 285) e *o futuro é por definição um modo irrealis^{xii}* (Givón, 1993a: 172). Por vias distintas, os sub-modos epistêmico e avaliativo de *irrealis* encerram a incerteza epistêmica. Veja a correlação assimétrica abaixo entre esses sub-modos apontada por Givón (1993a: 172):

- (14) *Se avaliativo, então epistêmico (mas não vice-versa)*
ou
se preferência, então incerteza (mas não vice-versa)^{xiii}

A base dessa relação assimétrica está na origem da modalidade epistêmica e da modalidade deôntica. O termo *epistêmico*, assim como *epistemologia*, deriva da palavra grega *conhecimento*, referindo-se ao conhecimento, à crença, à verdade da proposição. A modalidade epistêmica indica o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição.

A origem da modalidade deôntica está no uso da linguagem para expressar, de um lado, uma vontade, um desejo, e, de outro, conseguir que outros satisfaçam essa vontade, esse desejo, imposto pelo falante. A expressão de julgamentos deônticos tem a realização efetuada no futuro, verificando-se uma conexão intrínseca entre modalidade deôntica e futuridade.

Diferentemente da modalidade deôntica, a modalidade epistêmica não exhibe o traço inerente de futuridade. Observe a passagem de Palmer (1986: 97):

- (15) *Por essa razão eles (tipos de modalidade deôntica) sempre estarão relacionados ao futuro, desde que somente o futuro pode ser mudado ou afetado como resultado. No momento de fala pode levar outros a agir ou comprometer-se com a ação apenas no futuro. A esse respeito, eles são claramente diferentes da modalidade epistêmica, em que o falante pode comprometer-se com a verdade das proposições no passado, presente ou futuro^{xiv}.*

4.2 Modo subjuntivo

A arte de falar explicitada na Gramática de Port-Royal (1992 [1660]) ilustra a afirmação, tida no indicativo, como a significação principal do verbo; entretanto, significações como *desejar*, *rezar*, *ordenar*, são possíveis, alterando apenas a inflexão e o modo. Considera-se o modo como alterações na significação do verbo.

Além de assinalar a afirmação, a Gramática de Port-Royal assinala inflexões de pessoa e de tempo no verbo. Com o intuito de *explicar mais claramente o que se passava em seu espírito; notaram (os homens) primeiramente que, além das afirmações simples, como ele ama, ele amava, havia ainda outras condicionadas e modificadas, como embora ele amasse, quando ele amar* (1992: 101 [1660]).

A inflexão de modo subjuntivo surge na necessidade de fazer compreender o que se quer. Dentre as três principais maneiras de *querer algo* abordadas em Port-Royal, salientamos duas (1992: 102 [1660]):

- (16) 1) *Queremos coisas que não dependem de nós e então as queremos apenas como uma simples aspiração, o que é traduzido em latim pela partícula 'utinam' e na nossa por plût à Dieu ('Deus queira', 'praza a Deus').*
 2) *Nós queremos ainda de um outro modo, quando nos contentamos em conceber uma coisa, embora absolutamente não a queiramos, como quando Terêncio diz: 'Profundat, perdat, pereat – que ele dissipe, perca, pereça etc.'*

Diferentes línguas atribuíram diferentes designações a essas formas: subjuntivo e optativo (latim), optativo (grego), no primeiro caso, e subjuntivo e *modus potentialis* ou *modus concessivus*, no segundo.

A busca de imposição de um padrão formal lingüístico aproxima nossas gramáticas normativas da Gramática de Port-Royal. A gramática tradicional normativa prescreve um comportamento lingüístico despido de um respaldo teórico satisfatório e caracterizado por confusões terminológicas, causando impasse no estudo de categorias gramaticais sob uma perspectiva descritiva.

A necessidade de expressar a alma, o espírito, associada ao caráter condicionado do modo subjuntivo na Gramática de Port-Royal assemelha-se aos

critérios nocionais e formais definidores do subjuntivo na norma gramatical do português.

Procuramos algumas definições do modo subjuntivo segundo algumas gramáticas tradicionais prescritivas.

- (17) **BUENO** (1963: 316) ⇒ *Emprega-se o subjuntivo em orações dependentes de outras quando o seu fato verbal não é positivo, mas encerra desejo, súplica, incerteza, dúvida.*
- BECHARA** (1980: 104) *SUBJUNTIVO – em referência a fatos duvidosos, prováveis, possíveis, etc.*
- CEGALLA** (1981: 377) ⇒ *O subjuntivo 'é o modo da possibilidade'. Usa-se para exprimir um fato possível, incerto, hipotético, irreal ou dependente de outro.*
- CUNHA** (1978: 255) ⇒ *O SUBJUNTIVO, expressão de um desejo, apresenta o fato como possível ou duvidoso...*
- MENDES DE ALMEIDA** (1981: 226) ⇒ *O modo subjuntivo indica dependência também quando o fato é duvidoso ou indeterminado, sendo por isso chamado 'modo da possibilidade'.*
- SAID ALI** (1964: 166) ⇒ *O modo subjuntivo é próprio das orações principais optativas e das subordinadas em que se considera o fato como incerto e duvidoso...*

O sistema lingüístico normativo do português reconhece o modo como uma categoria gramatical identificada no sistema verbal, da mesma forma que o tempo e o aspecto. O verbo assume variações morfológicas na indicação de valores atitudinais da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (Cunha, 1978: 254). Os modos verbais realizam-se como diferentes formas impressas ao verbo de acordo com valores nocionais específicos e intrínsecos à morfologia flexional e ainda de acordo com condições de emprego.

A herança gramatical histórica tratou de subordinar um sistema distinto de valores semânticos ao sistema de modos verbais. O português herdou das gramáticas grega e latina valores nocionais opostos entre si e manifestos morfologicamente na flexão da categoria de modo verbal. O latim já opunha o paradigma morfológico do indicativo de exprimir certeza, precisão, à flexão modal do subjuntivo de atribuição duvidosa, desejável, hipotética.

Mesmo reconhecendo a associação do subjuntivo à expressão da dúvida, Camara Jr. (1978a; 1985) apresenta o subjuntivo no português com uma *pura servidão gramatical*, usado em certos tipos de frase.

No indo-europeu já despontava a tendência para a gramaticalização, i.e., a persistência morfológica de uma categoria vazia de valores conceptuais. O rompimento da estrutura gramatical com a atitude subjetiva do falante verifica-se na propensão de retirada dessa exteriorização psíquica da estruturação mórfica.

A expansão dos domínios do indicativo tornou o subjuntivo um padrão formal, destituído de seus valores semânticos, passando a modalidade subjuntiva a ser expressa, de acordo com Camara Jr. (1978a: 145), por advérbios de dúvida, pela aplicação modal dos tempos verbais, pela subordinação a verbos de estado mental, quais sejam, *pensar*, *crer*, etc. Por exemplo, em uma oração com o advérbio *talvez*, o subjuntivo opõe-se ao indicativo por um mecanismo sintático: emprega-se o subjuntivo posposto ao advérbio e o indicativo anteposto ao advérbio (Camara Jr., 1985: 133). Em outros casos, o caráter modal de dúvida, desejo, hipótese, mantém-se mesmo com o indicativo: *Suponho que é verdade* (Camara Jr., *op. cit.*).

Perini (1996) igualmente aponta a tendência da oposição morfológica entre subjuntivo e indicativo tornar-se puramente formal no português, tendo conseqüências na eliminação do papel semântico do subjuntivo e, gradativamente, na eliminação do próprio subjuntivo.

O modo subjuntivo encerra uma questão controversa também para Bybee *et alli.* (1994: 213), constituindo uma dificuldade precisar se realmente esse modo verbal carrega significado ou se, esvaziado semanticamente, é requerido pelo contexto sintático.

O estudo desenvolvido por Pereira (1974) acerca da oposição subjuntivo/indicativo em orações subordinadas introduzidas pelo complementizador *que* apresenta a função semântico-gramatical e a função predominantemente gramatical dos modos verbais. No primeiro caso, seja em distribuição complementar, seja em distribuição idêntica, os modos verbais opõem-se entre si como decorrência de significados factivos/não-factivos e como decorrência do contraste negação/afirmação. Sob a função puramente gramatical, reservada ao modo subjuntivo, a autora constata a redundância desse modo verbal desde que seu emprego é obrigatório. Análise similar encontra-se em Lyons (1971).

Observamos que diversos autores reconhecem a tendência à perda das distinções de modo verbal, tema de estudos nas línguas românicas, dentre os quais destacamos os estudos de Poplack (1992; 1994) para o francês do Canadá e o estudo de Silva-Corvalán (1994) para o espanhol falado na cidade de Los Angeles.

Poplack (1992) aborda as orações substantivas encaixadas sob matrizes verbais de seleção subjuntiva e assume a variabilidade inerente do modo subjuntivo do francês do Canadá, identificando a alternância desse modo verbal com o modo indicativo e a condicional. O estudo revela a presença de variação com todos os verbos matrizes que selecionam o modo subjuntivo.

A autora salienta que a ausência de uma aparente correlação entre o modo subjuntivo e noções semânticas de dúvida, de incerteza, não desconsidera a identificação desses significados por outros meios. Admitindo uma interpretação variável para o uso do modo subjuntivo, Poplack (1992: 246) controla possíveis grupos de fatores contribuintes de uma leitura não-factual do enunciado, tais como, presença de indicadores de modalidade não-factual. Grupos de fatores de natureza sintática também são testados, como, por exemplo, concordância de tempo entre os verbos da oração matriz e da encaixada, presença de material interveniente entre os verbos da matriz e da encaixada e saliência morfológica.

Os resultados do estudo do subjuntivo no francês indicam a independência de graus de asserção na seleção do subjuntivo e do indicativo sob matrizes verbais idênticas. O fenômeno variável apresenta condicionamentos morfossintáticos para o emprego do modo subjuntivo, tais como concordância com o tempo do verbo matriz.

Analisando a classe semântica dos verbos matrizes, Poplack (1992: 251) apontou os seguintes resultados: os verbos volitivos favorecem o modo subjuntivo, indicando o peso relativo de .77, seguido pelos verbos emotivos, com o peso relativo de .66 e mostrando uma nítida queda para os verbos de opinião, .09. O verbo matriz *falloir* (*have to*) foi controlado em separado pela alta frequência de uso nos dados, o que poderia inclinar os resultados do estudo quantitativo. *Falloir* é seguido pelo modo subjuntivo em 89% das vezes.

O estudo seguinte desenvolvido por Poplack (1994), também sobre o modo subjuntivo, testa o efeito de grupos de fatores sociais com a distribuição de matrizes verbais e ainda com matrizes não-verbais que selecionariam o modo subjuntivo de acordo com padrões normativos. O controle dos grupos de fatores sociais não apresenta resultados significativos na testagem de cada grupo separadamente, mas aponta contribuições interessantes na consideração paralela do efeito lexical das matrizes verbais e não-verbais.

Simultaneamente ao acréscimo de controle de grupos de fatores acima do componente morfossintático, Poplack (*op. cit.*) considera a questão da interferência do

bilingüismo para a redução do uso do modo subjuntivo, focalizando as cidades de Ottawa, Ontario e Hull, Quebec, formadoras da região da capital nacional do Canadá. O francês é língua majoritária no Quebec e, nas outras localidades, tem o estatuto de língua minoritária. Não nos estenderemos na investigação do grau de correspondência entre o estatuto da língua francesa e a influência interlingüística.

Os resultados do estudo do francês apresentam o grupo de fator classe social como o único de *efeito significativo e consistente na escolha do modo subjuntivo* (Poplack, 1994: 165). *A classe de 'outros profissionais' favorece o uso do subjuntivo a despeito da natureza lexical da oração matriz (op. cit.)*, com peso relativo de .67. O emprego do subjuntivo apresenta uma queda à medida que a classe sócio-econômica decai: mão de obra qualificada (.57), mão de obra não qualificada (.51) e profissionais liberais (.33). Poplack ressalta que tal resultado clareia a opacidade da alternância subjuntivo/indicativo investigada em seu estudo realizado em 1992.

Silva-Corvalán (1994) aponta a perda da morfologia do modo subjuntivo no espanhol de Los Angeles: contextos previamente categóricos de uso subjuntivo são categóricos de uso indicativo ou permitem o uso variável com o indicativo sob diferentes parâmetros sociais e geográficos. A tendência para a diminuição do uso obrigatório do subjuntivo alarga-se em se tratando do contato com o inglês, reduzindo a exposição e o domínio do espanhol e desfavorecendo a aquisição desta língua.

A oposição subjuntivo/indicativo nessa situação de línguas em contato apresenta os contextos obrigatórios do subjuntivo como os contextos mais resistentes à mudança em relação aos que permitem o uso de duas ou mais formas com significados aproximados.

Estudos relacionados ao modo verbal no espanhol assumem valores pragmáticos distintos para a morfologia flexional de modo, propondo o traço assertivo para o modo indicativo e o traço não-assertivo para o modo subjuntivo. Considere os exemplos retirados do estudo realizado no espanhol (Silva-Corvalán, 1994: 259-60) com relação aos contextos em que os falantes selecionam uma forma ou outra de acordo com a perspectiva pragmática e a outros contextos prototipicamente não assertivos que requerem o subjuntivo, respectivamente.

(18) *No creo que*

a. *tiene (IND) fiebre.* ⇒ contexto assertivo

b. *tenga (SUB) fiebre.* ⇒ contexto não-assertivo

(19) *Quiero que lo lea (SUB) (*lee (IND)) bien.*

Exemplos como (18) identificam o emprego de ambos os modos verbais com significados pragmáticos contrastivos; contrariamente, exemplos semelhantes ao (19) refletem uma correspondência entre a matriz lexical/sintática e o modo verbal requerido.

Silva-Corvalán (1994) considera a perda gradual do modo subjuntivo nos contextos em que é possível a escolha entre os modos verbais. Contextos como (18) não causam agramaticalidade, possibilitando a expansão do modo indicativo, enquanto contextos obrigatórios tendem a reter o modo subjuntivo. A autora ainda aponta a tendência das línguas românicas à perda das distinções de modo, aventando a possibilidade do subjuntivo no espanhol tornar-se dependente de traços morfo-sintáticos e lexicais do contexto. Por ora, a autora apresenta resultados na direção do uso de ambos os modos verbais motivado pelo contexto sintático-semântico e pelo contexto pragmático da intenção comunicativa. As matrizes de verbos volitivos (83.3%), de cláusulas final (76.2%) e concessiva (73.5) são os contextos preferenciais para a retenção do modo subjuntivo.

Estudos acerca do modo subjuntivo apontam diferentes tendências. O estudo desenvolvido por Poplack (1992) revela condicionamentos morfossintáticos no emprego do subjuntivo; a pesquisa realizada por Silva-Corvalán indica um tratamento sintático-semântico e pragmático na escolha subjuntivo/indicativo. Nossa proposta para o subjuntivo centra-se na consideração de um fenômeno variável captado na gramática emergente na pragmática, i.e., na interação comunicativa falante-ouvinte.

A gramática funcional de linha givoniana focaliza a identificação mais provável do subjuntivo ao longo das duas sub-dimensões de *irrealis* – epistêmica e avaliativo-deôntica. O conhecimento da distribuição dos sub-modos *irrealis* como uma primeira etapa ao conhecimento da distribuição do subjuntivo talvez possa ser explicada pela dificuldade, mencionada por Givón (1995: 124), em apresentar uma definição categorial de *subjuntivo*, permanecendo um objeto irreal (*unrealistic*).

O subjuntivo mantém uma correlação com os sub-modos *irrealis* de baixa certeza epistêmica e fraca manipulação deôntica identificada na seguinte associação condicional (Givón, *op. cit.*):

- (20) *Se uma língua tem um subjuntivo gramaticalizado, é mais provável aparecer nestes dois foci ao longo das sub-dimensões irrealis^{xv}.*

A unidirecionalidade, se subjuntivo, maior probabilidade de aparecer sob o escopo do *irrealis*, prevê uma relação de inclusão do subjuntivo como um sub-conjunto do *irrealis*, não sendo possível uma predição inversa como a seguinte (Givón, *op. cit.*):

(21) *Desde que todas as línguas tenham os dois foci ao longo das duas sub-dimensões *irrealis*, todas as línguas deveriam apresentar um subjuntivo gramaticalizado^{xvi}.

Reconhecemos que o *irrealis* não constitui uma condição para a realização do subjuntivo, mas um contexto favorecedor. É sob essa linha da gramática funcional givoniana que traçamos o percurso do modo subjuntivo. O caráter da gramática funcional em ser orientada para o uso congrega na pragmática uma arena interativa entre os diversos níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo.

4.3 Tempo

O paradigma verbal no português apresenta a flexão de modo verbal superposta à de tempo, num morfema cumulativo modo-temporal (Camara Jr., 1978b; 1982), razão pela qual esboçamos um breve comentário acerca do presente gramatical focalizado na variação subjuntivo/indicativo e do traço de futuridade exibido em um certo número de dados.

Ao apontar a tendência das línguas indo-européias à perda do vínculo entre o sistema de valores semânticos e a estrutura mórfica de modo, Camara Jr. (1977: 123; 1978a: 145) menciona a aplicação modal dos tempos verbais como uma dentre as estratégias lingüísticas que passam a codificar a modalidade devido à interferência do indicativo.

De acordo com Camara Jr. (1985: 128), o latim clássico apresenta uma coloração modal para o futuro, associado à dúvida, ao desejo, à imposição da vontade. Daí o futuro no latim clássico evoluir de formas flexionais volitivas e subjuntivas; há, aqui, portanto, uma relação entre o modo subjuntivo, formas volitivas e o tempo futuro. No latim vulgar igualmente predominavam as mesmas motivações que elevaram as formas volitivas e subjuntivas a futuro no latim clássico.

Lyons (1977: 815-6) menciona que evidências diacrônicas demonstram a referência ao futuro como uma questão mais de modalidade do que puramente de

referência temporal, havendo muitas línguas que realizam a referência futura na categoria de modo, mais que na categoria de tempo. Ainda de acordo com o autor, o tempo futuro nas línguas indo-europeias constitui um segundo desenvolvimento em virtude do Proto-Indo-Europeu não apresentar tempo futuro. O tempo futuro das línguas indo-europeias teve origem no modo subjuntivo do Proto-Indo-Europeu e em diversas *word-forms* e *phrases* que expressavam, não apenas futuridade, mas vários tipos de não-factividade, tais como predição, suposição, intenção e desejo.

A conexão histórica entre referência futura e não-factividade verificada nas línguas indo-europeias compreende o modo subjuntivo, o *modo da não-factividade* (Lyons, 1977: 818). Muitas línguas do mundo associam as noções de possibilidade e de obrigação ao modo subjuntivo, o mesmo modo que expressa as noções de não-factividade em várias línguas indo-europeias.

Motivações históricas mostram a derivação do tempo futuro do modo subjuntivo, e localizam o futuro não no eixo do conhecimento, mas no eixo da crença. A futuridade *nunca é um conceito puramente temporal; é necessário incluir um elemento de predição ou alguma noção relacionada*^{xvii} (Lyons, 1977: 677).

A futuridade é matizada pela modalidade, constituindo-se um vir-a-ser, uma possibilidade, e tal caráter inerentemente modal inibe a aplicação de um valor de verdade. A potencialidade dos eventos futuros localiza a futuridade em um feixe de mundos possíveis. À medida que o feixe de mundos possíveis vai-se definindo e restringindo a apenas um mundo, a futuridade é minimizada em detrimento de um valor temporal de certeza:

(22) *...interpretações antecipadas sobre este movimento fornecem os empregos modais; interpretações posteriores fornecem os empregos temporais. Como o movimento do futuro vai de um conjunto de mundos possíveis (m) para um mundo que é (mo), mesmo interpretações modais orientam para a certeza e esta certeza cresce à medida que se aproxima dos empregos puramente temporais* (Corôa, 1985: 57).

Dessa citação podemos depreender a implicação de interpretações modais ao traço de futuridade, parecendo-nos que a ausência de futuridade direciona para interpretações mais temporais. Considere alguns dados do *corpus*:

(23) Ah, não é todos, é isso aí, mas é impossível que nesses todos não tem uma válvula de escape. (FLP 19, L1361)

(24) É tudo dinheiro, é tudo cheio de: 'só me dá isso, senão não faço', então eu acho, assim, que a coisa, não sei, pode ser que

seja melhor agora. Eu estou colhendo o fruto daquilo que eu plantei, não sou dinheirista. (FLP 13, 0451)

(25) Não sei, porque eles não querem cumprir ordem. No militarismo ainda tem disciplina, tem que ter ordem. Onde não há ordem, não há progresso. Eu acho que se desse a reviravolta que nós queremos, o mundo não ficava nisso, por isso é que eu digo. Eu não estudei, né? pensando que seja isso. Essa reviravolta toda, os jovens responder aos mais velhos, né? (FLP 06, L0153)

(26) Então são coisas desse tipo que teriam que ser vistas, principalmente na parte dos prédios, do síndico, né? teria que olhar e botar um regulamento por ali. Talvez, não sei, é uma das coisas, né? Outra coisa, também, é o porteiro ausente, né? acontece muito. (FLP 14, L0202)

Os exemplos apresentam estratégias lingüísticas indutoras de um feixe de mundos possíveis, quais sejam, *é impossível que, pode ser que, pensando que, talvez*. Esses mecanismos lingüísticos não possuem um valor intrínseco de futuridade nem o contexto discursivo em que são usados o apresenta. A possibilidade, o vir-a-ser, a incerteza, constituem avaliações da modalidade *irrealis* acerca de uma informação proposicional detentora de uma fração de tempo simultânea ao ponto de fala. O falante apresenta um conteúdo proposicional que já está ocorrendo quando se dá o momento de fala – a reviravolta dos jovens, os problemas enfrentados por moradores de prédios - e avalia essa proposição em termos de crença, de conjecturas. O falante não asse sua postura frente á proposição, mas a modaliza, situando-a no eixo de mundos alternativos. Há pelo menos um mundo em que a reviravolta dos jovens se dá em decorrência da desordem, e há pelo menos um mundo em que a colocação de um regulamento é a solução para moradores de prédios.

Em Enç (*apud* Lappin, 1996: 348), Comrie parece desvincular o feixe de mundos possíveis da futuridade ao reconhecer os mundos alternativos como indicativos da modalidade, posicionamento que não pressupõe um enfoque bi-direcional. Um exemplo apontado por Enç (*apud* Lappin, 1996: 347) pode ilustrar essa asserção: *Pat will be sleeping now*. Esse exemplo expressa uma crença sobre o presente, explicitamente evidenciada pelo advérbio *now*, mesmo contendo o morfema inglês *will* usado para falar do futuro, o que significa uma interpretação modal não-futura. Podemos ter, portanto, um feixe de mundos possíveis sem que haja uma orientação de futuridade.

Diferentemente, os exemplos abaixo apresentam o traço de futuridade inerente aos recursos lingüísticos (27-28) ou a localização da futuridade em outros itens

lexicais dispostos na estrutura lingüística (29-30). Relembramos que estratégias lingüísticas indutoras da modalidade deôntica são intrinsecamente futuras, uma vez que a imposição de traços volitivos somente é possível de ser completada no futuro (cf. dados (27-28)).

- (27) ...o Ministério da Marinha não liberou aquela área **pra que** a Prefeitura possa abrir. (FLP 21, L0839)
- (28) Não, aqui, nós visitamos geralmente o hospital Florianópolis, tem a Carmela Dutra, a Maternidade, né? Mas a gente entra facilmente, não tem problema nenhum. Inclusive eles **gostam que** a gente vá fazer missa nos hospitais. (FLP 11, L0227)
- (29) **A hora que** eles começarem a passar essa rua pela parte de baixo, ou na parte do mar que eles querem passar a Geral, ali, **pode ser que** melhore um pouco, o pessoal ficar mais tranqüilo. Que hoje em dia, uma criança, pra atravessar a estrada, hoje, é um sufoco, né? (FLP 04, L0078)
- (30) [É uma via que vai]- que está vindo direto do centro, que vai direto ao aeroporto, a via expressa que eles **vão fazer** aqui. Talvez aumente mais o bairro ainda, cresce mais. (FLP 14, L0058)

Os dados acima instauram um feixe de mundos possíveis mediante estratégias lingüísticas indutoras da modalidade *irrealis*, tais como *pra que*, *gostam que*, *pode ser que* e *talvez*. Apenas o conector adverbial de finalidade e o verbo deôntico expressam a futuridade inerentemente, sendo o traço de futuridade identificado contextualmente nos demais trechos.

Os exemplos (27-28) ilustram um valor de incerteza epistêmica intrínseco ao traço de futuridade, traço inerentemente codificado pela modalidade deôntica. À modalidade epistêmica corresponde apenas um traço inerente de incerteza epistêmica, podendo as atribuições de crença estar no passado, no presente (23-26) e no futuro (29-30).

Uma análise conjunta dos exemplos ilustra o emprego da categoria gramatical de tempo presente - subjuntivo/indicativo – na codificação de eventos no eixo da possibilidade e de eventos futuros também no eixo da possibilidade.

O presente gramatical não pressupõe necessariamente cotemporaneidade com o momento da enunciação e raramente codifica ações pontuais, constituindo-se um ponto sem duração no limite entre passado e futuro. Conforme Corôa (1985: 45),

- (31) *O presente gramatical não se reduz, portanto, ao momento de fala mas a uma fração de tempo que inclui o momento de fala. Daí o presente poder, às vezes, ser associado ao passado, às vezes ao futuro: identifica-se ora mais com a*

parte da fração de tempo que veio antes do momento de fala, ora com a parte da fração de tempo que vem depois do momento de fala propriamente dito.

Observamos nos trechos (23-30) o emprego do tempo gramatical presente na codificação de eventos futuros e/ou incertos na dependência de estratégias linguísticas indutoras de incerteza epistêmica associada ou não à futuridade. Nos trechos em que se verifica uma aproximação do dado com o momento de fala, há uma maior presentificação do evento do que nos trechos em que há um mecanismo de futuridade que coloca o evento-dado no futuro na dependência de outro evento, esteja este no futuro ou não.

De acordo com Enç (*apud* Lappin, 1996: 353), é possível ancorar o tempo gramatical presente no tempo futuro, e não no momento de fala, quando introduzido por um modal. Camara Jr. (1978a: 225) já aponta que *a neutralização entre futuro e presente, com o uso do presente para os fatos futuros, acarreta o uso do pretérito imperfeito em vez do futuro do pretérito; ex.: presente por futuro do presente – ele canta amanhã; pretérito imperfeito por futuro do pretérito – ele cantava no dia seguinte.* Poderíamos incluir nessa redução paradigmática o uso do presente do indicativo pelo presente do subjuntivo na codificação, não de tempo futuro, mas de eventos com traços de incerteza epistêmica e/ou futuridade.

Camara Jr. (1978a: 169) ainda menciona o uso de tempos verbais do indicativo com valor modal, podendo anular a referência temporal em detrimento do valor modal, citando os seguintes exemplos:

- (32) a) *uma oposição entre presente (para expressão da segurança) e futuro do presente (para expressão da dívida);*
 b) *uma oposição entre presente (para expressão da realidade) e pretérito imperfeito (para expressão da irrealidade);*
 c) *uma oposição entre futuro do presente (expressão da possibilidade) e o futuro do pretérito (expressão da impossibilidade).*

Acrescentamos a essa lista a oposição entre presente do indicativo e presente do subjuntivo na codificação dos mesmo valores modais de incerteza epistêmica e/ou futuridade.

Considerações acerca da modalidade, especificamente da modalidade *irrealis*, são centrais para o entendimento da noção de futuridade. Futuro não somente figura

como uma categoria gramatical de tempo, mas se intersecciona com a modalidade; o futuro é hipotético e incerto por natureza. Nos termos de Givón (1984: 285), *o futuro é um tempo claramente irrealis, tratando de estados ou eventos hipotéticos, possíveis, incertos, que ainda não ocorreram*^{xviii}. Nesse sentido, as noções de futuridade e incerteza confluem e caracterizam a modalidade *irrealis* (Givón, 1984: 318), sob a qual o modo subjuntivo é mais provável de ser realizado.

CAPÍTULO V

MODO SUBJUNTIVO: DOMÍNIO FUNCIONAL COMPLEXO

5.1 Panorama do uso do modo subjuntivo

A complexidade da categoria TAM e, por extensão, do próprio modo subjuntivo, apontada em Givón (1995), é observada na natureza diversa dos grupos de fatores estatisticamente selecionados pelo programa computacional VARBRUL como contextos preferenciais ao emprego do modo subjuntivo.

A seleção dos grupos de fatores mostra o modo subjuntivo como uma categoria híbrida, bifurcando-se em uma categoria morfológica condicionada pelos níveis sintático (*paralelismo sintático*), discursivo (*pessoa*) e sintático-semântico-discursivo-pragmático (*tempo-modalidade*)ⁱ.

Prevíamos, como hipótese central de nossa análise, a relevância do grupo de fatores *tempo-modalidade* por duas grandes razões: a gramática normativa aposta no traço de incerteza e de certeza como diferenciador dos modos verbais e nossa proposta, de acordo com Givón (1995) e Bybee & Fleischmann (1995), concentra-se na importância do tempo como diferenciador das modalidades *pressuposição-realis-irrealis*. A seleção dos grupos de fatores na avaliação geral do comportamento do modo subjuntivo contempla a hipótese norteadora de nossa análise, como também a hipótese do caráter discursivo do grupo de fatores *pessoa* e da confirmação do princípio do *paralelismo sintático* de que marcas levam a marcas.

A relevância da seleção desses grupos de fatores caracteriza o modo subjuntivo como um complexo domínio funcional, atuando em diferentes níveis e não apresentando condicionamentos isoladosⁱⁱ. Na verdade, o subjuntivo configura-se um fenômeno escalar que perpassa a gramática do uso, sofrendo pressões discursivo-pragmáticas.

O modo subjuntivo constitui um fenômeno integrado à gramática do uso, configurando-se um domínio discursivo-pragmático e sendo a escolha das variantes ditada pelo contextoⁱⁱⁱ.

Passemos à análise dos resultados. Primeiramente, apresentamos o quadro geral do modo subjuntivo e, a seguir, focalizamos o subjuntivo nos quatro ambientes

gramaticais especificados por Givón (1995) como propícios ao emprego do modo subjuntivo dada a modalidade *irrealis* que permeia tais ambientes: advérbio *talvez*, cláusulas adverbiais, cláusulas substantivas e cláusulas relativas. Conforme Givón (1995: 124), se subjuntivo, mais provável que apareça sob o escopo do *irrealis*. Incluímos, ainda, uma seção correspondente à correlação entre o modo subjuntivo e a modalidade da pressuposição não prevista em Givón (1995).

Na primeira rodada geral com todas as ocorrências, o programa estatístico VARBRUL selecionou os seguintes grupos de fatores em sua ordem de significância: *tempo-modalidade*, *pessoa*, *paralelismo* e *contexto de subjuntivo*^{iv}. Amálgamas realizados, os grupos sofreram pequenas alterações, sendo selecionados: *modalidade*, *pessoa* e *paralelismo*^v.

5.1.1 Tempo-modalidade

Esse grupo de fatores foi estatisticamente selecionado pelo programa computacional VARBRUL no primeiro nível de significância e, à exceção do contexto com o advérbio *talvez*, em todos os demais contextos foi considerado significativo, embora difira quanto ao nível de seleção.

A expectativa para o grupo de fatores *tempo-modalidade*, conforme hipotetizado em 1.2, prevê o traço de futuridade, associado à incerteza, como o contexto preferencial ao subjuntivo. Por outro lado, a incerteza, com ausência do traço de futuridade, inibiria o subjuntivo, da mesma forma que o traço de atemporalidade. A pressuposição, por inferir um conhecimento compartilhado, i.e., prévio, tenderia a apresentar uma redução maior do modo subjuntivo.

O primeiro fator do grupo tempo-modalidade diz respeito ao traço de futuridade, propriedade intrínseca de alguns itens lexicais indutores de *irrealis*, tais como verbos deônticos (1-3, respectivamente) e conectores adverbiais de finalidade e de tempo (4-5, respectivamente), podendo ainda estar integrado contextualmente na cláusula em que o dado se encontra, seja pelo conector condicional *se* (6), seja pelo verbo *ir* (7), seja por um modal (8), por exemplo.

- (1) É porque a gente já falou, né? se for mulher eu escolho, se for homem ele escolhe. Espero que ele escolhe um nome bonito, né? (FLP 06, L1635)
- (2) Esse aqui, e o mais velho, por eles, eles querem assim que o meu marido volte, mas eu não quero não. (FLP 03, L0462)
- (3) Até a gente está torcendo que mude, né? com esse plano do Collor- (FLP 20, L0519)
- (4) Mas eu tenho a impressão que isso depende muito do aumento da população para que sensibilize as empresas a construírem um supermercado. (FLP 21, L0962)
- (5) Ela assim, quando ela apanhava do meu pai, ela nunca chorava, ela guarda tudo pra dentro dela até que vai dar alguma coisa nela que ela vai morrer, que ela não pode ficar guardando as lágrimas. (FLP 05, L1026)
- (6) Eu se eu chegar a me aposentar, talvez seja pela idade, né? (FLP 07, L0558)
- (7) Então, eu vou pagar o computador, mas eu vou pagar como eu posso. Agora com essa BTN- Que por BTN fiscal que o médico cobrou, né? Mas eu estou pagando bem pouco, então quer dizer que, pra mim, nem que eu vou pagar o resto da vida. Mas pra mim foi um sonho realizado, né? (FLP 20, L0687)
- (8) A FUCABEM só recolhe o menor quando ele já está perdido, quer dizer, então aí não adianta mais recolher. Então nós temos que ter uma casa de abrigados, mas que pegue a criança ou o garoto, antes de ele cair no mal. (FLP 02, L0821)

O segundo fator, o traço de incerteza, é identificado inerentemente a estratégias linguísticas indutoras da modalidade *irrealis*, quais sejam, o advérbio *talvez*, verbos epistêmicos, desde que não haja um indicador de futuridade focalizado na cláusula do dado em análise. Inversamente ao traço de futuridade, que traduz naturalmente o traço de incerteza, a incerteza não constitui condição necessária para a futuridade. É possível eventos/estados serem incertos sem que haja o traço de futuridade. Considere os trechos a seguir que manifestam o traço de incerteza implícito às estratégias linguísticas em destaque:

- (9) É, a minha diversão eram os bailes. Adorava baile. Ainda hoje adoro. Infelizmente, talvez esteja mais acomodado, porque, realmente, a gente vai perdendo o hábito. Mas no tempo dessa gurizada, eu não perdia um baile. (FLP 04, L0303)
- (10) Mas eu acredito que há uma força superior, né? (FLP 17, L1080)
- (11) É tudo dinheiro, é tudo cheio de: 'só me dá isso, senão não faço', então eu acho, assim, que a coisa, não sei, pode ser que seja melhor agora. Eu estou colhendo o fruto daquilo que eu plantei, não sou dinheirista. (FLP 13, L0451)
- (12) Ah, não é todos, é isso aí, mas é impossível que nesses todos não tem uma válvula de escape. (FLP 19, L1361)

O traço de atemporalidade configura uma associação mais alargada com a modalidade *irrealis* por situar-se na fronteira *realis-irrealis*, seja por apresentar um evento habitual, seja por apresentar uma hipótese, uma condição, acerca de um evento conhecido pelo falante. A interface *realis-irrealis* é freqüente nos contextos de cláusulas relativas e nos contextos de conectores concessivos e condicionais, desde que não haja menção ao traço de futuridade.

Há línguas que codificam a habitualidade no domínio da modalidade *realis* e outras que codificam este traço habitual no domínio do *irrealis*. Nos trechos que se seguem, vemos a habitualidade correlacionar-se a determinadas cláusulas relativas cujos sintagmas nominais não-referenciais são abordados em seu traço rotineiro. A habitualidade revela um hábito que alcança o domínio do *realis*, pelo evento descrito já ter ocorrido alguma vez, e se estende ao domínio do *irrealis* por focalizar um sintagma nominal de natureza não-referencial em um tempo indefinido.

- (13) Não gosto de ir ao cinema, teatro. Teatro assim quando é uma peça que te chama atenção, que tu vês que está, né? fazendo propaganda, né? Ai eu gosto. (FLP 04, L0465)
- (14) Adoro fazer racha com meus amigos. Agora eu estou aprendendo a dirigir, a gente vai sempre pra um lugar bem deserto que não tenha polícia, nada, a gente fica fazendo racha só pra ou então o carro que faz aquele barulhão. (FLP 05, L1147)

Os conectores adverbiais concessivos *mesmo que* e *nem que* e os conectores condicionais, desde que não apresentem um traço de futuridade, também localizam-se na interface *realis-irrealis*. Considere os trechos que se seguem.

- (15) A gente botou venda e, geralmente quem tem venda, mesmo que não tenha lucro, mas o dono da venda, né? os filhos, não passam tão mal. (FLP 12, L0795)
- (16) Da Farra-do-Boi? Não tenho nada contra, desde que não mate o boi, não fira o boi. (FLP 15, L0585)

O dado em (15) focaliza uma hipótese acerca de um evento já experienciado pelo informante, *o possível lucro obtido por quem tem venda*. Mesmo na hipótese de que o dono da venda não tenha lucro, seus filhos não passam mal. Em (16), o informante apresenta uma condição que restringe sua posição em *não ter nada contra a Farra-do-Boi*.

O quarto fator do grupo tempo-modalidade, pressuposição, em conexão com o modo subjuntivo, será aprofundado na seção 5.6 deste capítulo; entretanto, tecemos, nesta sub-seção 5.1, breves comentários acerca dessa correlação.

O conhecimento compartilhado ou a pressuposição da existência de um conhecimento compartilhado aproxima os participantes da atividade lingüística. Falante-ouvinte compartilham ou imaginam compartilhar as mesmas informações e, na atribuição de conhecimento, estão aptos a cancelar pressupostos derivados pragmaticamente.

(17) ENT.: Não aprova seitas.

Não é que eu não aprove, eu acho que cada um deve fazer aquilo que gosta e que entende que é o certo. (FLP 21, L0294)

(18) Mas como eu estava falando, o filme que marcou assim que eu lembro que marcou mais, porque olha só, primeiro foi um filme de ficção científica que assim, mais bem feito na época, né? (FLP 01, L0701)

Retomando a citação do entrevistador, o informante no trecho (17) refuta a inferência derivada pragmaticamente pelo entrevistador de que não aprova seitas ao mencionar não é que eu não aprove. O informante ainda pode cancelar conhecimentos atribuídos ao ouvinte. Em (18), antecipando possíveis intervenções do ouvinte, o falante já informa que o filme que marcou que eu lembro que marcou mais foi um de ficção científica.

Analisamos, com base na tabela 1 que se segue, o efeito dos diferentes traços de tempo-modalidade e o vínculo estabelecido com o modo subjuntivo.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
futuridade	106/128	83	.76
inc./atemp./pressup.	81/191	42	.31
TOTAL	187/319	59	

Tabela 1 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade^{vi}

Os resultados probabilísticos evidenciados na tabela 1 confirmam a expectativa da correlação entre o modo subjuntivo e o traço de futuridade, indicando que eventos, cuja possível realização está ancorada no futuro, estão mais distantes da interface *realis-irrealis*.

Os resultados mostram a conexão entre o modo subjuntivo e o traço de futuridade da modalidade *irrealis*, indicando o peso relativo de .76 para a aplicação do subjuntivo.

O segundo fator evidenciado na tabela 1 identifica o amálgama operado entre os traços de incerteza, atemporalidade e pressuposição. Esses fatores demonstram o predomínio do uso do indicativo, indicado pelo peso de .31 para o modo subjuntivo.

O modo subjuntivo tende a ser preservado sob o escopo do traço de futuridade, domínio da realização de possíveis eventos. O subjuntivo começa a perder terreno na interação falante-ouvinte, em que os participantes da atividade linguística discutem a incerteza, a condição, a hipótese, a habitualidade, codificadas pela modalidade da interface *realis-irrealis*. A interface *realis-irrealis* atrela o evento/estado ao tempo passado e ao tempo presente, tempos mais próximos da experienciação do falante e de localização dos eventos mais salientes, mais facilmente acessados e de menor exigência no processamento. O uso do modo subjuntivo igualmente é atenuado sob o escopo da pressuposição, caracterizada pela tomada do conhecimento compartilhado como garantido, como prévio.

Os resultados na tabela 1 mostram o traço de futuridade como o contexto de resistência ao emprego do modo subjuntivo. Os traços de atemporalidade e de incerteza, por um lado, e de pressuposição, por outro, constituem contextos favoráveis à extensão do uso do modo indicativo, inibindo o modo subjuntivo. Esses resultados indicam o tempo como fator de diferenciação entre o emprego do subjuntivo e do indicativo, contrariamente à gramática normativa que distingue o paradigma de modo verbal pelo traço de incerteza, para subjuntivo, e de certeza, para indicativo. Mediante os resultados estatísticos, observamos um deslocamento da modalidade em direção ao tempo, i.e., o subjuntivo está deixando de vincular-se a estratégias linguísticas indutoras do traço de incerteza para associar-se ao traço de tempo, mais especificamente, ao traço de futuridade.

5.1.2 Pessoa

A hipótese de que a primeira pessoa atenuaria o emprego do modo subjuntivo tendo em vista a interatividade com o ouvinte e a forte proximidade com o conteúdo informacional da proposição veiculado verifica-se nos resultados apresentados na

tabela 2, a seguir. Os resultados, conforme veremos na análise, confirmam nossa expectativa do modo subjuntivo estar sendo inibido pela primeira pessoa do discurso e retido pela terceira, revelando a proximidade do falante com o conteúdo proposicional como contexto desfavorável ao uso do modo subjuntivo. Na verdade, o subjuntivo é inibido e retido por questões discursivas, pela emergência de pressões da comunicação, do uso. Observe os resultados.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
terceira (sing./pl.)	152/242	63	.56
primeira	32/74	43	.32
TOTAL	184/316	58	

Tabela 2 – Modo subjuntivo e pessoa^{vi}

O equilíbrio entre as terceiras pessoas do singular e do plural, apontado no peso relativo da primeira rodada, justifica o amálgama realizado e apresentado na tabela acima. A rodada do pacote estatístico indicou um peso relativo muito aproximado entre essas pessoas verbais, identificando um maior distanciamento desses resultados com a primeira pessoa^{viii}.

Os resultados do amálgama evidenciados na tabela 2 indicam o favorecimento do modo subjuntivo ao emprego da terceira pessoa, alcançando o peso relativo de .56. O peso de .32 para a primeira pessoa verbal indica inibição do modo subjuntivo, o que significa a presença atuante do modo indicativo.

O resultado delineado nesse grupo de fatores é o esperado dada a natureza interativa da primeira pessoa na construção discursiva. A primeira pessoa reflete a interação do falante com a informação proposicional, visando à defesa de posicionamentos, ao rompimento das inferências pragmáticas atribuídas ao ouvinte ou com ele compartilhadas, à proximidade falante-ouvinte na atividade comunicativa.

- (19) Parada, se Deus me der vida e saúde, eu não vou ficar, né?
Talvez eu não vou fazer marmitta pra fora de casa, botar uma ajudante, assim. (FLP 16, L0575)
- (20) Então, eu prefiro ser viado do que usar droga. Às vezes eu falo isso. Mas não é assim, né? Então, às vezes, assim digo: 'Não, me chamam de frouxo.' Mas não quer dizer que seja frouxo se eu não uso. (FLP 13, L0911)
- (21) É uma vez no mês, tem mês que eu não vou. Só quando tem algum filme bom, né? que eu gosto. (FLP 14, L1407)

A interatividade falante-ouvinte, a localização do falante na produção discursiva tende a romper a correlação estabelecida pela norma padrão culta entre pessoa e morfologia, tornando pressões discursivo-pragmáticas mais emergentes. Observe os trechos seguintes.

- (22) ENT.: Esse desprendimento da família, né?
 O desprendimento pra que eles possam, vem cedo, sentir realmente. Eu casei com trinta e três anos, trinta e três anos. Estava dobrando o Cabo da Boa Esperança. (FLP 13, L0623)
- (23) A não ser que ela tenha sorte, e vocês têm muita sorte, se houver uma reposição com o crescimento dela, e então, pode ser. (FLP 23, L1377-8)

Na verdade, o grupo de fatores *pessoa* pode ser interpretado por sua natureza discursivo-pragmática, mais que pelo efeito de seus traços morfológicos. Pode-se dizer que a concepção givoniana de gramática para comunicação afeta o nível morfológico desse grupo de fatores, refletindo a variação subjuntivo/indicativo: subjuntivo inibido na interatividade do falante com a proposição e preservado no distanciamento com a informação proposicional.

5.1.3 Paralelismo sintático

O paralelismo é analisado pela primeira vez por Weiner & Labov (1983 [1977]) no estudo acerca da passiva sem agente. Nessa pesquisa, os autores consideram o efeito sintático do princípio do paralelismo, admitindo restrições essencialmente formais para a repetição das variantes.

O princípio do paralelismo formal prevê o efeito da identidade formal na seqüência discursiva. O controle do paralelismo formal visa a identificar a repetição sucessiva das variantes na análise dos dados como um indicador de que marcas levam a marcas (Poplack, 1979; Scherre, 1988).

Em nosso estudo, o grupo de fatores paralelismo sintático é controlado por três fatores definidos em termos de:

- a) primeira menção: constitui a primeira menção de uma variante na seqüência discursiva;

- b) presença de paralelismo: consiste na reiteração da variante mencionada no contexto precedente;
- c) ausência de paralelismo: consiste na ruptura da variante empregada com a variante mencionada no discurso precedente.

Considere, agora, os trechos que se seguem:

- (24) E também tenho debatido que se dê atenção ao turismo, que se faça tudo pelo turista, mas que não esqueça do florianopolitano. (FLP 21, L0708)
- (25) A Angelita sempre se enrolava numa toalha, ela não ficava exposta, assim- Como que a gente talvez chegue numa casa duma pessoa, a pessoa sai do banheiro enroladinha, assim, e tal, tudo, assim, numa boa. (FLP 16, 1298)

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Primeira menção	12/26	46	.53
Presença	11/25	44	.49
Ausência	02/05	40	.38
TOTAL	25/56	45	

Tabela 3 – Modo subjuntivo e paralelismo sintático

A primeira menção da variante apresenta neutralidade em relação ao uso do modo verbal (.53). A presença de paralelismo indica a tendência à premissa de que marcas levam a marcas embora o presente do modo subjuntivo localize-se na faixa neutra de (.49); o não-paralelismo inibe levemente o aparecimento dessa variante (.38).

Mesmo que nossa análise deva ser relativizada em função do número reduzido de dados (56), a hipótese inicial se faz presente uma vez que, empregando uma variante, há tendência de que seu uso seja mantido.

5.1.4 Contexto do modo subjuntivo

Resgatamos o primeiro resultado para esse grupo de fatores, selecionado pelo programa estatístico nessa primeira rodada. Em virtude dessas alterações, apresentamos resultados percentuais e resultados em peso relativo desse grupo de fatores estatisticamente significativo na primeira rodada.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Advérbio <i>talvez</i>	24/36	67	(.73)
Intercaladas	06/19	32	(.62)
Cláusulas adverbiais	44/75	59	(.60)
Cláusulas substantivas	80/114	70	(.52)
Cláusulas relativas	32/72	44	(.24)
TOTAL	186/316	59	

Tabela 4 – Modo subjuntivo e contexto^{IX}

Os resultados na tabela acima demonstram o emprego favorável do modo subjuntivo em contextos de advérbio *talvez* (.73), de expressões intercaladas (.62) e de cláusulas adverbiais (.60). O uso equilibrado entre subjuntivo/indicativo concentra-se nas cláusulas substantivas, indicada pelo peso relativo de (.52), e as cláusulas relativas demonstram ser o contexto desfavorável ao emprego do modo subjuntivo, identificando a queda do peso relativo para (.24). Uma análise bruta dos dados reverteria esse quadro geral focalizando o contexto prototípico das cláusulas substantivas e adverbiais e do advérbio *talvez* para o emprego do modo subjuntivo, atingindo uma faixa variável nas cláusulas relativas e sofrendo fortes interferências do modo indicativo nos contextos de expressões intercaladas^x.

Retomando o que mencionamos na introdução, propomos o reconhecimento do panorama do uso do modo subjuntivo e o do comportamento desse modo verbal em quatro contextos *irrealis* dos seis apresentados por Givón (1995): advérbio *talvez*, cláusulas adverbiais, cláusulas substantivas e cláusulas relativas. Optamos por esse estudo individualizado com o intuito de identificar o comportamento do subjuntivo quando analisado em separado, de identificar especialização de algum grupo de fatores, de identificar a existência de uniformidade de variação nesses contextos. Ainda consideramos as expressões intercaladas, contexto que compartilha propriedades discursivo-pragmáticas com os conectores adverbiais *embora* e *não que* de cancelar inferências pragmáticas. Esse emprego particular do modo subjuntivo recebe uma atenção especial na seção 5.6 deste capítulo em virtude de não figurar como um dos contextos favoráveis ao emprego do subjuntivo, conforme Givón (*op. cit.*).

5.2 Modo subjuntivo e advérbio *talvez*

5.2.1 Resultados e discussão

Advérbios epistêmicos, tais como *talvez*, instauram um escopo de modalidade *irrealis* acerca da informação proposicional em que estão encaixados (Givón, 1995). A modalização atestada pelo advérbio *talvez* manifesta ressalvas do falante, prevenindo o ouvinte de que não há compromisso com a informação veiculada pela proposição (Bonfim, 1988; Ilari, 1990; Castilho, 1993; Rigoni Costa, 1995).

O modalizador *talvez* constitui uma das estratégias lingüísticas mais expressivas de traduzir a incerteza epistêmica, sendo inegável seu traço inerente de imprimir uma baixa adesão do falante em relação à proposição. A intenção comunicativa do falante de revelar um baixo grau de comprometimento com a informação proposicional realiza-se no caráter desse modalizador de enquadrar a proposição no eixo da possibilidade, da virtualidade. A modalidade *irrealis* intrínseca ao modalizador furta o falante da responsabilidade de considerar a verdade ou a falsidade do conteúdo da proposição. Considere os exemplos que se seguem:

- (1) Movimento não é tanto, né? mas agora com essa via que eles querem passar *talvez* aumente e melhore mais e o bairro cresça mais ainda. (FLP 14, L0052)
- (2) Olhar ainda vai, pra dar uma espiada, ainda vai. Pois é, *talvez* eu não gosto, porque eu não aprendi a dançar, né? (FLP 10, L0413)

Recursos lingüísticos de incerteza epistêmica, como o modalizador *talvez*, têm a propriedade de preservar o falante perante a proposição. No trecho (1), o falante atenua o compromisso com o aumento e a melhora do movimento, da mesma forma que reduz o compromisso com o crescimento do bairro, mediante a incerteza impressa pelo *talvez*. O baixo grau de adesão do falante ainda é atestado pela projeção futura identificada em com essa via que eles querem passar. A incerteza está ancorada na modalidade *irrealis* inerente ao *talvez* e no traço de futuridade identificado discursivamente.

A atribuição de incerteza em (2) isenta o informante de comprometer-se com a afirmação de que não gosta de lambada porque não aprendeu a dançar. O informante já havia mencionado seu desgosto pela lambada e, posteriormente, atribui incerteza ao fato de que talvez não goste porque não aprendeu a dançar. Recusando comprometer seu desgosto pelo não aprendizado da dança, modaliza o conteúdo proposicional mediante a expressão da modalidade *irrealis* instaurada pelo *talvez*.

Apresentamos, a seguir, os grupos de fatores selecionados pelo pacote estatístico: escolaridade e conjugação^{xi}.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Colegial	17/21	81	.71
Primário/ginásio	08/18	44	.26
TOTAL	25/39	64	

Tabela 5 – Modo subjuntivo e escolaridade^{xii}

Indicando a oposição entre os níveis primário e ginásio de um lado e colegial de outro, a tabela 5 aponta o peso relativo de .26 e o peso de .71, respectivamente, o que evidencia a polarização do emprego do modo subjuntivo.

A intervenção da norma culta intensificada no colegial revela-se atuante nas imposições prescritas nos manuais gramaticais, refletindo o emprego favorável ao modo subjuntivo nesse nível de escolaridade. Paralelamente à redução do nível de escolaridade, verifica-se a inibição do modo subjuntivo, assinalando a importância da instituição escolar em manter o padrão culto da língua e confirmando a expectativa hipotetizada em 1.2.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Primeira	10/11	91	.86
Segunda/terceira	15/28	54	.33
TOTAL	25/39	64	

Tabela 6 – Modo subjuntivo e conjugação

A proximidade dos resultados em peso relativo para as segunda e terceira conjugações em rodada preliminar motivou-nos a amalgamá-las^{xiii}. Nos resultados indicados na tabela 6 mantém-se a polarização dos resultados, indicando o favorecimento do modo subjuntivo na primeira conjugação, com o peso de .86, e seu desfavorecimento nas duas outras conjugações, evidenciado pelo peso de .33. Esses resultados rompem com a expectativa exposta em 1.2 de que haveria uma correlação

entre conjugação e saliência fônica, segundo a qual o subjuntivo seria retido na segunda conjugação (verbos como: *ter, ser, querer, saber, poder*) e, em especial, na terceira (*sentir, ir, vir*), em virtude da maior saliência observada nessas conjugações. A tabela 6 evidencia, na verdade, o uso do modo subjuntivo favorecido pela primeira conjugação, a menos saliente, por oposição à segunda e terceira.

Parece-nos que, se de fato houvesse uma correlação entre conjugação e saliência fônica, o grupo saliência igualmente seria selecionado pelo pacote estatístico; entretanto, não foi isso que se verificou. É provável que, ao contrário da saliência, o tipo de item verbal esteja configurando o comportamento apresentado na tabela 6. A análise dos itens verbais no contexto do advérbio *talvez* identifica os seguintes verbos para a segunda e a terceira conjugações: *ter, ser, querer, valer, fazer, crescer, esquecer, saber, poder, sentir, ir, vir e sair*; e, para a primeira conjugação, apresenta *melhorar, achar, adotar, chegar, aumentar, levar, gostar, durar e estar*. Observamos que os itens verbais das segunda e terceira conjugações são verbos, em sua maioria, de estado, ou auxiliares, como os verbos *ir* e *vir*. Ao contrário, os verbos da primeira conjugação são menos estativos, implicando um certo processo.

Observe os exemplos:

- (3) Eu acio que talvez tenha outras coisas no meio, ali. (FLP 04, L1145)
- (4) Teria que olhar e botar um regulamento por ali. Talvez, não sei, é uma das coisas, né? (FLP 14, L0202)
- (5) Movimento não é tanto, né? mas agora com essa via que eles querem passar talvez aumente e melhore mais e o bairro cresça mais ainda. (FLP 14, L0052-3)

Os dados (3-4) mostram verbos mais estativos; diferentemente dos verbos em (5), que denotam processo. Nessa perspectiva, os verbos estativos aproximariam o falante do conteúdo proposicional, identificando um maior envolvimento, uma tomada de posicionamento, a responsabilidade pelo conteúdo da informação. Verbos de movimento distanciariam o falante do comprometimento com a informação veiculada.

Mencionamos igualmente o grupo de fatores *tempo-modalidade* em resultados percentuais. Esse grupo não foi selecionado pelo programa, no entanto, seria o próximo em nível de significância, atingindo .093.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL
futuridade	12/15	80
incerteza	13/24	54
TOTAL	25/39	64

Tabela 7 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade

Confirmando nossa hipótese acerca da correlação futuridade e modo verbal, os resultados da tabela 7 identificam a futuridade como o fator favorável à retenção do modo subjuntivo (80%). A incerteza, por ser desprovida de futuridade, inibe o subjuntivo (54%), o que aponta a interferência do modo indicativo quando o traço de projeção futura faz-se ausente.

5.3 Modo subjuntivo e cláusulas adverbiais

5.3.1 Resultados e discussão

Muitos tipos de cláusulas adverbiais estão inerentemente sob o escopo da modalidade *irrealis*, sendo as mais proeminentes as cláusulas temporais, as cláusulas condicionais e as cláusulas contra-factuais.

- (1) *Cláusula temporal irrealis*: Quando tu conseguires dinheiro, eu te venderei meu carro.
- (2) *Condicional simples*: Se tu conseguires dinheiro, eu te venderei meu carro.
- (3) *Condicional subjuntiva*: Se tu conseguires dinheiro, eu te venderei meu carro.
- (4) *Condicional contra-factual*: Se tu tivesses conseguido dinheiro, eu teria te vendido meu carro^{xiv}. (Givón, 1995: 120).

A realização do subjuntivo nas cláusulas adverbiais consiste, invariavelmente, no subjuntivo de baixa certeza epistêmica (Givón, 1995: 134). Reproduzimos a escala para as cláusulas adverbiais *irrealis* abordada por Givón (*op. cit.*):

Certeza epistêmica	Forma gramatical
a. alta certeza	marcação futura/modal
b. baixa certeza	marcação subjuntiva/modal
c. baixíssima certeza	marcação contra-fato

Quadro 8 - Escala modal mais comum de cláusulas adverbiais *irrealis*

Reorganizamos o quadro acima em função dos nossos dados de cláusulas adverbiais. Temos, de um lado, cláusulas adverbiais *irrealis* e, de outro, cláusulas adverbiais que denotam a modalidade da pressuposição, comprometendo-se com o conteúdo proposicional. Dessa forma, o quadro 8, reformulado de acordo com nosso *corpus*, fica assim distribuído:

Certeza epistêmica	Forma gramatical
a. alta certeza	marcação futura/modal
b. baixa certeza	marcação subjuntiva/modal
c. baixíssima certeza	marcação contra-fato
d. alta certeza	marcação: tendência ao indicativo

Quadro 9 - Escala modal mais comum de cláusulas adverbiais *irrealis*-pressuposição

Centralizaremos a análise na faixa intermediária de marcação subjuntiva sob o escopo da modalidade *irrealis* de baixa certeza e na base da escala, traduzida pela alta certeza e favorável ao modo indicativo.

A gramática da combinação inter-clausal no contexto discursivo manifesta a dependência sintática na conexão das cláusulas de uma perspectiva cognitiva e comunicativa. A marcação sintática da forma verbal sob a perspectiva cognitivo-comunicativa é resumida no princípio da iconicidade da integração do evento e da integração da cláusula (Givón, 1993b: 286).

- (5) *Iconicidade da integração do evento e da integração clausal:*
Quanto mais sintática e pragmaticamente dois eventos/estados estão conectados no discurso, mais gramaticalmente integradas serão as duas cláusulas.

A dependência inter-clausal manifesta-se no componente das relações semânticas das cláusulas adverbiais com o contexto clausal imediato, i.e., a cláusula matriz, e no componente pragmático^{xv} de conectar a cláusula adverbial com o discurso precedente (contexto anafórico) ou com o discurso subsequente (contexto catafórico).

As cláusulas adverbiais subdividem-se de acordo com suas especificações semânticas de temporalidade, finalidade, condição, concessão. Abordaremos essas relações de significado das cláusulas adverbiais mencionadas em Givón (1993b: 287-301), incluindo cláusulas causais não apresentadas em Givón (*op. cit.*), porém consideradas adverbiais pelas normas gramaticais.

As **cláusulas temporais** codificam conexão temporal entre a cláusula adverbial e a cláusula matriz, podendo apresentar os seguintes conectores adverbiais:

(6) ENT.: Um lugar?

Antes que eu morra, Bahia. (FLP 19, L0943)

(7) E aos pouquinhos vem vindo a maldade, vem vindo até que chega naquele ponto, né? que chegou Sodoma, né? (FLP 22, L0047)

Os conectores adverbiais *antes que* e *até que* guiam inferências acerca da seqüência temporal convencional de precedência de um evento a outro. No trecho (6), o conector *antes que* especifica a relação temporal de um evento de projeção futura subsequente a outro evento pela interpretação de que o informante queira conhecer a Bahia antes de morrer. Temos, para o trecho (6), Bahia como evento anterior a antes que eu morra, evento posterior. No trecho (7), infere-se a especificidade semântica de temporalidade a partir do traço de precedência inerente ao conector *até que*, na conexão dos eventos expressos: primeiramente a maldade vem vindo até chegar em um determinado ponto, o ponto ao qual chegou Sodoma.

A interpretação de futuridade e, por conseguinte, de incerteza epistêmica, identificada na conexão dos eventos compreende o eixo da modalidade *irrealis*. Sob o escopo do *irrealis*, um evento não possui valor de verdade, não é possível assegurar a veracidade nem a falsidade do evento codificado na informação proposicional. O caráter de vir-a-ser inerente ao futuro e ao traço de incerteza, a referência a eventos futuros hipotéticos, instauram os mundos possíveis, as possibilidades de realização e de não-realização do evento proposicional.

Nas **cláusulas finais**, o componente semântico de finalidade implícito ao conector está sob o escopo da modalidade *irrealis* por implicar a projeção futura do evento da cláusula subordinada em relação ao evento expresso na cláusula matriz.

- (8) ENT.: Esse desprendimento da família, né?
O desprendimento pra que eles possam, bem cedo, sentir realmente. Eu casei com trinta e três anos, trinta e três anos. Estava dobrando o Cabo da Boa Esperança. (FLP 13, L0623)
- (9) Por exemplo, nós temos uma coisa que são normas. Existe um sinal vermelho pra que você não avance. Ele olha para o lado, não vê ninguém, ele toca. Mas, se tiver um guarda, ele não faz. (FLP 13, L0783)
- (10) São mais de dez salários mínimos, hoje- Bom! Comenta-se que o salário mínimo hoje vai em tomo de cinco mil cruzados a partir de abril, então seriam hoje quase vinte salários, dezenove salários aproximadamente para que o vereador participe de, no mínimo, doze sessões ordinárias mensais. (FLP 21, L0078)^{xvi}

As cláusulas finais aproximam-se dos complementos oracionais que expressam intenção por traduzir o desejo, o intento, a obrigação, impressa pelo sujeito da cláusula com referência à realização do evento indicado (Palmer, 1986: 174, 177). A possível realização do evento expresso nas cláusulas finais é projetada para o futuro em decorrência da futuridade intrínseca ao conector final *para que*.

As **cláusulas condicionais** tratadas por Givón (1990: 829; 1993b: 291) restringem-se às de natureza *irrealis* codificadas pelo subordinador *se* – (*if*), identificando um traço implícito de futuridade. Nossa análise acerca do uso variável do presente do indicativo pelo presente do modo subjuntivo, entretanto, não apresenta variações no modo sob o escopo do conector adverbial explicitado em Givón (*op. cit.*), mas com outros conectores *irrealis*. As cláusulas condicionais em nosso estudo igualmente apontam o traço de projeção futura da modalidade *irrealis* ou ainda um traço condicional de *irrealis*. O traço de futuridade não se manifesta intrinsecamente aos conectores, mas é identificado no contexto discursivo. Considere os exemplos.

- (11) Então, se chovia, então era um fim de mundo, né? Mas, hoje, o quê? o avião sai às nove, sempre saímos de casa às oito e quinze, a não ser que more do lado de lá da ponte, mas, senão, oito e quinze tu sais, porque eles pedem pra estar lá às oito e meia, mas não- mas naquele tempo era- Ah, o Aeroporto era feio, tão feinho, ai, era uma casa de madeira, era horrível. (FLP 24, L1365)
- (12) Ah, acredito em Nossa Senhora, acredito Santa Teresinha, Santa Rita de Cássia, logo que seja santo, eu acredito. (FLP 15, L1265)
- (13) Da Farra-do-Boi? Não tenho nada contra, desde que não mate o boi, não fira o boi. (FLP 15, L0585)
- (14) Ah! Os meus amigos são muito legais. Adoro sair com eles, adoro sair pra dançar com eles à noite, menos que os meus

- pais não deixam eu sair pra dançar com eles. Eles dizem que eu sou muito nova ainda pra sair pra dançar. (FLP 05, L1386)
- (15) É. Desde que não vá me prejudicar também a minha família, né? Mas eu estou tranquilo, estou satisfeito- (FLP 13, L0458)
- (16) Não existe possibilidade, porque foi destruído o nervo auditivo. Ela não tem nervo auditivo. Então, se fosse outra que tivesse atacado outro órgão do ouvido, mas o nervo auditivo não tem condições de se restabelecer, de fazer cirurgia, nada. A não ser que ela tenha sorte, e vocês tem muita sorte, se houver uma reposição com o crescimento dela, e então, pode ser. (FLP 23, L1377)

As estratégias lingüísticas indutoras de um traço semântico de condição e codificadoras da modalidade *irrealis* enfeixam características difíceis de determinar. A dificuldade na explicitação do estatuto teórico dos conectores condicionais (Palmer, 1986: 172) pode ser atribuída à propriedade de tais conectores não indicarem um evento que ocorreu, nem um evento que esteja ocorrendo ou nem ainda um evento que ocorrerá. Palmer (1986: 189), tratando do condicional *if*, menciona que meramente indica a dependência da verdade de uma proposição sobre a verdade de outra^{xvii}.

Os conectores *a não ser que*, *logo que* e *desde que* focalizados nos trechos acima evidenciam a particularidade das cláusulas condicionais de não referirem um evento no tempo, seja esse tempo passado, presente ou futuro, mas de codificarem uma condição. Essa condicionalidade pode estar vinculada a um evento no presente ou pode estar ancorada em um evento futuro. O ponto de contato entre a condição e o tempo presente traduz a interface *realis-irrealis*, e o ponto de contato entre a condição e a possibilidade de realização de um evento no futuro codifica a modalidade *irrealis*.

O trecho (11) identifica a hipótese de realmente a pessoa morar do outro lado da ponte, vinculando a condição a uma perspectiva atemporal. A apresentação da condição a não ser que more do lado de lá da ponte traduz uma condição, uma hipótese ancorada em um tempo indefinido. A apresentação da condição logo que seja santo no trecho (12) igualmente imprime atemporalidade, assinalando meramente a condição de ser santo. Em (13), a atemporalidade verifica-se na condição de não matar o boi e de não ferir o boi. Em virtude da particularidade de vincular *realis-irrealis* na atemporalidade, trechos dessa natureza instauram-se na interface. Em (14), o informante menciona um fato, de uma certa maneira habitual, atemporal: sempre que seus pais não querem que ela saia, ela não sai.

Os trechos (15-16) situam uma condição na dependência de um evento futuro; expressando o traço de futuridade. O trecho (15), mediante o verbo *ir*, de denotação

futura, localiza-se sob o escopo da futuridade, estabelecendo a condição de não vir a me prejudicar. (16) focaliza a impossibilidade de uma cirurgia para o restabelecimento do nervo auditivo, mas apresenta uma condição caso o crescimento da menina favoreça a reposição do nervo. A reposição do nervo apenas poderá ser atestada com o crescimento da menina, condição a ser vislumbrada no futuro. Trechos como (15-16) exibem uma relação de dependência entre a realização do evento retratado na cláusula condicional e um outro evento futuro.

As **cláusulas concessivas** são empregadas quando a informação expressa um contraste pressuposto ou uma contra-expectativa. A cláusula concessiva expressa os graus de expectativa acerca do conteúdo proposicional e a cláusula matriz apresenta a informação inesperada. Observe as expectativas contrárias ao esperado mediante alguns conectores concessivos.

- (17) Mas todo carnaval, a gente não sabe o que era carnaval aqui em Florianópolis, porque, quer dizer, eu não gosto mesmo de carnaval, ou né? Não gosto porque eu acho pura bagunça, eu acho que a gente pode aproveitar mas mesmo que tu vá num clube, que tu vá em qualquer lugar no centro da cidade, é muita coisa, a gente vê muita coisa acontecendo no carnaval. (FLP 04, L0890)
(normalmente, o carnaval em clubes apresenta menos bagunça em comparação ao carnaval de rua)
- (18) Não digo, assim, esnobar aquele saber, né? Mas, pelo menos, aparentemente, nem que a pessoa engane um pouco, mas se comportar, isso aí é, eu acho super especial, assim. (FLP 19, L0831)
(normalmente, não esnobar um saber pressupõe ser modesto, humilde)
- (19) Embora acho e concordo que as funções das Forças Armadas não são essas (ir para as ruas dar segurança), mas numa crise maior de segurança, como está acontecendo, por exemplo, no Rio de Janeiro, eu acho que deveria, sem dúvida nenhuma- (FLP 21, L0627)
(normalmente, achar e concordar pressupõe não achar nem discordar)

As cláusulas adverbiais concessivas, como as exemplificadas acima, codificam o rompimento da expectativa esperada, ou possivelmente esperada, pelo ouvinte. No trecho (17), é possível que o ouvinte espere que os bailes de carnaval em clubes tenham menos bagunça, expectativa cancelada mediante a introdução de mesmo que tu vá num clube, que tu vá em qualquer lugar no centro da cidade. O conector concessivo tem a propriedade de anular a inferência derivada pragmaticamente da

atividade comunicativa. O trecho (18) rompe a inferência de que não esnobar pressupõe modéstia, humildade, mediante a menção da informação nem que a pessoa engane um pouco. No trecho (19), a assertiva de que acho e concordo que as funções das Forças Armadas não é ir para as ruas dar segurança pode induzir o ouvinte a pressupor que o falante de fato assim pensa, pressuposto antecipadamente cancelado por meio da ressalva embora acho e concordo.

Uma diferença entre as cláusulas concessivas 17-18 e 19 pode ser estabelecida. Nos dois primeiros trechos, o falante cancela a pressuposição, projetando o evento para o futuro. Em (17), o verbo *ir* em mesmo que tu vá imprime o traço de futuridade e, em (18), a futuridade está expressa na idéia de que nem que a pessoa tenha que enganar. Em (19), por outro lado, o falante não projeta a informação de que acha e concorda que as funções das Forças Armadas não são essas para o futuro; pelo contrário, compromete-se com a veracidade dessa informação, assinalando que de fato acha e concorda que as funções das Forças Armadas não são essas. O conector concessivo *embora* em (18), assim como nos demais dados em que é empregado em nosso *corpus*, não apresenta um traço de futuridade identificado no contexto discursivo. O conector concessivo *embora* cancela pressupostos inferidos ou atribuídos ao ouvinte por meio de uma informação asserida como verdadeira e não como futura, como nos trechos 17 e 18 com os conectores *mesmo que* e *nem que*, respectivamente.

As **cláusulas causais**^{xviii} assemelham-se à natureza interativa das cláusulas concessivas introduzidas pelo conector *embora* na medida em que se comprometem com a veracidade da informação veiculada pela proposição, cancelando inferências pragmáticas atribuídas ao ouvinte ou interpretadas do discurso do ouvinte. A propriedade de anular inferências das cláusulas concessivas introduzidas por *embora*, das cláusulas causais e ainda das expressões intercaladas será retomada no capítulo 5.6. Por ora, consideremos alguns trechos:

(20) ENT.: Não tem planos ainda.

Não. Não que não tenho planos, e eu também não me interessava, assim, muito dinheiro, não. (FLP 15, L1124)

(21) O teu filho não vai chegar pra ti, vai dizer assim: 'Mãe, eu estou puxando fumo, eu quero dinheiro pra comprar droga.' Então aí começa. Mas não é porque ele é ladrão. Ele faz isso aí pra comprar a droga. (FLP 16, L0871)

O trecho (20) caracteriza-se pela retomada da fala do entrevistador com o intuito de cancelar a inferência derivada pragmaticamente. O falante utiliza-se da citação do ouvinte para anular o pressuposto, o conhecimento compartilhado, de que não tem planos. Em (21), o ouvinte pode derivar do discurso que quem rouba pra comprar droga é ladrão. Atribuindo esse conhecimento ao ouvinte, o falante rompe com essa possível inferência, apresentando a informação Mas não é porque ele é ladrão.

As cláusulas adverbiais revelam um comportamento misto. As cláusulas temporais e finais apresentam um traço intrínseco de futuridade; as cláusulas condicionais e as cláusulas concessivas, à exceção da introduzida pelo conector *embora*, identificam um traço de futuridade depreendido discursivamente ou ainda um traço condicional, hipotético, situado na interface *realis-irrealis*. As concessivas introduzidas pelo conector *embora* correlacionam-se com a modalidade da pressuposição, comprometendo-se com a veracidade da informação proposicional. Esse comportamento heterogêneo vinculado à modalidade é visualizado no primeiro grupo de fatores selecionado^{xix}, a *tempo-modalidade*.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Futuridade/atemporalidade ^{xx}	25/30	83	.76
Pressuposição	19/45	42	.32
TOTAL	44/75	59	

Tabela 8 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade

Os resultados apresentados na tabela 8 confirmam a hipótese da correlação do modo subjuntivo com o traço de futuridade, hipótese assinalada pelo peso relativo de .76. A pressuposição reflete o baixo índice de uso para o modo subjuntivo, indicando o peso relativo de .32, o que significa a interferência atuante do modo indicativo.

A forte presença do modo subjuntivo sob o escopo do traço de futuridade pode estar ainda associada à natureza sintático-semântica desse traço. A futuridade é identificada como uma propriedade intrínseca de itens lexicais, tais como os conectores de cláusulas temporais e finais. Diferentemente, à pressuposição é atribuído um estatuto discursivo-pragmático, revelando a retomada da fala do ouvinte ou ainda o cancelamento de um conhecimento compartilhado, ou assumido como compartilhado, por falante-ouvinte. A interatividade entre os participantes da

atividade lingüística romperia com a correspondência entre modo subjuntivo e subordinação sintática (Poplack *apud* Bybee & Fleishmann, 1995: 429).

O segundo grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico foi *escolaridade*, confirmando os resultados obtidos na análise do contexto com o advérbio *talvez* de que o nível de escolaridade mais elevado tende a preservar o uso do modo subjuntivo. A variável modo verbal sofre influência de fator social escolaridade na medida em que o uso do modo indicativo é estigmatizado nos níveis escolares mais elevados, ginásio e colegial, sendo tais contextos preferenciais ao emprego do modo subjuntivo.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Ginásio/colegial	40/60	67	.58
Primário	04/15	27	.21
TOTAL	44/75	59	

Tabela 9 – Modo subjuntivo e escolaridade

O amálgama^{xxi} observado na tabela 9 mantém os resultados dos fatores isolados. O primário revela-se como o nível de escolaridade que inibe o uso do modo subjuntivo, apontando o peso relativo de .21. Diferentemente, os níveis escolares mais elevados, em que a pressão da norma culta é mais atuante, favorecem o uso do subjuntivo com o peso relativo de .58.

A escola concentra o domínio do padrão culto, tentando preservar as imposições da tradição normativa para o uso lingüístico não-estigmatizado e de prestígio. O efeito da escolaridade a variáveis lingüísticas prevê o uso mais próximo à norma gramatical para os níveis escolares mais elevados. A maior permanência na escola pressupõe o contato mais direto e intenso do ensino prescritivista sobre o idioleto do aluno.

Os manuais gramaticais arrolam contextos determinísticos para o emprego do modo subjuntivo e contextos opcionais que prevêm igualmente o modo indicativo. Nesses contextos opcionais, à escolha do modo verbal atrela-se um valor atitudinal inerente. Ao subjuntivo corresponde a atitude de incerteza, de possibilidade, de hipótese; e ao indicativo, uma atitude de certeza. A atuação incisiva da escola sobre a tradição culta da língua intensificaria o emprego do modo subjuntivo no nível colegial, emprego esse que seria minimizado nos níveis inferiores.

5.4 Modo subjuntivo e cláusulas substantivas

5.4.1 Resultados e discussão

O modo subjuntivo está correlacionado à modalidade *irrealis* dos complementos oracionais, realizando-se comumente em dois tipos de complementação oracional, aquelas sob o escopo dos verbos de manipulação e as sob o escopo dos verbos de percepção-cognição-enunciação (doravante PCE)^{xxii}. Essas duas classes de verbos ordenam-se em um *continuum* sob uma dimensão semântica e sob uma dimensão sintática. A existência de um isomorfismo entre as dimensões semântica e sintática da complementação pode ser considerada na seguinte observação (Givón, 1990: 516):

(1) *Quanto mais forte o encaixe semântico entre dois eventos, maior a integração sintática das duas proposições em uma única cláusula*^{xxiii}.

As propriedades sintáticas das cláusulas dependem das propriedades semânticas do verbo matriz. O *frame* semântico imposto pelo verbo matriz identifica o grau de integração dos eventos codificados pelas cláusulas matriz e subordinada e reflete uma escala de integração sintática entre as duas cláusulas. Os refinamentos sintático-semânticos da complementação verbal indicam uma dimensão escalar reveladora dos graus de integração entre os eventos codificados pelas cláusulas.

Givón (1993a: 129-136) descreve as propriedades semânticas e sintáticas codificadoras da integração entre os eventos expressos na cláusula complexa, i.e., cláusulas matriz e subordinada, mostrando que as propriedades semânticas do verbo matriz exercem um controle sobre a sintaxe de combinação de cláusulas. Veja a configuração da transição sintático-semântica proposta por Givón (1995: 132):

Escala semântica	Escala sintática
forte manipulação	infinitivo
fraca manipulação	subjuntivo
preferência	subjuntivo
baixa certeza	subjuntivo
alta certeza	indicativo

Quadro 10 - Escala de complementação: forma verbal^{xxiv}

O subjuntivo tende a realizar-se na transição dos sub-modos avaliativo/deôntico de fraca manipulação e epistêmico de baixa certeza, construindo-se nas duas sub-dimensões *irrealis* e cobrindo a região baixa da modalidade – fraca força deôntica e baixa certeza epistêmica.

Sob a modalidade deôntica, o subjuntivo aparece em complementos verbais de fraca manipulação. Sob a modalidade epistêmica, o subjuntivo aparece na complementação oracional de verbos não-factivos.

A modalidade deôntica corresponde a valores de permissão, obrigação, volição, impressos nos itens verbais manipulativos, exercendo algum tipo de controle humano acerca dos eventos descritos. Itens verbais específicos codificam o traço de [+controle] com o intuito de ver o evento pretendido executado. A execução do evento depende da aceitação do controlado em desempenhar a ação imposta pelo controlador. Nesses termos, a realização da ação depende não do próprio falante, mas de outros. Considere os trechos abaixo:

- (2) Sem ir na Itália. É isso, é ir e pronto. Pedir que Deus me dê saúde pra mim (pegar) o netinho grande, ainda, né? crescer, né? e ser um homem, né? (FLP 16, L1161)
- (3) Ah, só espero que o Brasil não perca hoje. Por causa do tempo, também, está mudando. (FLP 19, L0129)
- (4) Ai, como é que é o nome aquela bambuzal, ele pegava o bambu, amarrava uma tocha e tocava fogo pra tocar fogo da cachopa de marimbondo. E eu tinha um primo que era muito metido! Ele disse: ‘Não, não, deixa que eu vou’. Era maiorzinho, não sei o quê, não sei o quê. (FLP 01, L1228)
- (5) Todo mundo diz que é pra mim mudar que eu sou muito assim é ai como é que eu posso te dizer, eu não queria mudar porque eu sou eu, eu não sou os outros, eu não sou o que eles querem que eu sou, eu não tenho que ser o que eles querem. (FLP 05, L1425)
- (6) E isso aí é que faz com que as pessoas queiram tirar assim, às vezes, duzentos, trezentos por cento em cima do produto, que é um absurdo. (FLP 01, L1243)

Os trechos acima identificam valores deônticos acerca de um evento a fim de obter a realização da ação desejada, realização essa ancorada em uma projeção futura. Nos dados exemplificados, as ações pretendidas constituem *ganhar saúde, o Brasil vencer, deixar eu ir, querer que eu seja e o querer tirar lucro em cima do produto*.

Distinguindo-se do controle do falante acerca da informação proposicional, características deônticas, os verbos epistêmicos envolvem o engajamento do falante com relação ao que é provável acontecer. O falante distancia-se do conteúdo proposicional estabelecendo com o mesmo uma fraca adesão de baixa incerteza epistêmica. Preservando sua imparcialidade com o que é dito, o falante isenta-se de assumir a veracidade ou a falsidade da informação que menciona. Observe os seguintes trechos:

- (7) ENT.: O que o senhor está achando do Brasil, da situação do país agora?
Eu não sei. É uma coisa que eu fico calado. Pode ser que ele endireite, pode ser que não. (FLP 06, L0416)
- (8) ENT.: E essa situação piora mais ainda na época do verão, com a exploração, né?
Sim, é. Ah! piora, acredito que piore bastante, né? (FLP 01, L1174)
- (9) Contando, ninguém acredita, né? ninguém vai acreditar, vai pensar que é mentira minha. (FLP 15, L0871)
- (10) Pessoas novas já com maconha, cocaína. Pessoa que nem a gente imagina que fuma, fuma. (FLP 06, L1487)

Os verbos epistêmicos *poder ser, acreditar, pensar e imaginar* instauram o escopo da baixa certeza epistêmica, assinalando o não comprometimento do falante com que é dito. Estratégias lingüísticas dessa natureza codificam a fraca proximidade do falante com o conteúdo proposicional: *a melhora do país, a piora da situação, a mentira e pessoas que fumam*, respectivamente. Isentando-se de assumir a responsabilidade da informação veiculada, o falante resguarda-se, prevenindo o ouvinte a não confiar na informação proposicional.

A natureza epistêmica e deôntica das classes verbais abordadas não foi selecionada como um grupo estatisticamente significativo pelo programa computacional.

Há uma associação inerente entre a natureza deôntica dos itens verbais e o traço de futuridade, correlação que nos permite pressupor a futuridade do caráter deôntico. Diferentemente, a propriedade epistêmica não identifica um traço de

futuridade inerente ao item lexical; a futuridade, se houver, está disponível no contexto discursivo, conforme trecho reproduzido em (7). Nesse trecho, o falante conjectura acerca da melhora do país que poderá ou não ocorrer, informação essa ancorada no futuro. É natural a associação do traço futuridade e, portanto de incerteza epistêmica, aos verbos deônticos; é natural aos verbos epistêmicos o traço de incerteza, podendo a futuridade estar instaurada discursivamente. Analisemos o primeiro grupo de fatores selecionado^{xxv}.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Futuridade	71/84	85	.67
Incerteza	10/31	32	.12
TOTAL	81/115	70	

Tabela 10 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade

Similarmente ao contexto de cláusulas adverbiais, observamos na tabela acima a associação do modo subjuntivo com o traço de futuridade, indicada pelo peso relativo de .67. Em oposição, o traço de incerteza, desprovido de futuridade, manifesta um contexto desfavorável ao modo subjuntivo assinalado pelo peso relativo de .12, o que significa a presença do modo indicativo. Vale lembrar a menção de Palmer (1986: 97) à projeção sempre futura dos verbos deônticos e à correlação mais alargada dos verbos epistêmicos com o passado, o presente e o futuro. A futuridade nos contextos deônticos está presa ao item verbal; em contraste, havendo futuridade nos contextos epistêmicos, sua localização encontra-se no discurso. Ressaltamos a contraposição dos resultados com a postura normativa de atribuir modalidade ao modo subjuntivo. Nossos resultados indicam a correlação do subjuntivo com o tempo, mais especificamente o tempo futuro; havendo, portanto, um deslocamento da modalidade para o tempo.

O grupo de fatores social sexo constitui o segundo grupo de fatores selecionado.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Masculino	46/60	77	.63
Feminino	35/55	64	.36
TOTAL	81/115	70	

Tabela 11 – Modo subjuntivo e sexo

Rompendo com nossa expectativa acerca da preservação da norma padrão pelo sexo feminino, nossos resultados apontam o peso relativo de .36 para o uso do modo subjuntivo pelas mulheres. Esperávamos que o conservadorismo atribuído ao sexo feminino e constatado em estudos sociolingüísticos (Mollica, 1992) se mantivesse em nossa análise. Entretanto, o peso relativo de .65 indica a retenção do modo subjuntivo pelo sexo masculino, significando que as mulheres estão tendendo à mudança.

5.5 Modo subjuntivo e cláusulas relativas

5.5.1. Resultados e discussão

Cláusulas relativas são cláusulas subordinadas encaixadas – como modificadores do nome – no sintagma nominal^{ccvii} (Givón, 1990: 645). Como modificadores, estabelecem com o nome uma identificação referencial. O princípio semântico das cláusulas relativas prevê a correferencialidade entre um dos participantes da cláusula relativa e o argumento nominal por ela modificado.

As cláusulas relativas analisadas neste estudo têm a propriedade de codificar um evento/estado sob a modalidade *irrealis* e sob a negação da asserção, de retratar argumentos nominais/sintagmas nominais (SNs) de natureza não-referencial e indefinida.

As noções de referencialidade e definitude dos sintagmas nominais são centrais no tratamento das cláusulas relativas sob o escopo de estratégias lingüísticas indutoras da modalidade *irrealis* e da negação da asserção. Trataremos em separado as duas noções do SN apresentadas em Givón (1984; 1993a) sob o escopo do *irrealis*: a não-referencialidade do SN mencionado pelo falante e o caráter de indefinitude do SN não-acessível ao ouvinte.

Tratarei especificamente dos traços de não-referencialidade e de indefinitude dos SNs em conexão com o domínio funcional da modalidade *irrealis* e da negação da asserção, abordando estratégias lingüísticas como o artigo indefinido e pronomes indefinidos. Os traços não-referencial e indefinido dos SNs serão identificados a partir do encaixe em cláusulas relativas restritivas cuja propriedade é a restrição do domínio

da referência. O domínio da referência não é restringido nas cláusulas relativas não restritivas.

REFERENCIALIDADE:

No tratamento da referência, a tradição lógica mapeava a relação entre termos lingüísticos e a entidade referida na consideração do Mundo Real. Os argumentos nominais indicados na proposição encontram seu escopo referencial, sua denotação, no Mundo Real. A referência do SN é intermediada pela proposição e o Mundo Externo; ou o SN em uma proposição refere uma entidade no Mundo Externo ou não refere. Considere os exemplos retirados de Givón (1993a: 214):

- (1) *Eu andei em um cavalo ontem.*
- (2) *Eu andei em um unicórnio ontem^{xxvii}.*

Na tradição lógica, o SN *um cavalo* refere desde que mencione uma entidade que verdadeiramente exista no Mundo Real; em contraste, *um unicórnio* não refere por não corresponder a uma entidade ontológica.

Uma abordagem comunicativa para a referencialidade e a definitude do referente ancorada na participação do falante e do ouvinte prevê a relação entre os recursos lingüísticos para referir e para definir um SN dentro do universo discursivo. Esse universo discursivo é construído pelos participantes do contrato comunicativo.

A língua natural apresenta uma série de expressões lingüísticas cujas propriedades cognitivas tratam a referencialidade em uma gradação, e não mais em uma perspectiva binária lógica de existência ou não existência do objeto representado pelo SN no Mundo Real. Diferentemente da abordagem proposicional lógica de atribuir uma propriedade puramente semântica à referencialidade, a interpretação cognitivo-comunicativa para a referencialidade prevê uma escala referencial sistematizada na pragmática discursiva e permeada pelo processamento mental do falante-ouvinte em ativar ou não um SN.

O estatuto referencial de um SN depende da modalidade proposicional tida como escopo. Vimos a sub-divisão epistêmica em quatro modalidades: pressuposição, asserção do *realis*, asserção do *irrealis* e negação. A pressuposição apresenta o evento expresso como garantido, como ocorrido em um tempo específico; o *realis* demonstra fortes evidências para assegurar a veracidade de um evento, a negação para assegurar

a falsidade do evento e o *irrealis* é fracamente asserido por não ter evidências fortes para defender a informação proposicional.

Identifica-se a correlação entre as propriedades referenciais de um SN e a modalidade proposicional mediante duas meta-modalidades: **fato** e **não-fato** (Givón, 1993a: 216).

MODALIDADE	
FATO:	pressuposição
	asserção do <i>realis</i>
NAO-FATO:	asserção do <i>irrealis</i>
	negação da asserção

Quadro 11 - Meta-modalidades^{xxviii}

Mencionamos no capítulo da **Modalidade** que a categoria *irrealis* é o caso marcado na língua, requerendo especificações lingüísticas, enquanto a categoria *realis* é o caso não-marcado, neutro, recorrente no discurso. Similarmente ao *irrealis*, a negação da asserção manifesta o estatuto marcado e as asserções afirmativas, o estatuto não-marcado.

Paralelamente aos critérios atribuídos às modalidades proposicionais, Givón (1984: 392) considera a referencialidade como a categoria não-marcada para os argumentos nominais e a não-referencialidade como o caso marcado, restrito. Nesses termos, especifica-se lingüisticamente a modalidade não-fato e se assume a predominância da modalidade fato no contexto discursivo. A não-referencialidade assume o estatuto de categoria menos freqüente no discurso, de maior complexidade cognitiva por não individualizar um argumento nominal e de maior complexidade estrutural.

Abordaremos a modalidade não-fato, mais especificamente a não-referencialidade dos argumentos nominais sob o escopo da modalidade *irrealis* e da negação da asserção com dados reais de cláusulas relativas. Essa reinterpretação comunicativa acerca do grau de não-referencialidade do SN identifica a ausência de um referente específico na mente do falante e na mente do ouvinte. Observe os trechos a seguir:

- (3) Então depois de terminar essa fase, né? de eu ter que fazer a transcrição de texto, talvez eu vá pra ADN pra trabalhar com criação de arte, né? alguma criação de alguma empresa que queira criar um logo, que é um logotipo, ou- (FLP 01, L0248)

- (4) Peixes aí eu deixo mais por conta da minha senhora, porque ela tem mais prática. Não prática, que eu saberia fazer, mas só que me enrolaria um pouquinho mais, que peixe vai o tempero, e tempero não é qualquer um que conhece da quantidade. (FLP 02, L0193)

A propriedade da não-referencialidade revela a intenção do falante em não referir uma entidade específica no universo do discurso. Em (3), a não-referencialidade do SN *alguma empresa* faz alusão a qualquer empresa e em (4), *qualquer um* faz menção a qualquer coisa de que eu não gosto.

DEFINITUDE:

O tratamento lógico não apresenta uma clara separação entre *definição* e *existência precisa* de uma entidade no Mundo Real em virtude da conexão estabelecida entre proposição e o Mundo Externo. A tradição lógica desconsidera a relevância do falante e do ouvinte em referir e definir um argumento nominal no universo discursivo. Diferentemente da proposta binária e ontológica dos lógicos, a abordagem comunicativa prevê a separação entre os traços de referencialidade e de definitude de um argumento nominal cuja identidade é localizada na construção discursiva.

A pragmática discursiva matiza os nominais em uma gradação, atribuindo aos argumentos nominais o estatuto de referencial-definido, de referencial-indefinido e/ou de não-referencial-indefinido de acordo com escopo da modalidade e os procedimentos cognitivos falante-ouvinte. Em contraste, infere-se que o tratamento lógico, ao prever a referencialidade em termos de existência ontológica, implique a definitude ou indefinitude dessa entidade no Mundo Real quando realmente referida ou não-referida, respectivamente. Parece haver uma correspondência na perspectiva lógica entre argumentos nominais referenciais e definidos e argumentos nominais não-referenciais e indefinidos.

Vimos que a referencialidade envolve os procedimentos cognitivos do falante em referir ou não referir especificamente um SN. Definitude também envolve os procedimentos mentais do falante, mas ainda envolve as assunções do falante acerca do que se passa na mente do ouvinte, o que significa assumir se um SN é mentalmente acessível e identificável pelo ouvinte. Considere as conceituações de Givón (1984: 399) acerca dos traços indefinido e definido dos argumentos nominais.

(5) a. *Indefinido*: Falantes codificam um nominal referencial como indefinido na atribuição de que não são inteiramente assumidos pelo ouvinte como assinalando uma identidade referencial única.

b. *Definido*: Falantes codificam um nominal referencial como definido na atribuição de que são inteiramente pelo ouvinte como assinalando uma identidade referencial única^{xxx}.

Em nosso estudo, atribuímos o estatuto de não-referencialidade a sintagmas nominais que apresentam o modo subjuntivo e o modo indicativo em virtude dos condicionamentos serem os mesmos: os grupos de fatores *tempo-modalidade* e *pessoa*^{xxx}.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
Futuridade	09/11	82	.91
incerteza/atemporalidade ^{xxxii}	23/63	37	.40
TOTAL	32/74	43	

Tabela 12 – Modo subjuntivo e tempo-modalidade

Esses resultados confirmam a hipótese da compatibilidade do modo subjuntivo com o traço de futuridade da modalidade *irrealis* (.91). A projeção futura distancia o falante do conteúdo proposicional, tornando a informação potencial, hipotética, incerta. Em oposição, o traço de atemporalidade da modalidade da interface *realis-irrealis* caracteriza eventos/estados conhecidos e experienciados pelo falante. Esse fator apresenta o peso relativo de .40, restringindo a aplicabilidade do modo subjuntivo na medida em que codifica eventos/estados limítrofes com o passado, o presente e o futuro. Não é possível identificar um tempo preciso codificado na informação proposicional, delineando o traço de atemporalidade como um traço que se estende na linha do tempo.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL	PROBABILIDADE
terceira (sing./pl.) ^{xxxiii}	31/66	47	.58
Primeira	01/08	13	.07
TOTAL	32/74	43	

Tabela 13 – Modo subjuntivo e pessoa

O amálgama esboçado na tabela 13 não altera o resultado polarizado da rodada anterior, verificando o peso relativo de .07 para a primeira pessoa e o de .58 para a terceira pessoa.

O grupo de fatores *pessoa* confirma a hipótese de que o envolvimento do falante com o ouvinte e a própria situação comunicativa tende a romper pressões sintáticas, desfavorecendo o modo subjuntivo. A queda do modo subjuntivo é fortemente compatível com a atividade lingüística, instância em que emergem pressões discursivo-pragmáticas.

5.6 Modo subjuntivo e pressuposição

5.6.1 Resultados e discussão

Dedicamos esta sub-seção ao tratamento do modo subjuntivo sob o escopo da modalidade da pressuposição por dois motivos: em primeiro, Givón (1995) não menciona a relevância dessa modalidade como possível condicionante ao modo subjuntivo, detendo-se na modalidade *irrealis* como contexto favorável ao uso desse modo verbal. Tanto Givón (*op. cit.*) quanto Bybee & Fleishmann (1995) apontam a conexão entre a modalidade *irrealis* e o traço de futuridade, de incerteza, de possibilidade, de vir-a-ser. Em segundo, a propriedade da modalidade da pressuposição de cancelar inferências pragmáticas está apontando para o rompimento da correlação entre o modo subjuntivo e a subordinação sintática. O discurso emergente na pragmática estaria favorecendo a quebra desse elo estabelecido pela norma gramatical, elo que une o subjuntivo a correlatos sintático-semânticos. Na verdade, esta sub-seção tem por objetivo identificar a inibição do modo subjuntivo quando seu uso emerge na interação falante-ouvinte.

A propriedade de cancelar pressupostos^{xxxiii} já é discutida com o operador de negação (Carston, 1998). A negação metalingüística tem a propriedade de rejeitar a inferência derivada pragmaticamente do ouvinte ou de antecipar a possível inferência do ouvinte. No primeiro caso, o falante retoma a crença do ouvinte com o intuito de refutá-la e, no segundo caso, o falante atribui uma crença ao ouvinte, igualmente anulando-a. Além da particularidade do operador de negação nas cláusulas causais de

cancelar pressupostos, evidenciamos o conector concessivo *embora* e expressões intercaladas. Esses três casos, por compartilharem a propriedade de cancelamento de inferências da modalidade da pressuposição, serão abordados nesta sub-seção em uma análise conjunta.

As cláusulas causais sob o escopo da negação assumem uma particularidade discursiva distinta das demais cláusulas causais codificadoras de uma relação causa-efeito. O escopo da negação sobre conectores causais como *não que* e *não porque*^{xxxiv} desloca-se da concepção lógica de reversão do valor de verdade, alargando seu nível discursivo-pragmático, para o conhecimento compartilhado entre os participantes do ato comunicativo, para a quebra de expectativa do ouvinte.

O componente pragmático interveniente nas cláusulas causais em decorrência da propriedade da negação de negar inferências pragmáticas supõe uma maior compreensão da relevância desse operador negativo na função comunicativa.

- (1) Ele dorme à tarde, de manhã ele faz alguma coisa. Ele é muito parecido com o pai dele, né? gosta de cuidar do jardim, né? Não é que ele seja caprichoso, ele não é nem um pouco, mas ele gosta de estar mexendo pra cá, pra lá, assim. (FLP 04, L0659)
- (2) ENT.: Mas assim, essa idéia não te diz nada, a valorização da mulher, o homem que manda na mulher?
Mas eu acho, assim, não é porque o homem é o tal, é o machão, né? mas desde que eu me criei, começando por aqui pela minha casa, o homem sempre é o que grita mais, né? (FLP 12, L0630)
- (3) ENT.: Não aprova seitas.
Não, não é que eu não aprove, eu acho que cada um deve fazer aquilo que gosta e que entende que é o certo. Então eu respeito todas as demais, seja ela que tipo for, eu acho cada um deve ter a liberdade de decidir o que é que quer fazer. Agora, deve fazer bem feito. (FLP 21, L0294)

A reinterpretação comunicativa da negação evidencia o deslocamento desse operador de uma abordagem estritamente semântica, limitada ao nível proposicional, cuja proposta centra-se na reversão de valores de verdade, para uma abordagem direcionada à atividade lingüística, ao conhecimento compartilhado entre os participantes do ato comunicativo.

O encaixe da negação em (1) deixa de apresentar a reversão de um valor de verdade centrado em *ser caprichoso* e *não ser caprichoso* para veicular o cancelamento da inferência pragmática. O informante vai construindo o perfil do filho

indicando evidências de que ele é caprichoso como, por exemplo, ao mencionar que ele gosta de cuidar do jardim. Entretanto, no decorrer do contexto conversacional, o informante anula essa inferência ao introduzir a informação *não é que ele seja caprichoso*, gerando uma aparente contraditoriedade. Essa aparente contraditoriedade refere-se ao propósito do falante em rejeitar a possível inferência interpretada pelo ouvinte. O rompimento dessa inferência atribuída ao ouvinte pelo falante consiste em uma derivação metalingüística. O operador de negação tem a propriedade de cancelar o conhecimento compartilhado, o conjunto de crenças atribuído ao ouvinte. O falante em (1) atribui uma crença ao ouvinte, a crença de que seu filho é caprichoso, e anula esse conhecimento compartilhado pela negação metalingüística.

A derivação pragmática emerge na interação comunicativa, na capacidade do falante de anular a inferência do ouvinte. A negação metalingüística em (2), assim como em (1), cancela uma inferência atribuída ao ouvinte; no caso de (2), a inferência de que o homem é o tal, é o machão. Diferentemente, em (3), o falante retoma a fala do ouvinte, negando a inferência presente na fala do entrevistador, anulando sua inferência derivada pragmaticamente, negando *não é que não aprobe seitas*. É o conhecimento compartilhado, a inferência atribuída ao ouvinte, ou explicitada em sua fala, alvo do cancelamento pragmático. O falante cancela uma informação pressuposta na organização do seu discurso e atribuída ao ouvinte como conhecimento compartilhado, ou pressuposta na própria fala do ouvinte em decorrência de sua inferência da organização discursiva elaborada pelo falante.

Essa aproximação entre o operador de negação no domínio discursivo-pragmático e a pressuposição, o conhecimento tomado como garantido, é apresentada em Givón (1984: 322):

$$(4) \left. \begin{array}{l} \text{pressuposição} \\ \text{negação da asserção} \end{array} \right\} > \text{asserção do realis} > \text{asserção do irrealis}$$

Motivada pelo contexto discursivo-pragmático, i.e., pela organização discursiva na atividade comunicativa, a negação compartilha algumas propriedades com a pressuposição, tais como a assunção do falante acerca de um conhecimento prévio por parte do ouvinte.

O escopo discursivo-pragmático da escala (4) traduz com eficácia os dados de cláusulas causais por meio das quais o falante nega a pressuposição do ouvinte, nega um conhecimento como *background*, muito mais que negar uma causa.

O uso da negação na comunicação tende a pressupor um conhecimento prévio entre falante-ouvinte. Ao contrário da declaração afirmativa, que transmite informação nova, a negação não acrescenta uma informação nova, não compartilhada. Observe a premissa givoniana (1984: 324).

- (5) *Os atos de fala declarativo-afirmativos são usados para informar o ouvinte de P contra a ignorância do ouvinte acerca do conhecimento de P. Os atos de fala declarativo-negativos são usados para negar P contra a inclinação do ouvinte a acreditar em P, acreditar na probabilidade de P, na familiaridade com P^{xxxv}.*

A informação proposicional contida em um contexto de negação é compartilhada pelos participantes da situação comunicativa; o falante pressupõe o conhecimento do ouvinte sobre a correspondência afirmativa da proposição. Considere a diferenciação entre a declaração afirmativa e a declaração negativa sumarizada em Givón (*op. cit.*).

- (6) a. Declaração afirmativa
*O ouvinte não sabe; e
 O falante sabe.*
 b. Declaração negativa
*O ouvinte conhece errado; e
 O falante conhece melhor.*

A negação em (6b) encerra duas crenças: o falante acredita na verdade de NÃO-P que está asserindo e acredita na verdade de P que está pressupondo. Diferentemente das condições de verdade da lógica, a pragmática discursiva prevê a crença do falante na verdade.

Vimos a tendência ao uso da negação em cancelar o conhecimento pressuposto pelo ao ouvinte ou a ele atribuído, em romper esse conhecimento compartilhado falante-ouvinte. Essa propriedade da negação de quebrar a expectativa do ouvinte denomina-se negação metalingüística.

A propriedade da negação de romper a expectativa do ouvinte, de cancelar uma informação por ele inferida, também é compartilhada pelas cláusulas adverbiais concessivas, especialmente pelas concessivas introduzidas pelo conector *embora*.

- (7) Mas todo carnaval, a gente não sabe o que era carnaval aqui em Florianópolis, porque, quer dizer, eu não gosto mesmo de carnaval, ou né? Não gosto porque eu acho pira bagunça, eu acho que a gente pode aproveitar mas mesmo que tu vá num clube, que tu vá em qualquer lugar no centro da cidade, é muita coisa, a gente vê muita coisa acontecendo no carnaval. (FLP 04, L0890)
(normalmente, o carnaval em clubes apresenta menos bagunça em comparação ao carnaval de rua)
- (8) Porque no meu feijão tem que ter uma lingüicinha, um pedacinho, nem que seja pequeninho, mas sempre vai um salgadinho pra dar o gostinho, né? (FLP 17, L0419)
(normalmente, se o feijão tem que ter lingüiça, então pressupõe-se qualquer quantidade de lingüiça)
- (9) Bom, eu acho que o Plano do Presidente Collor ele é- No global, ele é um plano bom, embora eu não entenda de economia e não teria, assim, condições de fazer uma análise mais profunda do que é o Plano. Mas entendo que ele realmente deu o tiro certo. (FLP 21, L0427)
(normalmente, opinar acerca de um plano do governo pressupõe entender, pelo menos, um pouco de economia)
- (10) Então efetivamente eu participo, eu leio todos os projetos, analiso emendas e procuro discutir com os colegas, que é a minha obrigação, e, portanto, outras leituras que eu poderia até fazer, e mesmo pra informação, e por falta até de tempo, embora hoje eu aparentemente disponha de muito tempo, mas nós tivemos agora, por exemplo, estamos terminando, amanhã, a elaboração da Lei Orgânica do Município, e foram cinco meses de dedicação exclusiva a esse tipo de trabalho. (FLP 21, L0148)
(normalmente, a falta de tempo pressupõe menos leitura)

Os conectores concessivos *mesmo que* e *nem que* parecem não possuir a interpretação de derivação pragmática atribuída ao conector *embora*. O concessivo *embora* parece esvaziado de um caráter hipotético, portanto, de incerteza, mantido em *mesmo que* e *nem que*. Nos dados com o conector *embora* coletados no *corpus* do Banco de Dados VARSUL, encontramos somente trechos, como os (9-10) acima reproduzidos, em que não figura um indicador de futuridade e/ou incerteza, mas a modalidade da pressuposição. A modalidade da pressuposição impressa nos contextos de *embora* analisados identifica um forte compromisso do falante com a informação proposicional: em (9) o informante assegura a informação de que não entende de economia e em (10), o informante se compromete com a veracidade de que dispõe de pouco tempo.

Os conectores *mesmo que* e *nem que* cancelam pressupostos, mas guardam uma conotação hipotética; diferentemente, o conector *embora* anula uma

pressuposição em que o evento/estado é assegurado como verdadeiro e o falante se compromete com a veracidade da informação proposicional.

A localização do concessivo *embora* na interface *pressuposição-realis* é compartilhada por outros dois conectores dessa mesma natureza: os conectores *se bem que* e *apesar que*. Considere os trechos a seguir:

- (11) Não, o Doze era na Rua João Pinto, onde, hoje, é a Casa Leão Cortinas, *se bem que não é aquele prédio, era um prédio velho, mas as festas ali eram maravilhosas, festas lindas, os carnavais eram muito bons, existia, assim, as soirées, geralmente, aos sábados tinha a soirées, não é? Noite Azul, Noite Branca. (FLP 24, L0275)*
(o prédio da Casa Leão Cortinas pode pressupor ser o mesmo utilizado pelo Clube Doze)
- (12) A minha vida mando eu, agora eu faço o que eu quero. Nem meus filhos eu não deixo me mandar, *apesar que o mais velho quer mandar em mim, mas eu não deixo. (FLP 03, L0438)*
(normalmente, não deixar os filhos mandar nos pais pressupõe que eles realmente não mandam)

Nos exemplos acima, os conectores concessivos *se bem que* e *apesar que* traduzem um alto grau de adesão do falante com o conteúdo veiculado pela proposição, cancelando ainda uma inferência atribuída ao ouvinte. Não rodamos dados com os conectores *se bem que* e *apesar que* por não constituir variação, apresentando emprego categórico do modo indicativo nas entrevistas avaliadas.

A noção de inferência pragmática aproxima-se da definição de topos (Ducrot *apud* Paiva, 1991) como um *princípio argumentativo do senso comum*. As construções com *não que* e *embora* rompem uma inferência derivada pragmaticamente, surpreendendo o ouvinte. O topos garante a passagem de um conjunto de enunciados apresentados pelo falante com a inferência interpretada ou atribuída ao ouvinte. A entrada de um novo enunciado surpreende o ouvinte, rompendo com o conhecimento até então compartilhado entre ambos. Construções como (1-2) seriam incoerentes caso não se previsse uma relação mais geral entre cuidar do jardim e ser caprichoso e entre gritar mais e o homem ser o tal, o machão. Igualmente, construções como (9-10) com o conector *embora* seriam incoerentes se o topos não garantisse a associação entre o plano ser bom e entender de economia e não ler e não ter tempo.

Os topoi são *apresentados como princípios mais gerais e pré-existentes ao discurso particular dos falantes* (Paiva, 1991: 10). Na verdade, constituem *relações*

pré-existentes ou que, pelo menos, são apresentadas como pré-existentes (Paiva, *op. cit.*). Essas relações pré-existentes, ou apresentadas como tais, constituem uma informação pressuposta ou atribuída ao ouvinte como pressuposta.

- (13) Hoje já não tanto, porque o que a gente tem assistido pela televisão, o problema de assassinato no Rio de Janeiro, realmente dá até medo de sair de casa, *embora* nós tenhamos, resguardadas as proporções, também aqui em Florianópolis uma cidade pacata como a nossa, que vêm acontecendo crimes bárbaros, aí, né? (FLP 21, L0335)

A informação embora nós tenhamos, resguardadas as proporções, também aqui em Florianópolis entra como uma informação nova na organização discursiva com o intuito de cancelar uma inferência atribuída ao ouvinte. Seria provável que o ouvinte perguntasse: Então não tem assassinato aqui em Florianópolis? Antecipando essa possível inferência, o falante fornece a informação de que embora nós tenhamos, resguardadas as proporções, também aqui em Florianópolis.

Na antecipação da inferência atribuída ao ouvinte, o falante poderia ter situado a cláusula do dado em análise antes da cláusula matriz o problema de assassinato no Rio de Janeiro, realmente dá até medo de sair de casa. A ordenação preferencial da cláusula concessiva introduzida pelo conector *embora* resulta da própria antecipação acerca da inferência do ouvinte.

Observe o exemplo seguinte, cuja característica de retomada do tópico da informação apresenta uma informação já mencionada. A informação gostar de política está evidenciada na fala do entrevistador.

- (14) ENT.: Ãh, hã, a senhora gosta de política, então?
 Não é que eu gosto de política, eu gosto, assim, de ver como é que está a política, né? essas coisas aí que a gente está escutando todo dia, aí. (FLP 15, L0135)

A informação Não é que eu gosto de política já se encontra disponível no discurso do entrevistador, correspondendo à menção já referida de Ãh, ãh, a senhora gosta de política, então?. O tópico gostar de política se mantém na cláusula mencionada pelo entrevistado e, como a finalidade é cancelar uma inferência pragmática, um pressuposto compartilhado por falante e ouvinte, a cláusula introduzida por *não é que*

poderia estar posposta à cláusula essas coisas aí que a gente está escutando todo dia, aí.

Inferências derivadas pragmaticamente, conhecimento compartilhado, atribuição de pressupostos, flexibilizam a ordenação das cláusulas. A interatividade característica da atividade linguística rompe com ordenações estritamente semânticas, analisadas na relação da cláusula matriz e da cláusula subordinada. Cláusulas como as introduzidas pelos conectores *não que* e *embora* relacionam-se com a organização discursiva, com a organização tópica do discurso, cancelando pressupostos, conhecimentos compartilhados, interpretados ou atribuídos ao ouvinte, a partir da estruturação discursiva, da estruturação textual.

A quebra da expectativa do ouvinte ainda pode ser traduzida por expressões intercaladas como as que se seguem.

(15) ENT.: E nunca houve casos assim de mulheres que morreram?

Não, que eu conheça, não, mas todas as pacientes dela nenhuma delas morreu, nem elas, nem as crianças. (FLP 08, L0732)

(16) Ah, mas, assim, o que mais me marcou, que eu me lembro, foi isso, que foi muito engraçado. Da árvore, né? da árvore que a gente se jogava de uma pra outra e de King Kong que era muito engraçado. (FLP 01, L0131)

Expressões intercaladas, como *que eu conheça* e *que eu me lembro*, constituem uma terceira estratégia linguística para cancelamento de inferências atribuídas pelo falante ao ouvinte. Em (15), o informante assegura a informação de que nenhuma mulher morreu no parto ao responder negativamente à pergunta do entrevistador. Visando, entretanto, a anular a possível inferência do ouvinte de que de fato nenhuma mulher morreu no parto, o informante faz ressalvas à informação precedente mediante a expressão intercalada que eu conheça, fornecendo indícios para que o ouvinte não confie demasiadamente em sua informação.

Antecipando possíveis inferências derivadas por parte do ouvinte, o informante no trecho (16), de forma análoga ao do trecho anterior, recusa o comprometimento com a informação proposicional. Em (16), o informante neutraliza antecipadamente o conhecimento atribuído ao ouvinte de que as brincadeiras na árvore e de King Kong sejam aquelas que tenham marcado sua infância. A expressão que eu me lembro comunica ao ouvinte que a informação não é segura ao mesmo tempo que cancela possíveis intervenções do ouvinte. Na ausência da expressão

intercalada que eu me lembro, o ouvinte poderia questionar: Então as brincadeiras na árvore e de King Kong foram as que te marcaram?

Nenhum grupo de fatores foi estatisticamente selecionado pelo programa computacional VARBRUL, razão pela qual apresentamos resultados percentuais.

FATORES	APL./TOTAL	PERCENTUAL
Conector concessivo <i>embora</i>	07/14	50
Conector causal não...(por)que	12/31	39
Expressões intercaladas	06/19	32
TOTAL	25/64	39

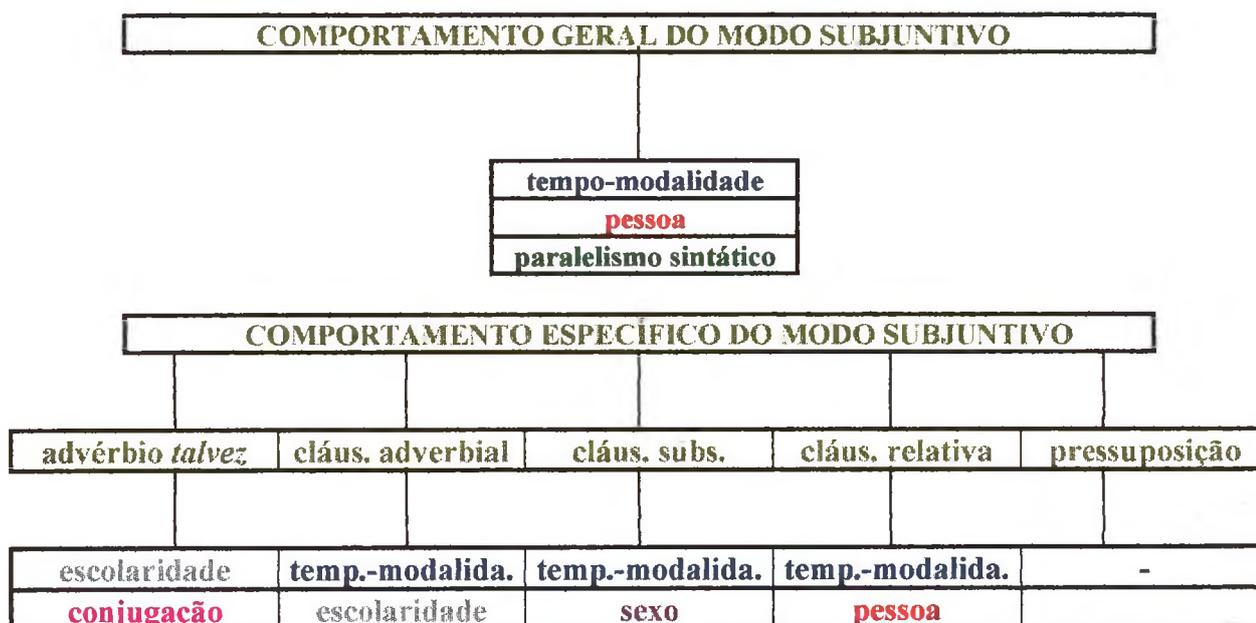
Tabela 14 - Modo subjuntivo e estratégias discursivo-pragmáticas

Os resultados verificados na tabela acima mostram a queda do modo subjuntivo, indicando o emprego desse modo verbal em 25 ocorrências de um total de 64. As estratégias linguísticas *não ... (por) que* e as intercaladas apontam um percentual aproximado: 39% e 32%, respectivamente, para o uso modo subjuntivo. O conector adverbial *embora* revela um comportamento neutro, indicado pelo percentual de 50%. A natureza interativa do modo subjuntivo, vislumbrada nos resultados apresentados na tabela acima, confirmam o rompimento do subjuntivo com a subordinação sintática mediante o conhecimento compartilhado entre falante-ouvinte ou mediante atribuições de conhecimento ao ouvinte pelo falante. Na verdade, o subjuntivo perde em subordinação sintática e ganha em condicionamento, em subordinação discursivo-pragmática.

CAPÍTULO VI

REGRA VARIÁVEL REVISITADA

O esquema a seguir apresenta os grupos de fatores selecionados pelo programa computacional VARBRUL no comportamento geral do modo subjuntivo e no comportamento específico desse modo verbal em cada um dos contextos analisados¹.



(1) Modo subjuntivo: grupos de fatores condicionantes

O esquema identifica o grupo de fatores tempo-modalidade, pessoa e paralelismo sintático na avaliação conjunta do modo subjuntivo. Dentre esses grupos, o grupo tempo-modalidade mantém-se em três contextos específicos e seria o grupo seguinte a ser selecionado pelo pacote estatístico no contexto com o advérbio *talvez*. No contexto de pressuposição não há grupo significativo, porém podemos interpretar, mediante os resultados apresentados na tabela 14, que o traço de pressuposição, um dos traços do grupo tempo-modalidade, inibe o uso do subjuntivo. Por essa configuração do modo subjuntivo, acreditamos que o grupo tempo-modalidade mostra-se relevante nas avaliações geral e específica desse modo verbal. Sendo assim, apresentamos a seguir, um cruzamento entre os contextos de uso do modo subjuntivo e o grupo tempo-modalidade.

6.1 – Escalaridade do uso do modo subjuntivo

CONTEXTOS	IRREALIS - futuridade	REALIS – atemporalidade - incerteza - pressuposição
Cláusulas substantivas	70/83 – 84%	10/31 – 32%
Cláusulas relativas	09/11 – 82%	23/61 – 38%
Cláusulas adverbiais	15/19 – 79%	22/56 – 52%
Advérbio <i>talvez</i>	11/14 – 79%	13/22 – 59%
Expressões intercaladas	-	06/19 – 32%

Tabela 15 - Modo subjuntivo: tempo-modalidade e contexto de subjuntivo

O resultado escalar do modo subjuntivo indica três considerações interessantes. Em primeiro, havíamos observado, nas discussões dos resultados apresentadas no Capítulo V, que o modo subjuntivo está sofrendo um deslocamento: o subjuntivo está deixando de vincular-se a valores atitudinais de incerteza, de possibilidade, de hipótese, conforme prevê a norma gramatical, para vincular-se ao fator tempo. Na verdade, o traço de futuridade consiste o contexto preferencial para o emprego do modo subjuntivo e a ausência desse traço, evidenciada pelos traços de atemporalidade, incerteza e pressuposição, indica o contexto inibidor para seu uso, propiciando a interferência do modo indicativo. Temos, portanto, a correlação [+futuro] – [+subjuntivo], de um lado, e [-futuro] – [-subjuntivo], de outro.

Nossa segunda consideração aproxima-se do contraste *realis – irrealis*, apontado por Givón (1995) e Bybee & Fleischmann (1995), contraste que distingue eventos/estados mais salientes, mais experienciados, mais testemunhados (passado e presente) de eventos/estados menos disponíveis ao falante, projetados para o futuro e de maior complexidade cognitiva (futuro e habitual). Nossa análise diferencia-se parcialmente dessa polaridade identificada pelos autores, pois incluímos o traço de atemporalidade, ou de habitualidade, sob o escopo da modalidade *realis*. Nossos dados, de acordo com o já mencionado, evidenciam a presença de futuridade em oposição à ausência desse traço.

Por fim, faz-se relevante lembrar a premissa givoniana de que o subjuntivo é mais provável de aparecer sob a modalidade *irrealis* (Givón, 1995: 124). Nossos resultados estão em paralelo com essa premissa na medida em que indicam a retenção desse modo verbal sob o escopo da modalidade *irrealis*.

Essas constatações reformulam a regra variável por nós apresentada na seção 3.2.3 do Capítulo III, segundo a qual teríamos na modalidade o contexto propício ao modo subjuntivo. Nesses termos, teríamos o significado representacional como primeiro nível e, acrescido a esse nível, o falante opera a escolha do modo verbal motivada pelo contexto: contexto de futuridade privilegia o uso do subjuntivo e contexto com ausência desse traço inibe seu emprego, favorecendo a intervenção do modo indicativo.

Com base nessa análise, podemos reconhecer o comportamento do modo subjuntivo conforme exposto no quadro abaixo.

TEMPO-MODALIDADE	NÍVEL	MODO VERBAL
<i>irrealis</i> - futuridade	sintático-semântico	[+subjuntivo]
<i>realis</i>	semântico-pragmático e discursivo-pragmático	[-subjuntivo]

Quadro 12 – Modo subjuntivo

O quadro 12 identifica a correlação *irrealis*-futuridade-nível sintático-semântico e modo subjuntivo na constatação de que a impressão de futuridade inerente a determinadas estratégias linguísticas, vinculada ao nível sintático-semântico, tende a preservar o uso do modo subjuntivo. A avaliação do falante acerca da informação proposicional vincula-se aos níveis semântico-pragmático e discursivo-pragmático, flexibilizando o uso do subjuntivo pela flexibilidade característica da atividade comunicativa. A interação falante-ouvinte evidencia o envolvimento do falante com o conteúdo da informação veiculada, seu grau de adesão e de comprometimento com o que está dito; inversamente, o nível sintático-semântico mostra a distância do falante com a proposição e aproxima o agente da informação proposicional. Estamos, portanto, de acordo com Poplack (*apud* Bybee & Fleishmann, 1995) quanto à asserção de que instâncias avaliativas de uma proposição favorecem o rompimento da identificação do modo subjuntivo com a subordinação sintática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a análise dos contextos preferenciais para o uso das variantes lingüísticas, podemos tecer algumas considerações.

A metodologia da Teoria da Variação Laboviana, na sistematização da heterogeneidade lingüística mediante o controle probabilístico de grupos de fatores condicionantes, e a proposta de gramática para a comunicação do Funcionalismo Lingüístico de linha Givoniana permitiram estudar o presente do modo subjuntivo como um fenômeno variável e desvincular a correlação entre as categorias de modo e modalidade, tratadas como categorias verbais pela norma padrão. Modo e modalidade são reinterpretados em termos de uma abordagem discursivo-pragmática de gramática que congrega estratégias lingüísticas orientadas para o uso e responsáveis pela seleção de uma ou outra variante lingüística: presente do modo subjuntivo ou presente do modo indicativo.

A variabilidade do modo subjuntivo na pragmática discursiva possibilita tratar esse modo verbal como uma categoria híbrida, bifurcada em uma categoria morfofonológica e em uma categoria discursivo-pragmática. Como categoria híbrida, o subjuntivo realiza-se no paradigma verbal condicionado pela modalidade situada no domínio discursivo-pragmático. Mais que deslocar a modalidade para o domínio discursivo-pragmático, verificamos, por meio da análise dos dados, que esse domínio abrange não apenas a modalidade, mas vincula tempo e modalidade. Tempo e modalidade figuram como duas categorias do domínio discursivo-pragmático responsáveis pelo tratamento escalar do modo subjuntivo, correlacionando-o aos níveis sintático-semântico, semântico-pragmático e discursivo-pragmático.

Constatamos que a localização inerente do traço de futuridade no eixo dos mundos possíveis, do vir-a-ser, vincula-se ao nível sintático-semântico, contexto favorável à retenção do modo subjuntivo. A estruturação lingüística reflete um esquema de predicação selecionado pelo falante, abrangendo um predicador, seus argumentos e um traço de projeção futura intrínseco a determinadas estratégias lingüísticas atuantes sobre o agente da proposição como uma condição ao desempenho de uma dada ação, projetando sua realização para o futuro.

Constatamos que a localização inerente do traço de futuridade no eixo dos mundos possíveis, do vir-a-ser, vincula-se ao nível sintático-semântico, contexto favorável à retenção do modo subjuntivo. A estrutura significativa de algumas estratégias lingüísticas (conectores adverbiais final e temporal, verbos deônticos, por exemplo) reflete um traço de projeção futura intrínseco, codificando condições externas ou internas sobre o agente da proposição para a realização de um evento que apenas poderá ser efetuada no futuro.

O traço de futuridade vincula-se à modalidade *irrealis*, modalidade dos eventos potenciais, ainda não-realizados. Conforme Givón (1995) e Bybee & Fleishmann (1995), o futuro é o tempo *irrealis*, consideração corroborada pela premissa givoniana de compreender primeiramente o *irrealis* para, posteriormente, compreender o subjuntivo.

Constatamos, igualmente, que os traços de atemporalidade – incerteza, habitualidade, hipótese e condição -, destituídos de projeção futura, e o traço de pressuposição encaixam-se no nível semântico-pragmático e discursivo-pragmático, respectivamente. A pragmática, a atividade lingüística, constitui ponto de confluência entre esses traços, seja ressaltada pela carga semântica de atemporalidade de algumas estratégias lingüísticas (verbos epistêmicos, cláusulas relativas, conectores condicionais, por exemplo), seja ressaltada por inferências do discurso do falante ou do ouvinte (conector *embora*, cláusulas causais e expressões intercaladas). Integrando-se à pragmática discursiva, à interação falante-ouvinte, o uso do modo subjuntivo torna-se mais fluido, permitindo a interferência do modo indicativo. A proximidade entre falante-ouvinte, proporcionada pelo fluxo conversacional na atividade comunicativa, distancia o falante do comprometimento com a informação proposicional, minimizando os efeitos da subordinação característica do nível sintático-semântico.

O cancelamento de inferências vincula-se à modalidade da pressuposição e os traços de atemporalidade, à modalidade situada na interface *realis-irrealis*, sendo que a primeira modalidade compreende o passado e a segunda estende-se no eixo temporal correspondente ao passado, presente e futuro.

Com base nessa análise, podemos aproximar nossos resultados do contraste abordado por Givón (*op. cit.*) e Bybee & Fleishmann (*op. cit.*) entre eventos realizados, em realização ou certos de serem realizados e eventos ainda não realizados; contraste que repousa, na verdade, na distinção entre passado e presente,

de um lado, e futuro, de outro. Em nossa análise, a distinção repousa em presença do traço de futuridade e ausência de traço de futuridade.

Podemos ainda aproximar nossos resultados do grupo de fatores *tempo-modalidade* dos resultados alcançados por Silva-Corvalán (1992) e Poplack (1994) acerca do estudo do modo subjuntivo no espanhol falado em Los Angeles e no francês falado no Canadá, respectivamente. Na pesquisa sobre o espanhol, Silva-Corvalán (*op. cit.*) constata que as matrizes de verbos volitivos (83.3%), de cláusula final (76.2%) e concessiva (73.5%) são contextos preferenciais à retenção do modo subjuntivo; já no estudo sobre o francês, Poplack (*op. cit.*) constata que a matriz verbal *falloir* (89%) e as matrizes de verbos deônticos (.77) e de verbos emotivos (.66) retêm o modo subjuntivo. Em nosso estudo sobre a variação no presente do modo subjuntivo na cidade de Florianópolis, verbos volitivos/deônticos e cláusula adverbial final expressam um traço intrínseco de futuridade e a cláusula concessiva imprime um traço de futuridade discursivamente. A propriedade de projeção futura dessas estratégias lingüísticas favorece o uso do modo subjuntivo.

Nosso contexto geral de subjuntivo apresenta o peso relativo de .76 para a presença do traço de futuridade como fator favorável à retenção desse modo verbal, apontando sua inibição pelo peso de .31 para a ausência de projeção futura. No contexto com o advérbio *talvez*, observamos resultados similares nos percentuais de 80% para o uso do subjuntivo sob o traço de futuridade e 54% para o traço de incerteza. Nas cláusulas adverbiais, o subjuntivo é retido sob os traços de futuridade e de atemporalidade, indicado pelo peso de .76, sendo inibido pelo traço de pressuposição, apontado pelo peso de .32. Nas cláusulas substantivas, a futuridade favorece o emprego do subjuntivo em .67, desfavorecendo-o pelo peso de .12 dos traços de incerteza e pressuposição. Por fim, as cláusulas relativas revelam o emprego do subjuntivo sob o escopo do traço de futuridade pelo peso de .91 e sua inibição pelo peso de .40 sob o escopo dos traços incerteza e atemporalidade. Constatamos que a presença do traço de futuridade retém o subjuntivo e a ausência desse traço inibe esse modo verbal, favorecendo o emprego do modo indicativo.

Evidências históricas confirmam a correlação entre futuridade e modo subjuntivo. A categoria gramatical de tempo nas línguas românicas tem origem nas formas flexionais volitivas e subjuntivas atuantes no latim clássico (Cama Jr., 1985; Lyons, 1977). O interessante nessas motivações históricas é que justamente sob o traço de projeção futura encontram-se os índices mais elevados de aplicação do modo

subjuntivo. Em contrapartida, o vínculo dessa variante com uma fração de tempo que inclui o momento da fala (Côroa, 1985) espraia-se ora ao passado, ora ao futuro, estendendo-se ao tempo anterior ao momento de fala e ao tempo posterior ao momento de fala. Nessa acepção mais fluida no eixo temporal, o subjuntivo tende ser inibido em detrimento da expansão do uso do modo indicativo. Esses resultados parecem estar apontando na direção de uma regularização do paradigma de modo verbal, neutralizando o emprego do presente do subjuntivo pelo presente do indicativo na codificação de traços de futuridade e de traços em que se verifica a ausência de projeção futura.

Ressaltamos ainda o grupo de fatores *pessoa*, que se mostrou relevante como condicionante ao emprego do subjuntivo na computação geral dos dados. Os resultados apontam a inibição do modo subjuntivo sob a primeira pessoa do discurso (.32), contexto em que se verifica o rompimento de inferências pragmáticas, a defesa de posicionamentos, a proximidade falante-ouvinte. Já o distanciamento do falante com o conteúdo proposicional eleva o emprego do subjuntivo para .56 na correlação com a terceira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural. Os resultados observados nas cláusulas relativas reforçam a importância da atividade linguística, da interação falante-ouvinte, como fraco condicionante ao uso do modo subjuntivo, postura confirmada pelo peso de .07 para a primeira pessoa e pelo peso de .58 para a terceira pessoa do singular e para a terceira pessoa do plural.

Um outro grupo de fatores significativo é assinalado pelo *paralelismo sintático*. A recorrência das variantes na cadeia discursiva atinge a faixa neutra de .49 para subjuntivo e uma faixa mais abaixo, pelo peso de .38, para o indicativo.

O grupo de fatores *conjugação*, selecionado no contexto com o advérbio *talvez*, evidencia a primeira conjugação (.86) como contexto favorável ao uso do modo subjuntivo e as segunda e terceira conjugações como contextos desfavoráveis ao emprego desse modo verbal (.33), permitindo a intervenção do modo indicativo. É na primeira conjugação que estão os verbos mais estativos; em oposição, nas segunda e terceira conjugações encontram-se verbos menos estativos, indicando um processo.

Os grupos de fatores sociais *escolaridade* e *sexo* foram considerados significativos pelo programa estatístico. Os níveis escolares mais elevados, ginásial e colegial, assinalam a relevância da instituição escolar na retenção da variante padrão. O colegial afirma-se como contexto preferencial ao uso do subjuntivo (.71), sendo desfavorecido pelos níveis primário e ginásio (.26) no contexto com o advérbio *talvez*.

Resultado semelhante encontra-se nas cláusulas adverbiais, em que ginásio e colegial favorecem o subjuntivo (.58) e o primário o desfavorece (.21). O grupo de fatores *sexo* surpreendeu-nos com o peso de .63 para o uso do subjuntivo pelos homens e de .36 para as mulheres, indicando o sexo masculino como contexto favorável à preservação da variante de prestígio.

Após a retomada desses pontos centrais acerca do modo subjuntivo, podemos observar a relevância do contrato comunicativo à inibição do uso dessa variante lingüística. A pragmática, comum aos níveis semântico-pragmático e discursivo-pragmático, rompe com a correlação estabelecida pela norma gramatical entre subjuntivo e subordinação sintático-semântica. Nesses termos, o nível sintático-semântico se configura como o contexto preferencial ao uso do subjuntivo e os semântico-pragmático e discursivo-pragmático, como os contextos que inibem o emprego desse modo verbal, o que significa a interferência do modo indicativo.

A correlação desses níveis com os fatores tempo e modalidade ressalta o tempo futuro como fator responsável à retenção do subjuntivo, e não a modalidade da incerteza, da possibilidade, da hipótese, conforme prevêem os gramáticos prescritivistas. Na verdade, é o traço de futuridade que retém o subjuntivo, indicando que a ausência de projeção futura desfavorece seu emprego, permitindo a extensão dos domínios do modo indicativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1981.
- ARNAULD & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1980.
- BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. Estudos lingüísticos XIV, *Anais de Seminário do GEL*. Campinas: UNICAMP, 1987, (07-29).
- BONFIM, E. *Advérbios*. Rio de Janeiro: Ática, Série Princípios, 1988.
- BUENO, F. da S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1963.
- BYBBE, J.; PERKINS, R. & PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J. & FLEISHMANN, S. *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- CALLOU, D.; OMENA, N & PAREDES, V.L. Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e a análise do discurso. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (20): 17-21, Jan./Jun, 1991.
- CAMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- _____. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978a.
- _____. *Problemas de lingüística descritiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978b.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CARSTON, R. Negation, 'presupposition' and the semantics/pragmatics distinction. Cambridge University Press. *Journal of Linguistics*, 34, 1998, (309-350).
- CASTILHO, A. T. de & CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios modalizadores. In: (org.) *Gramática do português falado*. Vol: II: Níveis de análise lingüística. Campinas: UNICAMP, 1993, (213-260).
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa: com numerosos exercícios*. São Paulo: Nacional, 1981.

- COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que) perfeito*. Florianópolis: UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado.
- CORÔA, M.^a L. M. S. *O tempo nos verbos do português – uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S. A., 1978.
- DUBOIS, J. The discourse basis of ergativity. *Language*, v. 63, nº 4, 1987.
- ENÇ, M. Tense and modality. In: LAPPIN, S. *The handbook of contemporary semantic theory*. Blackwell, 1996, (345-358).
- FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas no século XVIII – a gramática portuguesa*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- FIGUEROA, E. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.
- FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- GARVIN, P. L. A Escola Lingüística de Praga. In: Hill, Archibald A. *Aspectos da lingüística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1974, (236-245).
- GIVÓN, T. *Syntax – a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- _____. *Syntax – a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- _____. *English grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, vol. I e II, 1993.
- _____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GÖRSKI, E. *Cláusulas temporais: ordem e função discursiva*. Florianópolis: UFSC, 1997. inédito.
- GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. Tese de Doutorado.
- ILARI, R. et alli. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. de. (org.). *Gramática do português falado*. Vol: I: A ordem. Campinas: UNICAMP, 1990, (63-141)
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972a.

- _____. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula – Studies in the black English vernacular. In: *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972b.
- _____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Paper*, nº 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978, (01-17).
- _____. The overestimation of functionalism. In: *Principles of linguistic change – internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.
- LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Paper presented at Linguistic Society of America Meeting*. Chicago, 1977, (01-18).
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- _____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. I, 1977.
- MOLLICA, M.^a C. *Introdução à sociolingüística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- _____. Funções diferentes de ‘variantes’ ou equivalência semântico-funcional em variação. *Boletim da ABRALIN* nº 15, julho, 1994, (74-79).
- MOURA NEVES, M.^a H. de. A gramática funcional. *Boletim da ABRALIN* nº 15, julho, 1994, (67-73).
- _____. A modalidade. In: Koch, I. G. V. (orgs.). *Gramática do português falado*. Vol. VI: Desenvolvimentos. Campinas: UNICAMP, 1996, (163-195).
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MOURA, H. M. de M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Vol. 1 – Semântica. Florianópolis: Insular, 1999.
- NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. *Influência de variáveis escalares na concordância verbal*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. mimeo.
- NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 13, 1984, (97-117).
- OLIVEIRA, M. A. Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *D.E.L.T.A.* vol. 3, nº 1, 1987, (19-34).
- PAIVA, M. da C. A. de. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Tese de Doutorado.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- PAREDES, V. L. A abordagem laboviana. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, 1993, (882-886).
- PEREIRA, M. A. B. *Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Dissertação de Mestrado.
- PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- PINTSUK, S. *VARBRUL programs*. 1988. inédito.
- POPLACK, S. *Function and process in a variable phonology*. University of Pennsylvania, 1979. Dissertation.
- _____. The inherent variability of the French subjunctive. In: *Current Issues in Linguistic Theory*. 74, 1992, (235-263).
- _____. A dinâmica sociolinguística da aparente convergência. *D.E.L.T.A.*, vol. 10, nº Especial, 1994, (141-172).
- RIGONI COSTA, M. C. *Modalidade e gramaticalização – estratégias discursivas na fala carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Tese de Doutorado.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.
- SCHERRE, M. M. T. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Tese de Doutorado.
- _____. *Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992; Brasília: UNB, 1993. mimeo.
- SILVA, T. S. da *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito da fala de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de Mestrado.
- SILVA-CORVALÁN, C. The gradual loss of mood distinctions in Los Angeles Spanish. In: *Language Variation and Change* 6(3), 1994, (255-272).
- TARALLO, F. Debate a Oliveira e Silva e Votre. *D.E.L.T.A.*, vol. 7, nº 1, 1991, (377-393).
- _____. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1994.
- TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 1999. Dissertação de Mestrado.
- WEINER, J. & LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of linguistics*, 19(1), 1983 [1977], (29-58).

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann, W. P. & Malkiel, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

NOTAS

INTRODUÇÃO

ⁱ A urgência para a institucionalização de uma norma gramatical garantiu a identidade nacional e os limites da extensão territorial em tempos de expansão do império romano (Fávero, 1996).

ⁱⁱ Conforme veremos no Capítulo I, dedicado ao tratamento normativo acerca dos modos indicativo e subjuntivo, em especial deste último, inúmeros são os valores nocionais atribuídos a esses modos verbais. Inclusive, não há uniformidade nas atribuições de valores atitudinais a ambos os modos verbais entre os gramáticos.

ⁱⁱⁱ Não necessariamente os autores, a saber Camara Jr. (1977; 1985), Lyons (1977), Palmer (1986) e Perini (1996), referem-se aos valores do modo subjuntivo como *semântico-pragmáticos*. Camara Jr. (*op. cit.*) trata os valores em termos de significação, de expressão de atitudes dubitativas, hipotéticas, desejadas, do sujeito falante; Lyons (*op. cit.*) trata em termos de modalidade, de atitudes, centradas no falante; Palmer (*op. cit.*) menciona o tratamento nocional, semântico, desses valores, dessas atitudes do falante; e Perini (*op. cit.*) identifica esses valores como *papéis semânticos*, como *atitudes do falante*. As gramáticas normativas prevêm igualmente o tratamento dessas atitudes em termos de atitudes do indivíduo que fala, muito embora, ao contrário dos autores citados, funda modo verbal e atitude na própria categoria gramatical de modo. Essas considerações permitem-nos referir a terminologia *valores semântico-pragmáticos*, abordando o termo semântico na referência a certos mecanismos lingüísticos de expressão da incerteza, da dúvida, da possibilidade, tais como o advérbio *talvez*, e o termo *pragmático* na menção à figura do falante, o que pressupõe uma situação comunicativa. Definições acerca da terminologia empregada no decorrer da pesquisa estão dispostas na seção 2.3 do Capítulo II, intitulada *Pragmática*.

^{iv} Ver seção 2.3 do Capítulo II, intitulada *Pragmática*, para definição terminológica.

CAPÍTULO I

ⁱ Conferir gramáticas normativas indicadas na referência bibliográfica, a saber: ALMEIDA, N. M. de; BECHARA, E.; BUENO, F. da S.; CEGALLA, D. P.; CUNHA, C.; SAID ALI, M. Sempre que nos referirmos às gramáticas normativas, ou aos seus autores, estaremos aludindo a essas gramáticas pesquisadas.

ⁱⁱ Os gramáticos apontam o uso do modo subjuntivo nas orações concessivas, salientando o uso do modo indicativo pelos clássicos nessas mesmas construções. *Ainda hoje é ele* (o indicativo) *empregado quando se quer insistir no fato real* (Almeida, 1981: 566).

ⁱⁱⁱ Para maiores detalhes, conferir as gramáticas normativas mencionadas que serviram de embasamento para as considerações acerca dos valores nocionais e das condições de uso do modo subjuntivo apresentadas nesta pesquisa.

^{iv} A definição terminológica dos termos *discursivo* e *pragmático* está explicitada na seção 2.3 do Capítulo II, intitulada *Pragmática*.

^v O traço de incerteza assemelha-se ao traço de atemporalidade por estender-se no eixo temporal correspondente ao passado, presente e futuro; todavia o traço atemporal denota,

primeiramente, uma habitualidade, uma condição, uma hipótese, e, somente em uma segunda instância, codifica incerteza. Eis a diferença entre o traço de incerteza e de atemporalidade.

^{vi} Abordamos o traço de pressuposição, traço que, conforme nossas expectativas, inibiria o modo subjuntivo no contexto das *expressões intercaladas*.

CAPÍTULO II

ⁱ As traduções são de minha responsabilidade. ...*it is clear that he (Labov) places his work squarely within received linguistics in terms of its topics of concern (phonology, morphology, syntax and semantics), and that he leaves the question of culturally patterned language use and socially or situationally constrained language use to other types of sociolinguistics* (Figueroa, 1994: 70).

ⁱⁱ ...*labovian sociolinguistics is not a theory of 'parole', nor is it a study of language use for descriptive purposes, but a study of language use for what it reveals about linguistic structure ('langue')* (Figueroa, 1994: 71).

ⁱⁱⁱ *I do not believe we need at this point a new 'theory of language'; rather, we need a new way of doing linguistic that will yield decisive solutions* (Labov, 1972a: 259).

^{iv} ...*the variable element within the system controlled by a single rule* (Weinreich et alli, 1968: 167).

^v *The conservative type merely acknowledges the inadequacy of strict formalism or structuralism, without proposing a new analysis of structure.*

The moderate type not only points out the inadequacy of a formalism or structuralism analysis, but goes on to propose a functionalist analysis of structure and hence to replace or change inherit formal or structural accounts of structure.

Extreme functionalism denies, in one way or another, the reality of structure qua structure. It may claim that rules are based entirely on function and hence there are no purely syntatic constraints; that structure is only coded function; or the like (Nichols, 1984: 102-3).

^{vi} Givón (1993a: 21) localiza a gramática nos dois eixos seguintes às palavras: *word* (meaning), *clauses* (information) and *discourse* (coherence).

^{vii} A gramática obedece a uma organização hierárquica, compreendendo dois níveis a partir das palavras (*words*): *propositional information* e *discourse-pragmatics* (Givón, 1993a: 25-6).

^{viii} No geral, quando nos referimos a *discursivo-pragmático*, o contexto em que o termo é empregado dá pistas para a interpretação pretendida. Caso contrário, forneceremos a especificação desejada.

^{ix} A atuação desses diferentes níveis será tratada em detalhes no capítulo VI.

CAPÍTULO III

ⁱ Não dispomos de uma teoria da referencialidade que nos permita avaliar dados como (4), em que *uma cidade* refere-se à cidade de Florianópolis embora presente o pronome indefinido *uma*.

ⁱⁱ *If a certain group of speakers uses a particular variant, then the social values attributed to that group will be transferred to that linguistic variant* (Labov, 1972a: 251).

CAPÍTULO IV

ⁱ ...they (subjunctive, indicative and imperative) express certain attitudes of mind of the speaker towards the contents of the sentence, though in some cases the choice of mood is determined not by the attitude of the actual speaker, but by the character of the clause itself and its relation to the main nexus on which it is dependent. Further, it is very important that we speak of 'mood' only if the attitude of mind is shown in the form of the verb: mood thus is a syntactic, not a notional category (Jespersen, 1924: 313 apud Palmer, 1986: 9-10).

ⁱⁱ ...mood is a grammatical category that is to be found in some, but not all, languages. It cannot be identified with either modality or illocutionary force... (Lyons, 1977: 848).

ⁱⁱⁱ ...the one being grammatical (mood), the other notional or semantic (modality)... (Palmer, 1986: 7).

^{iv} ...modality is the conceptual domain, and mood is its inflectional expression (Bybee et alli., 1994:181).

^v As lexical semantic features, they are intimately involved in the meaning-structure of verbs ('predicates'). As propositional-semantic features, they code various facets of the state, event or action. And as discourse-pragmatic features, they play a crucial role in the sequencing of propositions in discourse, in foregrounding or backgrounding them, and in indicating their time/truth/certainty/probability modalities vis-à-vis the speaker-hearer contract (Givón, 1984:269)

^{vi} Epistemic attitudes: truth, belief, probability, certainty, evidence. Valuative attitudes: desirability, preference, intent, ability, obligation, manipulation (Givón, 1995: 112).

^{vii} Por meio do dado original (dado (7)), foram derivados os demais exemplos com substituições nas estratégias lingüísticas de modalidade.

^{viii}

EPISTEMIC MODALITIES	
LOGICAL TRADITION	COMMUNICATIVE EQUIVALENT
a. necessary truth	pressuposition
b. factual truth	realis assertion
c. possible truth	irrealis assertion
d. non-truth	NEG- assertion

(Givón, 1995: 114)

^{ix} **Criteria for markedness:**

Structural complexity: The marked structure tends to be more complex (or larger) than the corresponding unmarked one. **Frequency distribution:** The marked category (figure) tends to be less frequent, thus cognitively more salient, than the corresponding unmarked category (ground). **Cognitive complexity:** The marked category tends to be cognitively more complex – in terms of mental effort, attention demands or processing time – than the unmarked one (Givón, 1995: 28).

x

TENSE-ASPECT-MODALITY	
<i>Past/perfective</i>	<i>Realis (or presupposition)</i>
<i>Perfect</i>	<i>realis (or presupposition)</i>
<i>Present-progressive</i>	<i>realis</i>
<i>Future</i>	<i>irrealis</i>
<i>Habitual</i>	<i>irrealis or realis</i>

(Givón, 1993: 171; 1995: 116)

- ^{xi} ...the future is a clear *irrealis* tense (Givón, 1984: 285).
- ^{xii} ...the future is by definition an *irrealis* mode (Givón, 1993a: 172).
- ^{xiii} If evaluative, then epistemic (but not vice versa) or if preference, then uncertainty (but not vice versa) (Givón, 1993a: 172).
- ^{xiv} For that reason they (types of deontic modality) will always be related to the future, since only the future can be changed or affected as a result of them being expressed. At the time of speaking a speaker can get others to act or commit himself to action only in future. In this respect they are clearly different from epistemic modality, where the speaker can commit himself to the truth of propositions in the past, present or future (Palmer, 1986: 97).
- ^{xv} If a language has a grammaticalized subjunctive, then it is most likely to appear at those two foci along the two *irrealis* sub-dimensions (Givón, 1995: 124).
- ^{xvi} *Since all languages have those foci along the two *irrealis* sub-dimensions, all languages should display a grammaticalized subjunctive (Givón, 1995: 124).
- ^{xvii} ...never a purely temporal concept; it necessarily includes an element of prediction or some related notion (Lyons, 1977: 677).
- ^{xviii} ...the future is a clear *irrealis* tense, dealing with hypothetical, possible, uncertain states or events that have not yet occurred Givón (1984: 285).

CAPÍTULO V

- ⁱ Abordaremos separadamente cada grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico em sua ordem de significância.
- ⁱⁱ Os seguintes estudos apresentam condicionamentos isolados: Poplack (1992), com condicionamentos morfossintáticos e Jespersen (*apud* Palmer, 1986); Camara Jr., 1977, 1985) e Silva-Corvalán (1994), com condicionamentos semânticos.
- ⁱⁱⁱ Essa aceção de contexto remete ao conjunto de fatores que favorecem ou desfavorecem a ocorrência de uma ou outra variante no discurso (Gryner, 1990: 44).
- ^{iv} Os grupos de fatores mencionados a seguir igualmente foram testados: conjugação, saliência fônica, tipo de mecanismo linguístico, tipo de cláusula e estatuto informacional; além dos grupos de fatores sociais sexo, idade e escolaridade.
- ^v Mesmo desconsiderado na rodada final, apresentaremos os resultados do grupo de fatores contexto do modo subjuntivo.

- ^{vi} Os traços de incerteza, de atemporalidade e de pressuposição estão amalgamados em função da ausência de projeção futura nesses três traços. Amalgamamos, inicialmente, incerteza e atemporalidade, com os pesos de .30 e .36, respectivamente. A seguir, amalgamamos esses dois traços, com o peso relativo de .34, com o traço de pressuposição, de peso .29. Na verdade, os amálgamas evidenciam a relevância do traço de futuridade como fator de diferenciação entre as variantes e não do traço de incerteza, conforme prevê a norma gramatical.
- ^{vii} As duas ocorrências de subjuntivo na 1ª pessoa do plural e a única ocorrência para a 2ª pessoa do singular, identificando igualmente o emprego do modo subjuntivo, foram excluídas da rodada no programa estatístico.
- ^{viii} Na rodada inicial, a primeira pessoa apresenta o peso relativo de .35 para a aplicação do modo subjuntivo, diferenciando-se da proximidade entre as demais: P3 atinge o peso de .54 e P6, o peso de .65.
- ^{ix} O total de ocorrências nesse grupo de fatores compreende 316 dados em virtude de três (3) dados apresentarem ambigüidade de contextos favoráveis ao emprego do modo subjuntivo. Os dados a seguir são, portanto, considerados nos demais grupos de fatores e nos respectivos contextos específicos: *A gente vai fazer visita assim: quem precisa de confissão, de comunhão, ou falar com padre. Talvez alguém que não é batizado, não é casado, aí a gente faz a legalização do casamento, batismo.* (FLP 11, L0216-7) e *Aí, a gente acho que nunca imagina que talvez venha a passar por isso.* (FLP 15, L0719). O primeiro dado contempla os contextos de advérbio *talvez* e de cláusula relativa; o segundo, de advérbio *talvez* e de cláusula substantiva.
- ^x Discutiremos cada contexto isoladamente pela ordem de significância.
- ^{xi} Em diversas testagens, o pacote estatístico selecionou dois grupos de fatores para o contexto do advérbio *talvez*: *escolaridade* e *conjugação*. A variável *modalidade* não obteve êxito nas rodadas, porém seria o grupo de fatores seguinte a ser selecionado, atingindo a significância de .093. Acreditamos que o número bruto de dados (apenas 39) tenha interferido na não seleção desse grupo de fatores. Outros grupos de fatores foram controlados embora não tenham sido considerados estatisticamente significativos: *persona*, *saliência fônica*, *paralelismo sintático*, *estatuto informacional*, *material interveniente entre o advérbio talvez e o verbo e posição do advérbio na sentença*. Para os grupos sociais ainda controlamos *sexo* e *idade*.
- ^{xii} Amalgamamos os fatores *primário* e *ginásio* pela maior proximidade dos resultados em peso relativo (.51 e .20, respectivamente) em comparação ao nível *colegial*, com o peso de .68.
- ^{xiii} Havia polaridade inicial entre primeira conjugação, com o peso relativo de .82, e segunda e terceira, com o peso relativo de .34 e de .39, respectivamente.
- ^{xiv} (1) *Irrealis temporal clause: When you get a loan, I'll sell you my car.*
 (2) *Simple conditional: If you get a loan, I'll sell you my car.*
 (3) *Subjunctive conditional: If you get a loan, I would then sell you my car.*
 (4) *Counter-fact conditional: If you had got a loan, I would have sold you my car.* (Givón, 1995: 120).
- ^{xv} A acepção givoniana para o termo *pragmático* nesse emprego corresponde à *discursivo/textual*.
- ^{xvi} As cinco ocorrências de cláusulas adverbiais de finalidade que constam em nosso *corpus* apresentam emprego categórico do modo subjuntivo.

^{xvii} *...merely indicates the dependence of the truth of one proposition upon the truth of another* (1986: 189).

^{xviii} Conforme mencionamos em algumas passagens desta dissertação, as cláusulas causais não constituem um dos ambientes gramaticais indutores da modalidade *irrealis* elencados por Givón (1995). As cláusulas causais são, entretanto, apontadas por gramáticos como Bechara (1980:278; Cunha, 1978: 321) como cláusulas adverbiais; por essa razão, controlamos tais cláusulas juntamente com as demais adverbiais.

^{xix} Controlamos ainda os seguintes grupos de fatores: pessoa, conjugação, saliência fônica, paralelismo sintático, estatuto informacional, tipo de cláusula adverbial, posição da cláusula, sexo e idade.

^{xx} Os dados codificados pelo traço de atemporalidade da interface *realis-irrealis*, como os (11-12-13), foram amalgamados sob o traço de futuridade devido ao comportamento mais aproximado refletido nos pesos relativos: .86 para a interface *realis-irrealis* e .70 para o traço de futuridade. A pressuposição manifestou o peso relativo de .31.

^{xxi} O paralelismo nos níveis de escolaridade ginásio e colegial com o peso relativo de .57 e de .59, respectivamente, em oposição ao peso relativo de .20 para primário, resultou no amálgama esboçado na tabela 9.

^{xxii} Não abordaremos a classe dos verbos de modalidade por apresentar o sujeito da cláusula complemento como co-referencial ao sujeito da cláusula matriz, exigindo um complemento oracional de infinitivo. Em relação aos verbos PCE, trataremos especificamente dos verbos de cognição; os verbos de percepção e de enunciação tendem a empregar o modo indicativo. Incluímos nas cláusulas substantivas, as objetivas indiretas, as subjetivas e as completivas nominais.

^{xxiii} *The stronger the semantic bond is between the two events, the more intimately is the syntactic integration of the two propositions into a single clause* (Givón, 1990: 516).

^{xxiv}

Semantic scale	Sintatic scale
strong manipulation	infinitive
weak manipulation	subjunctive
preference	subjunctive
incertainty	subjunctive
high certainty	indicative

(Givón, 1995: 132)

^{xxv} Controlamos ainda os seguintes grupos de fatores: pessoa, conjugação, saliência fônica, paralelismo sintático, distribuição da informação, tipo de modalidade, tipo de cláusula substantiva, idade e escolaridade.

^{xxvi} *Relatives clauses are subordinate clauses embedded – as noun modifiers – inside noun phrases* (Givón, 1990: 645).

^{xxvii} I rode a horse yesterday e I rode a unicorn yesterday (Givón, 1993a: 214).

xxviii

MODALITY	
FACT:	presupposition
	R-assertion
NON-FACT:	IRR-assertion
	NEG-assertion

Quadro 11 - Meta-modalities (Givón, 1993a: 216)

^{xxxix} *Indefinite: speakers code a referential nominal as indefinite if they think that they are not entitled to assume that the hearer can – by whatever means – assign it unique referential identity. Definite: Speakers code a referential nominal as definite if they think that they are entitled to assume that the hearer can – by whatever means – assign it unique reference (Givón, 1984: 399).*

^{xxxix} Outros grupos de fatores foram controlados: conjugação, saliência fônica, paralelismo sintático, estatuto informacional, natureza do sintagma nominal, tipo de mecanismo *irrealis*, sexo, idade e escolaridade.

^{xxxix} Os traços de atemporalidade e de incerteza foram amalgamados pela proximidade no resultado em peso relativo (.43 e .30, respectivamente) e por ambos os traços estenderem-se no eixo temporal que compreende o passado, passando pelo presente até o futuro. O traço de futuridade, distanciando-se desses, alcança o peso relativo de .85.

^{xxxix} A rodada anterior, por apresentar um resultado aproximado entre a terceira pessoa do singular, com o peso relativo de .54, e a do plural, com o peso relativo de .73, possibilitou o amálgama dessas duas pessoas. Em oposição, a primeira pessoa evidencia o peso de .16, fator desfavorável à aplicação do modo subjuntivo.

^{xxxix} Não pretendemos nesta dissertação diferenciar *pressupostos de inferências pragmáticas*, tomando a seguinte definição como tradutora desses dois termos: *pressupposition-denials are inevitably interpreted metalinguistically* (Carston, 1998: 311).

^{xxxix} Não somente as cláusulas causais introduzidas pelos conectores *não que* e *não porque* são analisadas, como também suas derivações: *não estou dizendo que, não posso dizer que, não vou dizer que, não digo que*. Todos esses conectores compartilham a propriedade de cancelar pressupostos, inferências pragmáticas, conforme veremos nos trechos a serem analisados.

^{xxxix} *The AFF-declarative speech-act is used to inform the hearer of P against the background of the hearer's ignorance of P. The NEG-dclarative speech-act is used to deny P against the background of the hearer's presumed inclination to believe in P, believe in the likelihood of P or be familiar with P (Givón, 1984: 324).*

CAPÍTULO VI

¹ Identificamos o mesmo grupo de fatores condicionante para o comportamento geral e para o comportamento específico do modo subjuntivo pela mesma tonalidade da fonte.